

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Mizael Dornelles

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USO DO TERRITÓRIO: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DO CIRCUITO ESPACIAL E CÍRCULOS DE  
COOPERAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CIGARROS NO TERRITÓRIO  
DA REGIÃO DE SANTA CRUZ-RS**

Santa Cruz do Sul, fevereiro de 2016

Mizael Dornelles

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USO DO TERRITÓRIO: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DO CIRCUITO ESPACIAL E CÍRCULOS DE  
COOPERAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CIGARROS NO TERRITÓRIO  
DA REGIÃO DE SANTA CRUZ-RS**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

Santa Cruz do Sul

2016

D713d

Dornelles, Mizael

Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da Região de Santa Cruz do Sul-RS / Mizael Dornelles. – 2016.

183 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Desenvolvimento regional. 2. Fumo – Produção - Santa Cruz do Sul (RS). I. Silveira, Rogério Leandro Lima da. II. Título.

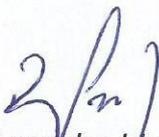
CDD: 338.1

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197

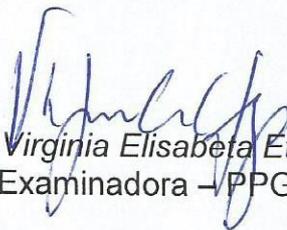
MIZAEEL DORNELLES

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E USO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DO CIRCUITO ESPACIAL E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA PRODUÇÃO DE  
CIGARROS NO TERRITÓRIO DA REGIÃO DE SANTA CRUZ – RS

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.



*Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira*  
Professor Orientador - PPGDR/UNISC



*Dr.ª Virginia Elisabeta Etges*  
Professora Examinadora - PPGDR/UNISC



*Dr. Ricardo Abid Castillo*  
Professor Examinador - PPPGEO-UNICAMP

Santa Cruz do Sul  
2016

Ao meu filho, Francisco.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

- à minha esposa Bethiele, que sempre esteve ao meu lado neste desafio, pela dose extra de paciência, pelo companheirismo, pelo carinho e por sempre acreditar em mim;
- aos meus pais, por todo o apoio dado nesta caminhada. Ao meu pai, pelo incentivo. A minha mãe pelos conselhos e exemplo de vida, por me ensinar a acreditar que tudo é possível;
- aos meus tios, primos e todos familiares, em especial a família 'da Silva' e a grande família 'de Oliveira' que indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.
- ao meu orientador, Prof. Dr. Rogério Silveira, mentor e amigo de longa data nas lides geográficas que muito contribuiu na minha formação e agora mais uma vez, com muita serenidade e confiança me guiou pelos caminhos desta pesquisa;
- aos professores do PPGDR, pelo exemplo de esforço e dedicação à pesquisa. Em especial as professoras que mais estive próximo nestes dois anos de mestrado, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Etges, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Fellipe, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Grazielle Brandt e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Kist;
- aos colegas do mestrado e doutorado, pelas horas de apoio, de trocas de conhecimento, de conselhos e de descontração;
- a CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa e ainda a participação em outras que somaram conhecimento e possibilitaram inúmeros momentos de aprendizado.

A todos, meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa busca pensar o desenvolvimento regional a partir do uso do território por um segmento produtivo através do estudo do circuito espacial e círculos de cooperação. A representatividade do complexo agroindustrial do tabaco e da produção de cigarros, na região de Santa Cruz a coloca em evidência e postula a região, como um significativo caso para nossas proposições. Com isso, temos o objetivo de “analisar as implicações do circuito espacial de produção e círculos de cooperação da produção de cigarros no uso do território da região de Santa Cruz”. Para tanto, realizamos uma abordagem analítica explicativa onde formulação e resolução do problema, bem como a análise e interpretação dos dados coletados, estão fundamentados nas contribuições teóricas desenvolvidas, predominantemente, por Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa e orientações metodológicas de Magda Valéria da Silva e Ricardo Castillo e Samuel Frederico. Os resultados ratificam que o uso do território da região de Santa Cruz pela produção de cigarros tem alcançado, em certa medida, um desenvolvimento socioeconômico em detrimento de sua autonomia produtiva. Ou seja, pode aparentar desenvolvimento socioeconômico com o aumento de fluxos corporativos externos, entretanto, encontra-se em um estágio de vulnerabilidade e empobrecimento devido à dependência produtiva do tabaco e do principal segmento econômico e industrial da Região, a produção de cigarros. Nas considerações finais, sinalizamos a importância da produção de cigarros local independentemente do território regional. Acreditamos que a produção de cigarros denota uma imposição local significativa, mas para a comunidade regional, uma mínima contribuição. A produção de cigarros considerada neste estudo diz respeito a Philip Morris Brasil, que operacionalizada a partir da unidade produtiva de Santa Cruz do Sul, oferece obstáculos a concorrência, disputando o mercado interno de cigarros. No intuito de limitar o crescimento da concorrente, e também de atuar com mais intensidade no processamento do tabaco em folha, acaba por resguardar uma posição estratégica.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento regional, Uso do território, Circuito espacial e círculos de cooperação, Região de Santa Cruz, Produção de cigarros.

## ABSTRACT

This research considers the regional development from the use of the territory by a productive segment by studying the spatial circuit and cooperation circles. The representativeness of the agroindustrial complex of tobacco and production cigarettes in the region of Santa Cruz highlights and claims the region as a significant event for our propositions. With this, we aim was "analyze the implications of spatial circuit and cooperation circles of production cigarette in the use of the territory of the Santa Cruz region." Thus, we performed an explanatory analytical approach where formulation and problem solving, and the analysis and interpretation of data collected, were based in the developed theoretical contributions, predominantly, Milton Santos and Roberto Lobato Corrêa and methodological guidelines Magda Valeria da Silva and Ricardo Castillo and Samuel Frederico. The results confirm that the use of the territory of the Santa Cruz region for the production cigarettes has achieved to some extent, a socioeconomic development at the expense of its productive autonomy. That is, may appear socioeconomic development with increased external corporate flows, however, this in a vulnerable stage and impoverishment due to the tobacco of production dependence and the main economic and industrial sector of the Region, the cigarette production. In the closing remarks, signaled the importance of the local cigarette production regardless of the regional territory. We believe that the cigarettes production denotes a significant site imposition, but to the regional community, a minimum contribution. The production cigarettes considered in this study refers to Philip Morris Brazil, which operationalized from the production plant in Santa Cruz do Sul, offers obstacles to competition, vying for the domestic cigarette market. In order to limit the growth of competitor, and also to act more intensively in tobacco processing, ultimately protect a strategic position.

**Keywords:** Regional development, Use of the territory, Spatial Circuit and cooperation circles, Region of Santa Cruz, Cigarette production.

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1. Região de Santa Cruz: localização.....                                                                        | 20  |
| Mapa 2. Região de Santa Cruz: geomorfologia detalhada .....                                                           | 45  |
| Mapa 3. Região de Santa Cruz: densidade demográfica por setor censitário em<br>2010 .....                             | 53  |
| Mapa 4. Região de Santa Cruz: deslocamentos diários em 2010 .....                                                     | 56  |
| Mapa 5. Região de Santa Cruz: pessoas ocupadas por classe de atividade em<br>2010 .....                               | 58  |
| Mapa 6. Fábricas de cigarros pelo mundo .....                                                                         | 74  |
| Mapa 7. Distribuição espacial da PMI pelo mundo, 2014.....                                                            | 95  |
| Mapa 8. Espacialização da PMB em território brasileiro .....                                                          | 97  |
| Mapa 9. Fornecedores e prestadores de serviço e terceirizados: localização de<br>origem e sede de atuação, 2014 ..... | 121 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Climograma da região de Santa Cruz (1960-1991).....                                                          | 47  |
| Figura 2. Região de Santa Cruz: relação entre quantidade produzida e valor da produção (média 2007, 2010 e 2013) ..... | 61  |
| Figura 3. Região de Santa Cruz: concentração de terra (média 1995 e 2006) .....                                        | 63  |
| Figura 4. Hierarquia da gestão do território (2008) e Níveis de centralidade (2014b).....                              | 67  |
| Figura 5. Brasil: produção de cigarros entre 2000 e 2014.....                                                          | 77  |
| Figura 6. Distribuição dos principais consumidores de cigarros no mundo .....                                          | 79  |
| Figura 7. Países do mundo: consumo de cigarros e grupos de riqueza, 2009.....                                          | 80  |
| Figura 8. Esquema <i>spin-off</i> PMI, Altria Group e Kraft Food .....                                                 | 94  |
| Figura 9. Interações espaciais a partir da PMB: fixos e fluxos .....                                                   | 101 |
| Figura 10. CAI do tabaco e seus correspondentes circuitos espaciais de produção .....                                  | 105 |
| Figura 11. Rede do CAI do tabaco a partir da PMB .....                                                                 | 112 |
| Figura 12. Componentes básicos dos cigarros .....                                                                      | 114 |
| Figura 13. Maço de cigarros Marlboro: embalagem macia.....                                                             | 118 |
| Figura 14. A produção de cigarros em três etapas.....                                                                  | 131 |
| Figura 15. Esquema do circuito espacial da produção de cigarros .....                                                  | 137 |
| Figura 16. Círculos de cooperação da produção de cigarros .....                                                        | 142 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1. Região de Santa Cruz: população total .....                                                 | 54 |
| Tabela 2. Região de Santa Cruz: estrutura etária da população (2000 e 2010).....                      | 54 |
| Tabela 3. Região de Santa Cruz: evolução da estrutura fundiária (1995 e2006) .....                    | 62 |
| Tabela 4. Principais fabricantes de cigarros no mundo e arrecadação em 2010 .....                     | 73 |
| Tabela 5. Brasil: quantidade produzida e valor de importações de cigarros, entre<br>2000 e 2014 ..... | 78 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1. Cigarros da PMB: fornecedores e localização.....                             | 120 |
| Quadro 2. Opinião sobre o impacto da CQCT na região de Santa Cruz.....                 | 145 |
| Quadro 3. Representatividade e importância da região de Santa Cruz<br>para a PMB ..... | 146 |
| Quadro 4. Representatividade e importância da PMB para a Região de Santa<br>Cruz.....  | 148 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo  
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil  
ALICEWeb – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
BA – Bahia  
BAT – *British American Tobacco*  
BBS – *Basic Blend Strip*  
CAI – Complexo Agroindustrial  
CDI – Comitê para Democratização da Informática  
CFS – *Climate Forecast System*  
CNTC – *China National Tobacco Corporation*  
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social  
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento  
CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco  
D – Capital (dinheiro a ser investido)  
D' – Dinheiro (lucro)  
DESER - Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais  
DF – Distrito Federal  
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo  
DVL – Distribuidora Via Láctea  
EDB – Empresa Brasileira de Distribuição  
EFASC – Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul  
EUA – Estados Unidos da América  
FT – Força de trabalho  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação  
FUNDOPEM/RS – Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul  
GO – Goiás  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IDESF – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCA – Instituto Nacional do Câncer

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INTEGRAR/RS – Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

ITC - *International Tobacco Control*/ Pesquisa Internacional de Tabagismo

JTI – *Japan Tobacco International*

M – Mercadoria

M' – Mercadoria

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MG – Minas Gerais

MP – Meios de produção

NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

P – Produção

PAB – Postos de Atendimento Bancário

PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PE – Pernambuco

PEA – População Economicamente Ativa

PEI – População Economicamente Inativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programas de Integração Social

PIT – Programa de Integração Tributária

PMB – Philip Morris Brasil

PMI – Philip Morris International

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PR – Paraná

RDC – Resolução da Diretoria Colegiada

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RIFI – Regulamento do IPI

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

SP – São Paulo

STIFA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação

STMA – *State Tobacco Monopoly Administration*

SUS – Sistema Único de Saúde

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

VAF – Valor Adicionado Fiscal

WHO – *World Health Organization*

## SUMÁRIO

|                                                                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>                                                                      | <b>17</b>  |
| <b>2 – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTERPRETADO A PARTIR DO USO DO TERRITÓRIO.....</b>            | <b>23</b>  |
| <b>2.1 O entendimento dos termos e noções .....</b>                                              | <b>23</b>  |
| <b>2.1.1 Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação .....</b>                      | <b>30</b>  |
| <b>2.2 O materialismo histórico como método.....</b>                                             | <b>33</b>  |
| <b>3 – TERRITÓRIO, REGIÃO, CIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>                          | <b>41</b>  |
| <b>3.1 O território regional .....</b>                                                           | <b>41</b>  |
| <b>3.2 A região de Santa Cruz.....</b>                                                           | <b>43</b>  |
| <b>3.3 As cidades da região .....</b>                                                            | <b>64</b>  |
| <b>3.4 Desenvolvimento regional na região de Santa Cruz.....</b>                                 | <b>68</b>  |
| <b>4 – CIGARROS E INTERAÇÕES ESPACIAIS .....</b>                                                 | <b>70</b>  |
| <b>4.1 Sobre os cigarros.....</b>                                                                | <b>70</b>  |
| <b>4.1.1 A legislação antitabagista .....</b>                                                    | <b>81</b>  |
| <b>4.1.2 Contrabando de cigarros e mercado ilegal.....</b>                                       | <b>89</b>  |
| <b>4.2 A multinacional PMI e sua subsidiária PMB .....</b>                                       | <b>92</b>  |
| <b>4.3 A rede de interações espaciais da PMB.....</b>                                            | <b>100</b> |
| <b>5 – O TABACO E O CIRCUITO ESPACIAL E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CIGARROS .....</b> | <b>102</b> |
| <b>5.1 O CAI do tabaco e a rede de interações.....</b>                                           | <b>102</b> |
| <b>5.2 A produção de cigarros .....</b>                                                          | <b>113</b> |
| <b>5.2.1 O cigarro e seus componentes.....</b>                                                   | <b>114</b> |
| <b>5.2.2 Os fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados e ações sociais.....</b>       | <b>120</b> |
| <b>5.2.3 As etapas da produção de cigarros .....</b>                                             | <b>130</b> |
| <b>5.2.4 Distribuição e armazenamento de cigarros .....</b>                                      | <b>133</b> |
| <b>5.3 O circuito espacial da produção de cigarros.....</b>                                      | <b>134</b> |
| <b>5.4 Os círculos de cooperação da produção de cigarros.....</b>                                | <b>138</b> |
| <b>5.5 A percepção dos agentes sociais.....</b>                                                  | <b>143</b> |
| <b>5.6 A produção local de cigarros na região de Santa Cruz .....</b>                            | <b>149</b> |

|                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                      | <b>151</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                               | <b>155</b> |
| <b>APÊNDICE A – Roteiros entrevistas e Termo de consentimento.....</b> | <b>173</b> |
| <b>ANEXO A – Imagens PMI e PMB .....</b>                               | <b>178</b> |
| <b>ANEXO B – Imagens das etapas da produção de cigarros .....</b>      | <b>180</b> |

## 1 – INTRODUÇÃO

A compreensão das realidades e das dinâmicas que os arranjos produtivos proporcionam aos lugares e regiões são pouco retratados em estudos de diferentes áreas. Quando consideramos o desenvolvimento regional, na maior parte dos casos, os trabalhos atentam para como o processo de desenvolvimento altera a região ou como a região influencia o desenvolvimento, sem uma maior preocupação com as realidades e dinâmicas no território regional. Com isso, as ciências, notadamente as humanas, lembra Silva (2010), criam palavras e expressões para dar sentido, conceitos, definições a temas e temáticas que são apropriados na busca do entendimento de determinadas realidades. Assim, o desenvolvimento regional enquanto área interdisciplinar permite a apropriação de olhares disciplinares, com base em um ponto de vista particular. Nesse processo os termos ganham relevância dentro das disciplinas e carregam categorizações que possibilitam as análises.

Procuramos investigar, nesse escopo, o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva do uso do território por um circuito espacial e círculos de cooperação de um determinado segmento produtivo em uma região, no caso, a produção de cigarros no território da região de Santa Cruz, situada no Rio Grande do Sul (RS). O recorte temporal procura considerar eventos mais recentes (a partir dos anos 2000), entretanto, sem desvinculá-los de acontecimentos marcantes para a formação do quadro atual. Quanto à espacialidade selecionada, cabe destacar o entendimento do uso do território associado ao desenvolvimento regional para compreender a região.

A incipiente pesquisa científica relativa à produção de cigarros, envolta em polêmicas acerca de uma mercadoria cuja legalidade de consumo é altamente questionada, assinala a importância de estudos que buscam compreender a complexidade dos processos produtivos e suas repercussões no território. Entendemos que pensar o desenvolvimento regional a partir do uso do território por um segmento produtivo, demande o estudo do circuito espacial e círculos de cooperação. A representatividade do complexo agroindustrial (CAI) do tabaco na região de Santa Cruz a coloca em evidência e postula a região como um significativo caso para nossas proposições.

Nosso problema de pesquisa considera que o uso do território na região de Santa Cruz pela produção de cigarros tenha alcançado um determinado nível de

desenvolvimento socioeconômico em detrimento de sua autonomia produtiva. Ou seja, aparenta desenvolvimento socioeconômico com o aumento de fluxos corporativos externos, entretanto, encontra-se em um estágio de vulnerabilidade e empobrecimento devido à dependência produtiva do tabaco. Com isso, optamos por investigar o principal segmento econômico e industrial da região; a produção de cigarros. Nesse sentido, que implicações no uso do território regional os circuitos espaciais e círculos de cooperação da produção de cigarros engendram?

No objetivo geral atentamos para “analisar as implicações do circuito espacial de produção e círculos de cooperação da produção de cigarros no uso do território da região de Santa Cruz”. Junto a este objetivo, alguns questionamentos receberam destaque neste trabalho: O que a região ganha com uma unidade de produção de cigarros de capital externo? O que a unidade de produção de cigarros, de capital externo, ganha regionalmente? Os postos de trabalho diretos e indiretos gerados são ocupados por quem? Quem são os fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados? Como ocorre a produção de cigarros? Qual o destino desta produção? Qual a inserção regional desta empresa? Como os agentes sociais avaliam a produção de cigarros? Quais as vantagens e desvantagens que a produção de cigarros proporciona?

Para responder a estas questões, adotamos uma metodologia que buscou valorizar as mediações e relações existentes, de modo a orientar um recorte analítico e oferecer condições possíveis de pesquisa que permitiram que o problema fosse melhor explicitado e operacionalizado. Diante disso, classificamos esta dissertação como analítico-explicativa onde a abordagem, formulação e resolução do problema, bem como a análise e interpretação dos dados coletados, fundamentam-se nas contribuições teóricas e metodológicas desenvolvidas, predominantemente, por Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Magda Valéria da Silva e Ricardo Castillo e Samuel Frederico, conforme apresentamos no tópico 2.2.

Tratamos o território como território usado e não o território em si. Conforme Santos (1999, p. 8) “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Onde território é também fundamento do trabalho, lugar da residência, de trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999).

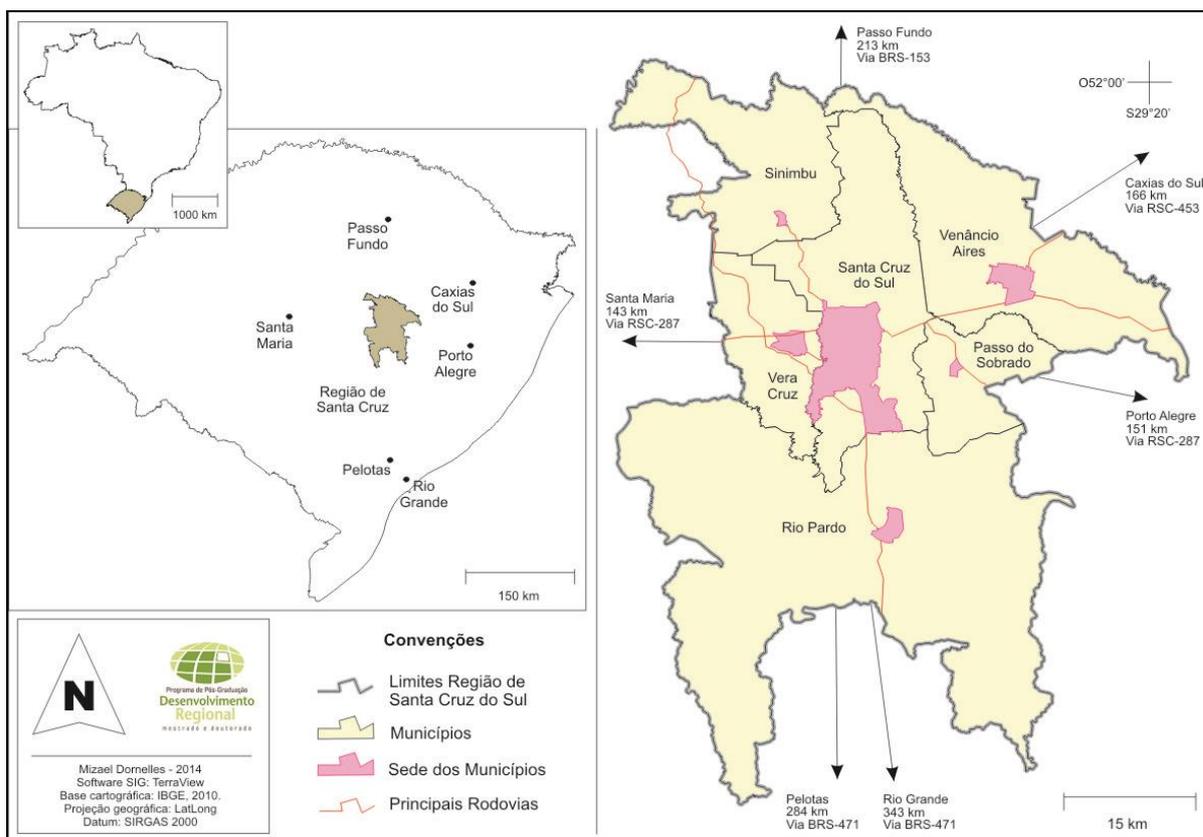
No entanto, quando indicamos o território de determinada região, necessitamos delimitar a sua configuração territorial, no intuito de alcançar o objetivo

que propomos. Sobre a região de Santa Cruz, a definimos a partir do entendimento do processo de regionalização com base em Kayser (1968), Corrêa (2000), Lencione (1999) e Limonad (2004), também discutidos no tópico 2.1. Entendemos que uma regionalização que configurou uma região, não a torna imutável. Este processo está vinculado a práticas históricas que são localizáveis e situadas geograficamente.

A delimitação da região de Santa Cruz tem como base os limites administrativos dos municípios ao entorno de Santa Cruz do Sul-RS. Este recorte pode parecer simples, mas está vinculado a um entendimento de representação de um território ocupado e marcado historicamente por uma sociedade que imprimiu transformações através de usos determinados. Kayser (1968) lembra que o desenho de limites regionais não é um elemento principal na definição de uma região, porém, sinaliza para a importância de uma definição precisa que possibilite um tratamento criterioso desta região.

Neste sentido o mapa 1 procura ilustrar a localização da região de Santa Cruz, dos municípios e de suas sedes (cidades), de acordo com a base territorial do IBGE de 2010. Outrossim, mostra a posição central e estratégica no estado do Rio Grande do Sul (RS), bem como as distâncias a partir do centro da sede do município de Santa Cruz do Sul, segundo vias rodoviárias, para importantes centros econômicos do RS.

Mapa 1. Região de Santa Cruz: localização



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Essa Região leva o nome do município e da cidade que centraliza as atividades e apresenta como critério empírico para precisão de uma cartografia um território delimitado do ponto de vista administrativo, onde não é caracterizado nenhum tipo de unidade quanto aos aspectos naturais ou históricos. Importante salientar que a rejeição dos conceitos de 'regiões naturais' e 'regiões históricas' não implica em desconsiderar fatores naturais e históricos, fundamentais na leitura do território regional. Tornamos saliente que consideramos um critério administrativo na definição de uma região complexa. Desta maneira, também valorizamos a contigüidade territorial no entorno de um centro dominante.

Nessa região existem duas unidades de produção de cigarros. Uma da Philip Morris Brasil (PMB) com sede em Santa Cruz do Sul e cerca de 1600 funcionários e capacidade instalada de produção de 30 bilhões de cigarros. A PMB responde por 16% do mercado de cigarros brasileiro, e toda sua produção no país tem origem em Santa Cruz do Sul. A PMB produz as marcas *Marlboro*, *L&M*, *Dallas Classic*, *Benson & Hedges*, *Chancellor*, *Sampoerna*, *Parliament*, *Luxor* entre outras (Entrevista, 2015c). Com um *market share* muito menor e produção apenas para um mercado

regional (Sul), a outra unidade de produção de cigarros, trata-se da “Ciamérica Cigarros Americana Ltda”, com sede na cidade de Venâncio Aires. Criada na década de 1990 junto com a Brasfumo, processadora de tabaco em folha. A Ciamérica abastece, predominantemente, os mercados do RS e Santa Catarina (SC). Produz as marcas *Alamo*, *Loto*, *Toscani* e *Velox*. Cabe ressaltar nossa opção por investigar a produção de cigarros com base no principal segmento econômico e industrial da região a partir da unidade produtiva da PMB em Santa Cruz do Sul.

Nossa perspectiva interpreta o Desenvolvimento Regional como uma maneira de compreender as regiões e o uso do território como uma categoria de análise que possibilita o entendimento do desenvolvimento regional. Onde o uso do território pressupõe a análise da configuração dos circuitos espaciais e círculos de cooperação da produção.

Para tanto, as informações e discussões foram organizadas em quatro capítulos, além desta introdução. Os capítulos apresentam: esclarecimento sobre os termos e noções adotados na redação desta dissertação; reflexões sobre a constituição do território regional investigado; as etapas produtivas vinculadas ao cigarro; e reflexões pertinentes ao circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros. Estão estruturados com análises, discussões e resultados, que sinalizam constatações evidenciadas nas considerações finais.

Procuramos esclarecer em um primeiro momento, que denominamos de “O desenvolvimento regional interpretado a partir do uso do território”, nosso entendimento acerca do desenvolvimento regional e uso do território. Do mesmo modo que, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, além de outros termos e noções presentes no decorrer de todo o corpo do texto desta dissertação. Ainda tornamos saliente nosso ponto de vista sobre o materialismo histórico e dialético, sua relação com os termos e noções ora apresentados e a descrição do método.

No capítulo seguinte, “Território, região, cidades e desenvolvimento regional”, buscamos apresentar a região estudada, bem como, elementos condicionantes e resultados do e no território a partir da regionalização proposta. A região foi definida como resultado de um processo de regionalização. Através da apresentação de algumas características da região as dinâmicas territoriais tornam-se salientes adiantando elementos para análise da realidade do território regional. Território este, que ilustra uma forte relação com o tabaco, desde sua produção por agricultores

familiares, passando pelo processamento industrial da folha, até a produção de cigarros.

O próximo capítulo, “Produção de Cigarros e interações espaciais”, traz em destaque, elementos que consideramos essenciais para a compreensão da mercadoria cigarro. Também oportuno para elucidar acontecimentos recentes que relacionam o mercado mundial e o brasileiro (de cigarros), e impactam diretamente na região de Santa Cruz. Damos ênfase a informações que consideramos relevantes sobre os cigarros, a legislação brasileira e o contrabando. Caracterizamos, em linhas gerais, a multinacional Philip Morris International (PMI) e sua subsidiária PMB. E ainda acentuamos algumas observações referentes às interações espaciais preconizadas pela PMB.

A discussão realizada no capítulo que trata, “O tabaco e o circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros”, inicia com um esclarecimento sobre o CAI do tabaco e a rede que o respalda. Expomos nosso olhar, ainda que de maneira sucinta, sobre o que consideramos como os três circuitos do tabaco: a produção de tabaco; o processamento do tabaco em folha; e a produção de cigarros. Em seguida, retratamos o cigarro, seus componentes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados e as ações sociais da PMB. Para assim, seguirmos segundo nossa interpretação, as orientações metodológicas de Silva (2010 e 2014) e Castillo e Frederico (2010). Desta maneira, fundamentamos a configuração do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros constituídos e analisados. Para mais, propomos uma reflexão consoante à importância da produção de cigarros pela PMB para o município e a região. Do mesmo modo, realizamos uma discussão sobre desenvolvimento regional e uso do território com base na unidade de produção da PMB e a região de Santa Cruz.

## **2 – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTERPRETADO A PARTIR DO USO DO TERRITÓRIO**

Acreditamos que este estudo, na qualidade de tema de pesquisa interdisciplinar, extrapole os limites disciplinares, porém, apresentando ainda um forte vínculo teórico metodológico disciplinar. No intuito de melhor esclarecer esta idéia, elaboramos uma sequência de termos e noções e também de ponderações metodológicas. Assim, estruturamos dois tópicos que segue. Consideramos estes tópicos essenciais para o entendimento desta dissertação enquanto estudo de desenvolvimento regional. Julgamos que as definições das opções teóricas e metodológicas necessitem esta reflexão.

### **2.1 O entendimento dos termos e noções**

Inicialmente, cabe destacar, que entendemos o desenvolvimento regional a partir do território. Isto é, um conceito que extrapola uma simplificação de desenvolvimento e região como termos carregados de significado e relacionados. Uma configuração estabelecida entre a relação de desenvolvimento e região, materializada em um determinado território. A associação dos termos é diferente do conceito construído que procura considerar as condições do seu próprio entendimento. No entanto, não podemos ignorar as significações marcantes e necessárias na apreensão das noções de desenvolvimento, região e território.

O termo desenvolvimento está associado a progresso e crescimento, sendo cunhado em um contexto norte-americano no fim da Segunda Guerra Mundial. Neste período, os norte-americanos gozavam de significativo crescimento e estabilidade econômicos e buscavam consolidar sua hegemonia diante do mundo. Mesmo a expressão sendo cunhada, historicamente, em um período muito anterior, sua popularização está vinculada ao discurso de posse do ex-Presidente dos EUA Harry S. Truman (1884-1972), proferido em janeiro de 1949, onde foi afirmada a necessidade de tornar os avanços científicos e o progresso industrial americano, disponíveis para o crescimento e o progresso das áreas subdesenvolvidas<sup>1</sup>. Assim, ao usar pela primeira vez, em tal contexto a expressão subdesenvolvimento, Truman

---

<sup>1</sup> Subdesenvolvimento, entendido como o estado de um órgão ou organização (por exemplo: um país) que não alcançou sua maturidade. O termo é usado com frequência para definir subdesenvolvimento econômico, cujos sintomas incluem a falta de acesso da população em geral a oportunidades de emprego, saúde, água, alimentação, educação e moradia (LACOESTE, 1966).

deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo. O subdesenvolvimento passou a significar o oposto de desenvolvimento, no lugar em que aspectos econômicos foram considerados mais relevantes que os aspectos sociais (ESTEVA, 2000).

Ainda de acordo com Esteva (2000), na década de 1950, houve uma separação bastante explícita, entre aspectos sociais e aspectos econômicos do desenvolvimento; na década de 1960, foi formulada uma noção de integração, reconhecendo uma interação entre recursos físicos, processos técnicos, aspectos econômicos e mudança social; na década de 1970, discutia-se uma estratégia conjunta e concentrada em todas as esferas da vida econômica e social<sup>2</sup>; a década de 1980 foi chamada de década perdida<sup>3</sup>; e na década de 1990, um modelo desenvolvimentista ou de re-desenvolvimento foi adotado. Os anos 1990 foram marcados por um modelo de ‘desenvolvimento sustentado’, elaborado para sustentar valores econômicos em detrimento da vida social, sob um pretexto de, “[...] manutenção da vida natural e social infinitamente variada” lembra Esteva (2000, p. 72).

Nas últimas décadas a noção de desenvolvimento tem sido acompanhada por uma idéia de sustentabilidade. Nessa visão, há destaque para uma perspectiva ambiental, também denominada como ecodesenvolvimento, que, em geral, esta preocupada com a capacidade assimilativa e regenerativa da natureza. Sobre o desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade, para que o ecodesenvolvimento seja alcançado, a saber: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A dimensão social, busca melhorar níveis de distribuição de renda na intenção de diminuir a exclusão social e a lacuna econômica entre os mais ricos e os mais pobres. A dimensão econômica trata da eficiência do sistema, tanto na alocação de recursos, quanto na gestão. A dimensão ecológica remete-se à preservação do meio ambiente, satisfazendo as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. A dimensão espacial, compete, o tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, bem como, uma melhor

---

<sup>2</sup> Entretanto, esta abordagem acabou na direção contrária em virtude da grandeza que problemas ambientais, relacionados à fome ou a opressão feminina receberam individualmente e necessitavam de ações urgentes (ESTEVA, 2000).

<sup>3</sup> Referência à estagnação econômica vivida durante os anos 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo (RIST, Gilbert, 1990 citado por Esteva, 2000). Para a maioria dos países, a década de 80 é sinônimo de crises econômicas e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

distribuição espacial das atividades econômicas e assentamentos humanos. E a dimensão cultural, corresponde a mudanças sociais que possibilitem o despertar de uma consciência ambiental que reduza os resultados negativos das formas de consumo capitalistas. Assim, a idéia de desenvolvimento, fica fortemente relacionada à satisfação das necessidades e aspirações humanas, considerando extremamente significativo o meio ambiente.

Mesmo com uma diversidade de compreensões e carregado de controvérsias, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é requisito para superação da pobreza e construção de um padrão digno de vida. Isto também pode ser verificado em outra definição, ou abordagem alternativa do desenvolvimento. O desenvolvimento como liberdade, está relacionado à melhoria de vida. Conforme Sen (2000), o desenvolvimento seria um processo de expansão da liberdade. Liberdade esta, que procede do progresso econômico, industrial e tecnológico como instrumento potencial capaz de ampliá-las, mas não limitadores das liberdades humanas. Todavia, Sen (2000), constata que a privação de liberdade econômica leva à privação de outras liberdades sociais, assim como a privação de liberdades sociais ou políticas pode gerar privação da liberdade econômica.

A difícil significação do conceito de desenvolvimento nos leva a problematizar quem ganha e quem perde com o desenvolvimento, havendo a promoção de um entendimento determinado voltado ao interesse de forças sociais que o procuram promover. O debate prossegue, quando colocamos o conceito de região em evidência.

A polissemia da expressão região nos leva a traçar um caminho histórico assentado nas discussões disciplinares da Geografia, devido à preocupação com o espaço e o território. Em Geografia, uma região pressupõe uma definição territorial pelo agrupamento de elementos que se diferenciam e estabelecem uma relação entre o dentro e o fora da região. Compreende ainda uma localização de fenômenos, situada em uma posição intermediária, entre uma escala local e global, enquanto uma particularidade.

Lencione (1999) faz um resgate histórico da noção de região e adverte que o termo tem um sentido variado, por isso é bastante complexo e difícil de ser conceituado. Na antiguidade, a região aparece em estudos sobre as diferenças e contrastes da superfície da Terra (nos estudos corográficos para os gregos). Já no

século XVII com Varenius (1622-1650), a Geografia assume uma distinção entre geral e regional. O avanço dos estudos e a consolidação da Geografia como ciência, ora analisando aspectos relacionados aos fenômenos da natureza, ora aspectos que interessam a sociedade levou a uma dicotomia entre uma Geografia física, e, outra, humana. Com esse contexto, o estudo regional coloca-se como solução para esta divisão. E os estudos regionais colaboram de forma significativa para a manutenção da unidade da disciplina.

Na história do conceito de região para a Geografia, as noções de Vidal de La Blache (1845-1918) e Alfred Hettner (1859-1941) foram marcantes. Para o primeiro, a região era evidenciada na paisagem, já para o segundo, a região era uma construção intelectual do pesquisador. Esta última convicção, continuada pelos estudos de Richard Hartshorne (1899-1992). Em seguida, o positivismo lógico ganha evidência com pesadas críticas as definições de La Blache e Hettner. Neste período, modelos matemáticos passam a ser empregados na busca de uma lógica de organização do espaço. Todavia, críticas ao positivismo levam por um lado, a uma vertente fenomenológica, que acaba por acentuar a dicotomia “físico e humana” da disciplina, por considerar a região como um espaço vivido revelador de práticas sociais. Isto é, a centralidade nos atores sociais negligenciando aspectos naturais. Por outro lado, na perspectiva marxista, eram destacados temas como o desenvolvimento desigual e combinado e o subdesenvolvimento passa a ser produto de uma divisão territorial do trabalho. Mas os (des)caminhos do socialismo real renderam muitas críticas as proposições marxistas (LENCIONE, 1999). Com a afirmação do pensamento pós-moderno, “[...] a região aparece como um espaço autônomo, bastante diferente das idéias de diferenciação e interdependência das partes de um todo. [...] cada vez mais, se apresenta como um conjunto disjunto, desigual e não harmônico” (LENCIONE, 1999, p.199).

Como já destacamos anteriormente, entendemos que uma regionalização que configurou uma região, não a torna imutável. Este processo está vinculado a práticas históricas que são localizáveis e situadas geograficamente. Isto é, uma região que resulta de um processo de regionalização, mostra-se como importante categoria de análise para uma realidade particular de um sistema universal (CORRÊA, 1997a).

Para Kayser (1968, p. 284),

Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua

organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global.

Segundo Kayser (1968), esta tentativa de delimitação e definição 'complexa de região', com três características essenciais separa este conceito de uma ausência de região, que chamou de meios geográficos. Em síntese: os laços existentes entre os habitantes, constituem desde relações a caracteres comuns, onde há forte coesão espacial que imprime certa homogeneidade, insuficiente para produzir uma região, caso não seja criada uma organização econômica e social; a região estará organizada em torno de centro, uma cidade que comanda o espaço que a envolve; e por último, a existência de uma região diz respeito as suas relações com o exterior, isto é, suas funções no conjunto nacional e inserção na economia global na qual participa de um espaço mais amplo.

A região pode ser considerada como uma entidade concreta que resulta de múltiplas determinações. Caracterizada por uma natureza já transformada, que apresenta heranças culturais e materiais em uma estrutura social e nos seus conflitos. Onde a sua diversidade faz parte de uma totalidade por meio de uma articulação ao mesmo tempo funcional e espacial. Trata-se da realização de um processo geral em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral e o particular além de disposições efetivadas e elementos de diferenciação (CORRÊA, 2000).

Lencione (1999) atesta um conceito de região, necessário e pertinente, como uma instância particular de análise que se situa entre o local e o global. E sinaliza para a relevância da região na compreensão do recorte espacial enquanto categoria de análise da geografia. Isto é, em concordância com Correa (1997a), a noção de região não está associada à singularidade, que se entende vinculada ao conceito de lugar, e sim à de particularidade, uma mediação entre o universal e o singular, especificidade máxima do universal.

Para Limonad (2004, p. 58), "As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [...]". Em outras palavras, pode tanto fundamentar uma reflexão teórica, como atender necessidades impostas por uma política setorial, de planejamento. Porém há de se considerar que na delimitação, a partir de coordenadas geográficas precisas, a região é produto do pensamento social, das

práticas hegemônicas e contra-hegemônicas. Trata-se de uma representação e parte de uma construção social do território. (LIMONAD, 2004).

O território representa um espaço de vida construído por relações diversas ou diferentes e variados usos. No uso do território, entendido em conformidade com Silveira (2010, p. 74), “O espaço geográfico, sinônimo de território usado, pode ser considerado como a junção de materialidade e vida social”, onde o território é usado por objetos e ações. A formação socioespacial vai revelar como este território é usado pela sociedade e as formas de inclusão de pessoas e regiões. (SILVEIRA, 2010).

Segundo Santos e Silveira (2001), o território pode ser entendido como anterior ao espaço geográfico e, portanto, base material, “[...] em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico [ ] A categoria de análise é o território utilizado.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.247). A análise ocorre mediante a categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico. Isto é, para Santos e Silveira (2001, p. 247), “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política”.

Neste sentido, o território apresenta um uso determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Interesses que, segundo Etges (2001), definem uma região nos dias atuais:

Estes interesses, por sua vez, podem ser locais ou globais, ou seja, podem atender a interesses de agentes que têm seu endereço na própria região ou em qualquer lugar do mundo, ou até mesmo, não ter endereço algum, na medida em que são agentes que atuam em rede, pelo mundo afora (ETGES, 2001, p. 353 e 354).

Diante disso, fica evidente a complexidade de definição de recortes regionais preocupados com o território. Silveira (2003, p. 21) lembra que, “[...] a região deve então ser empreendida e apreendida não apenas como resultado da construção intelectual, mas também como produto da construção social”.

Silveira (2010) alerta que as bruscas mudanças de funções no território, significam ao mesmo tempo transformações nas regiões. Portanto a região deve ser entendida como um conceito dinâmico onde há “[...] a necessidade de abandonar as abordagens mais preocupadas com os limites e adotar aquelas mais orientadas a entender os processos” (SILVEIRA, 2010, p. 75).

Com isso, a investigação dos problemas em desenvolvimento regional passa pela diversidade das regiões e territórios, em um contexto de globalização da economia capitalista. Onde o desenvolvimento regional deve ser considerado como uma temática interdisciplinar, definida pela presença de múltiplas disciplinas do conhecimento e pelo cruzamento e análise de processos de desenvolvimento situados em um contexto regional. Um processo de mudança social com o propósito de prosperidade permanente de uma comunidade em uma região (MATTEDI e THEIS, 2002).

Etges e Degrandi (2013) abordam a diversidade regional na qualidade de potencialidade. Diferenciam dois tipos principais de enfoques de desenvolvimento regional: o primeiro, hegemônico, que propõe a redução ou eliminação das desigualdades regionais; e o segundo, onde a diversidade é uma potencialidade para o desenvolvimento das regiões. Com isso, questionam o tradicional discurso oficial, que se coloca na defesa da necessidade de se reduzir as desigualdades regionais sem definir suas causas e assinalam para uma contradição: se a desigualdade é intrínseca ao modo de produção capitalista, um Estado capitalista não poderia propor a eliminação da sua própria lógica de reprodução. Ou seja, sublinham uma contradição em propor a 'redução das desigualdades' e, também, a 'valorização da diversidade regional'.

Assim, ressaltamos que as disparidades regionais existem e continuarão existindo, a necessidade está em entendê-las, para então transformá-las. Portanto, cabe tornar saliente a noção de território usado, para justificar e legitimar uma perspectiva de regionalização com o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentando suas reais potencialidades (ETGES e DEGRANDI, 2013).

Vale ressaltar que estamos considerando o desenvolvimento regional como uma forma de entender as regiões. Neste sentido, o desenvolvimento regional revela por um lado características de uma região e seu território. Desde atributos naturais e históricos, até elementos populacionais, econômicos, produtivos e tecnológicos que possibilitam um olhar abrangente a respeito da diversidade e particularidades da região, diante de sua articulação interna e relações extraregionais. Por outro lado, o desenvolvimento regional, descreve, instiga e questiona, pressupõe estudos e análises sobre a materialização da vida social no território regional. Com isso,

podemos evidenciar uma relação onde, este território regional, é resultado, meio e condição que influencia e é condicionado pela reprodução da vida social.

O desenvolvimento regional em um contexto de pesquisa postula uma abordagem interdisciplinar que no decorrer de uma dissertação construída predominantemente de forma individual, na tentativa de responder um problema empírico-social-teorizado deve ser abordada a partir do campo em que o pesquisador se sente seguro metodologicamente sem desprezar pressupostos elementares como desenvolvimento, região e território. Com esta acepção, legitimamos nossa opção em relacionar desenvolvimento regional e uso do território.

### **2.1.1 Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação**

Sobre os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, importantes reflexões foram elaboradas por Moraes (1985) Santos (1986 e 1996), Santos e Silveira (2001), Castillo e Frederico (2010) e Silva (2014).

Moraes (1985, p.4) torna saliente que os processos econômicos são determinantes na estruturação dos circuitos espaciais da produção e debatê-los é “[...] discutir a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência de seu movimento”.

Com isso, o circuito é resultado das inúmeras e variadas relações sociais e espaciais que se estabelecem em escalas geográficas diferenciadas, envolvendo distintas articulações e obedecendo ao tempo e ritmo de acumulação mundial (MORAES, 1985).

Conforme Santos (1986, p. 143), “[...] os circuitos espaciais nos dão a *situação relativa* dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país”. Sinalizamos que esta ‘situação relativa’ apresenta limitações, indicadas pelo próprio Santos (1986), uma vez que não oferecem uma explicação do espaço como um todo, mas indicam modalidades de uso do território por segmentos produtivos e empresas.

Santos (1996, p. 128), explica que o uso do território não é o mesmo para as empresas, que usam o território conforme sua força e criam circuitos produtivos: “[...] os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos [ler círculos] de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros

fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens”. Para entender a dinâmica do território é preciso captar o movimento e isto pode ser feito por uma abordagem dos circuitos espaciais da produção. É através dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação que se pode perceber os diferentes usos do território.

Para Santos e Silveira (2001, p. 21): “O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade”. Em linhas gerais, o conceito de território usado diz respeito à maneira como objetos e ações combinam-se quantitativamente e qualitativamente, gerando usos distintos, materializados e revelados nos lugares ou regiões.

De acordo com Castillo e Frederico (2010, p. 464): “O aumento das trocas materiais, possibilitado pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho, é o fato que torna operacional o conceito de circuito espacial produtivo”. A noção de circuito espacial de produção consegue enfatizar: a centralidade da circulação nas etapas da produção; a condição do espaço na ativa reprodução social; e o enfoque numa atividade produtiva dominante. Os círculos de cooperação no espaço permitem colocar em conexão as diversas etapas articulando os agentes e lugares que compõem o circuito. Isto é:

[...] podemos dizer que os *circuitos espaciais de produção* pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os *círculos de cooperação no espaço*, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 464 e 465).

Silva (2014, com base em Arroyo 2012, p. 78) acrescenta que “[...] o circuito espacial pode ser comandado por uma empresa, sem a necessidade de ela gerenciar diretamente todas as firmas, relações, etapas e os processo que o formam”. Onde os círculos de cooperação contribuem para a distribuição e circulação da produção pelo espaço. Também esclarece que a unidade de produção de uma empresa não forma um circuito espacial, uma vez que, a empresa necessita recorrer a outros segmentos, muitas vezes, em lugares distantes.

Logo, as questões que envolvem as etapas e dinâmicas produtivas podem ser vislumbradas na perspectiva das redes geográficas que conforme Santos (1997),

apresentam uma realidade material e outra sobre seu dado social. Os circuitos espaciais e os círculos de cooperação resultam em fluxos materiais que apresentam uma realidade material e fluxos imateriais que apresentam uma realidade imaterial (SILVA, 2014).

Com isso, atentamos para a condição do circuito espacial de produção e círculos de cooperação apresentar uma composição de várias redes geográficas. Os fluxos materiais e imateriais, são mobilizados em um espaço de fluxos horizontais e verticais<sup>4</sup>. O, “[...] circuito é formado por um conjunto de redes geográficas que se entrelaçam e sobrepõem ao território” (SILVA, 2014, p. 80).

Neste sentido, quanto à interpretação das redes, a tendência atual é a união vertical dos lugares, onde redes se estabelecem a serviço do grande capital. Uma união vertical que traz, “[...] desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício”. (SANTOS, 1997, p. 228).

Corrêa (1997a, p. 107) esclarece que por rede geográfica entende-se, “[...] ‘um conjunto de representações geográficas interconectadas’ entre si ‘por um certo número de ligações’”. As redes geográficas são caracterizadas como materialidade, produto e condições sociais, onde todos estão inseridos em mais de uma rede e simultaneamente excluídos de outras tantas e ausentes de um número ainda maior. Dessa maneira, a ‘rede’ pode ser definida como um conjunto de entidades interligadas, entrelaçadas umas as outras. Uma rede pressupõe pontos estáveis, referências consistentes e permite a circulação de elementos materiais e ou imateriais entre cada uma destas entidades, de acordo com regras e normas bem definidas, além das possibilidades concretas.

Sinalizamos para a relação das redes geográficas com as interações espaciais<sup>5</sup>, como elementos auxiliares de pesquisa. Catão, Reolo e Miyazaki (2010), acentuam que a análise das interações espaciais pode auxiliar significativamente pesquisas orientadas pelo método dialético; já que o estudo das interações

---

<sup>4</sup> As horizontalidades pressupõem “[...] pontos que se agregam sem descontinuidade”; já as verticalidades, “[...] pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 1997, p. 228)

<sup>5</sup> Embora o termo “interações espaciais”, tenha sido cunhado há mais de meio século (1954) ele carece de uma representação teórica mais acurada e bem definida. E isso deve ser resultado da combinação semântica muito lógica, de fácil apreensão que dispensa formulações mais complexas. Tanto no inglês *spatial interactions*, quanto no português, a expressão faz menção a reciprocidade de dois ou mais lugares, onde há relação com interação social, interface, polarização, lugar, local e rede, numa análise da sociedade como produto de interação dos indivíduos (CATÃO, REOLON e MIYAZAKI, 2010).

espaciais pode responder perguntas básicas, a saber: quem?; quando?; como?; e onde?.

Neste sentido a noção de interações espaciais a partir de Corrêa (1997b, p. 279), mostra-se muito pertinente, “[...] constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. Uma vez que, possibilita a aproximação dos circuitos e círculos com as interações espaciais. Isto, dentro de um processo de existência (e reprodução) e de transformação social: onde lugares e regiões são diferentes com necessidades históricas identificadas; e onde, poucos lugares e regiões são favorecidos em detrimento de muitos outros.

Convém lembrar que para Corrêa (1997b), as interações espaciais necessitam ser consideradas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social. Muito além de simples deslocamentos no espaço de pessoas, mercadorias, capital e informação.

Um ponto de vista mais materialista das interações espaciais permite a consideramos dentro do capitalismo. E o ciclo de reprodução do capital é o grande responsável por estas interações – migrações, exportações e importações, circulação de mercadorias, deslocamento de consumidores aos centros comerciais, entre outros. O ciclo de reprodução do capital implica em múltiplas localizações e suas necessárias articulações, em virtude da produção, dos insumos e dos serviços que envolvem diferentes lugares (CORRÊA, 1997b). Essa contribuição possibilita a identificação de um ponto de partida para os fluxos que constituem um circuito e os círculos: a circulação de investimentos; sua continuidade, através da circulação da força de trabalho e meios de produção; dos fluxos de publicidade e produtos industriais; e do movimento dos lucros, onde o ciclo recomeça.

Com isso, salientamos que as proposições apresentadas mostram um estreito vínculo à noção de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no espaço como instrumento metodológico para interpretação do uso do território enquanto categoria de análise do desenvolvimento regional.

## **2.2 O materialismo histórico dialético como método**

O marco teórico metodológico que orientou esta pesquisa foi o materialismo histórico dialético. Desse modo, percebemos e procuramos conceber o desenvolvimento regional com base na interdisciplinaridade.

No que diz respeito à interdisciplinaridade, pode ser compreendida, em geral, a partir de duas abordagens com significativas diferenças epistemológicas. Por um lado há um posicionamento hegemônico vinculado à filosofia do sujeito. Esta visão, aproxima o diálogo entre disciplinas científicas para ampliar a explicação dos objetos de conhecimento disciplinares. Japiassú foi responsável por introduzir esta concepção no Brasil, a partir de 1976. Por outro lado, contrários a este entendimento, Jantsch e Bianchetti, elaboraram outra compreensão onde a interdisciplinaridade não pode ser concebida sem levar em conta as condições sociais e materiais de determinado período, em particular, do modo de produção vigente. Esse contexto leva à construção histórica e social de objetos por meio de uma tensão entre os sujeitos pensantes e sua materialidade, condicionamentos que influem nesse pensamento (CAPES, 2013). Adotamos uma postura voltada para esta segunda visão.

Para Alves, Brasileiro e Brito (2004), que evidenciam as epistemologias de base da interdisciplinaridade, cabe destacar sobre filosofia do sujeito e o materialismo histórico dialético: a filosofia do sujeito limita-se a uma concepção a-histórica do objeto filosófico científico, cujo processo de especialização e disciplinaridade é entendido como doença a ser curada por práticas interdisciplinares; já o materialismo histórico dialético, contrariando tal perspectiva, defende a impossibilidade de concebê-la fora dos moldes de produção em vigor, pois é produto do processo de construção do conhecimento, incluso na disciplinaridade como etapa dessa construção. O que corrobora nossa visão da importância dos aportes teóricos, metodológicos e analíticos disciplinares, em nosso caso, da Geografia.

Entendemos o uso do território como a junção da materialidade com a vida social. Isto é, consideramos o território a partir de seu uso como meio e condição de reprodução de relações sociais.

O materialismo histórico cita as causas últimas das mudanças sociais na transformação dos modos de produção e seus intercâmbios. E o materialismo dialético fundamenta uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. De acordo com Marx (2006, p. 29), “[...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado”.

O materialismo histórico e dialético enquanto método de análise da realidade social constitui a essência do pensamento de Marx. Contudo, o processo de

desenvolvimento contemporâneo encontra no materialismo histórico e dialético uma alternativa analítica fundada e fundamentada. Assim, três proposições foram determinantes nesta discussão, enquanto grandes categorias básicas do materialismo histórico e dialético com um olhar voltado ao uso do território:

- A matéria, esta realidade objetiva, concreta, pode ser traduzida no território.
- A consciência, uma abstração de como este território foi, é e pode ser usado.
- A prática, a transformação de natureza e da vida social, manifesta-se no uso do território.

No que diz respeito ao circuito espacial da produção, segundo Silva (2014, p. 79), “[...] os circuitos espaciais da produção não se consolidam sem o papel desempenhado pelos fluxos materiais e imateriais, pelos círculos de cooperação e fixos (estradas, infraestruturas)”. A dinâmica do território configurada de forma horizontal e vertical ocorre através da promoção do movimento dialético entre o circuito espacial da produção e os círculos de cooperação (SILVA, 2014).

A idéia de circuito espacial e círculos de cooperação produtivos está estreitamente vinculada ao pensamento marxista que pressupõe 4 fundamentos para a reprodução social: produção, distribuição, troca e consumo. Esses quatro fundamentos formam uma unidade contraditória, onde o ato de produção é um ato de consumo, a distribuição é um fator de produção, a troca está incluída na produção (não são processos idênticos, mas são elementos de uma totalidade). No lugar em que o circuito produtivo apresenta elementos distintos em seu interior recebendo apreciável importância os fluxos na realização da produção (MORAES, 1985).

Segundo a proposta metodológica de Castillo e Frederico (2010, p. 465) para o uso do conceito de circuito espacial da produção em pesquisas geográficas, deve-se atentar para o exame de:

- Uma atividade produtiva dominante, constitui um primeiro passo para análise dos principais aspectos técnicos e normativos;
- Agentes envolvidos e seus círculos de cooperação, “[...] se encontram em localizações diferenciadas, possuindo maior ou menor poder de colocar a produção em movimento”.
- Logística, “[...] permite analisar as condições materiais e o ordenamento dos fluxos que passam os circuitos espaciais produtivos”.

- Organização e uso do território, “De maneira geral, [...] referem-se à quantidade, à qualidade, à distribuição e ao arranjo espacial dos sistemas de objetos envolvidos na circularidade da produção [...]”.

Mesmo sem um detalhamento maior sobre as relações decorrentes de cada um dos 4 segmentos propostos, fica patente que a abordagem pelo circuito espacial produtivo tem como escopo o espaço geográfico ou o território usado. Segundo Castillo e Frederico (2010, p. 468), os objetivos de tal abordagem são:

- 1) compreender o uso do território através da dinâmica dos fluxos, acentuada no atual período histórico; 2) identificar a situação dos lugares em relação a divisão territorial do trabalho na escala nacional, num dado momento (SANTOS, 1986, p. 130); apreender o embate estabelecido entre uma lógica dos territórios e uma lógica das redes.

Com o intuito de detalhar mais o uso metodológico do conceito, Silva (2010 e 2014) propõe algumas diretrizes teórico-metodológicas para uma abordagem do conceito de circuito espacial da produção e círculos de cooperação que possibilita uma melhor compreensão dos processos de estruturação e consolidação dos circuitos e círculos. “Esclarece-se que circuitos espaciais da produção (dos fluxos materiais) associam-se às atividades empreendidas pelos círculos de cooperação (dos fluxos imateriais)” (SILVA, 2014, p. 82-83). Isto, a partir de três eixos: processos a montante, caracterizado como escolhas e contatos com fornecedores, relações com prestadores de serviços e empresas terceirizadas, definição desenvolvimento, testagem e aquisição de produtos e componentes; processos da produção *strictu sensu*, envolve os aparatos locais, equipamentos e trabalhadores diretos; e processos a jusante “[...] refere-se a ações de demanda *posteriori* a linha de montagem, podendo ser caracterizada por ações que envolvem as redes de transportes [...] o consumidor final, entre outros” (SILVA, 2010, p. 176).

Neste sentido, nosso estudo procurou adaptar as orientações metodológicas, de Castillo e Frederico (2010) e Silva (2010 e 2014), para o que consideramos como o circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros, parte das redes que constituem o CAI do tabaco.

Entendemos como:

- Processo a montante: o esclarecimento do CAI, a rede e onde o circuito e seus círculos estão circunscritos; a empresa dominante (e suas características), sua principal atividade e produto mais relevante; os

fornecedores, prestadores de serviço e terceirizados; e os programas, ações sociais.

- Processo de produção: a abrangência espacial da produção (fluxos materiais e imateriais), as verticalidades e horizontalidades da produção e o raio de ação internacional.
- Processo a jusante: mais que a distribuição e o consumo de mercadorias, a dinâmica que o circuito espacial e o círculos de cooperação engendra no território; e uso e impactos no território regional.

Estas diretrizes estão de acordo com as interações espaciais preconizadas por Corrêa (1997b), e especializadas com base no ciclo de reprodução do capital:

$$D - M \left| \begin{array}{c} FT \\ MP \end{array} \right| - P - M' - D'$$

Na qual: D = capital, dinheiro a ser investido; M = mercadoria; FT = força de trabalho; MP = meios de produção; P = produção; M' = mercadoria; e D' = dinheiro (lucro).

Podemos apontar, com base nesta reflexão de Corrêa (1997b), um ponto de partida, ou “processos a montante” da produção que representam a circulação de investimentos (D) entre a sede da corporação e suas filiais (investimentos, interações viabilizadas por fluxos de informação e recursos financeiros); também se refere ao deslocamento das matérias-primas e insumos (M); o ciclo de reprodução do capital amplia-se com ordens de compra e venda e contratos de serviços e força de trabalho (FT) que dominam as técnicas e necessitam da tecnologia materializada nos meios de produção (MP). O “processo de produção” está pronto para ser realizado, e isso pressupõe outras interações espaciais dos envolvidos direta e indiretamente com o processo produtivo (P). Por fim, o último momento “processo a jusante” descreve a distribuição e o consumo dos produtos e as campanha publicitárias direcionadas aos centros de comercialização (M' – D'); com o consumo a mais valia se realiza e os lucros obtidos serão remetidos a sede. A mais-valia concentrada não apenas permite o reinício do ciclo como também o investimento e aplicação em outros setores (CORRÊA, 1997b).

Importante lembrar que para nós, o CAI do tabaco é constituído por três circuitos produtivos que apresentam a identificação, de maneira individual ou articulada, de todas as etapas dos três processos citados anteriormente.

Quanto ao ciclo de reprodução do capital, correspondente a cada circuito, entendemos que o processamento do tabaco em folha e a produção de cigarros são orientados por relações tipicamente capitalistas de produção. Segundo Oliveira (2007, p. 36), estas relações estão “[...] baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho”.

Temos assim, uma relação jurídica de igualdade, onde o capitalista, detentor dos meios de produção, contrata o trabalhador, que vende seu trabalho. Entretanto, no plano econômico esta relação torna-se desigual. O capitalista ganha uma fração de valor criado pelo trabalhador que não é revertida para o mesmo (mais-valia) e sim apropriada pelo capitalista como lucro do capital, isto é, propriedade do capital. O que retorna ao trabalhador, na forma de salário, é apenas uma parte do valor produzido, para que o trabalhador adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se e continuar vendendo sua força de trabalho para o capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Todavia, o circuito espacial da produção de tabaco em folha, cultivado por agricultores familiares, apresenta um ciclo de reprodução do capital orientado por relações que não se desenvolvem, especificamente, sob a forma capitalista, mas que estão submetidas ao capital. Assim, há um processo de sujeição que ocorre,

[...] sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Trata-se do processo de sujeição da renda da terra ao capital através dos baixos preços pagos aos seus produtos. Onde não há a sujeição formal do trabalho ao capital, mas sim a sujeição da renda da terra (OLIVEIRA, 2007).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos correspondem a realização de um estudo de caso que procurou analisar o desenvolvimento regional a partir do uso do território pelo circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros, formado na região de Santa Cruz.

Na coleta e sistematização de informações buscamos trabalhar com dados de natureza quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos, secundários, foram

levantados, substancialmente, junto a Organização Mundial da Saúde (OMS), Receita Federal e IBGE. Os dados foram manipulados através dos softwares Excel, Access e TerraView, que possibilitaram a elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos para sistematização e análise. Quanto aos dados qualitativos foram organizados com base em entrevistas semiestruturadas que forneceram dados primários relativos à produção de cigarros na região.

Importante destacar que, em um primeiro momento (no projeto), tínhamos previsto uma visita de campo a unidade produtiva de cigarros da PMB em Santa Cruz do Sul e a realização de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e diretores da PMB. Entretanto, a PMB não respondeu as tentativas de contato, e não conseguimos realizar o campo e entrevistas com colaboradores e diretores da empresa.

Neste sentido, as entrevistas foram realizadas junto: ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Sul, em set. de 2015; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação (STIFA) de Santa Cruz do Sul e região, em set. de 2015; a Presidente do COREDE Vale do Rio Pardo, em out. de 2015; e a um ex-colaborador da PMB, em nov. de 2015. O roteiro para entrevistas encontra-se no Apêndice A.

Junto às entrevistas foram ressaltados três tópicos mencionados pelos entrevistados, com referência a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) e a importância da região e município para a produção de cigarros pela PMB e o contrário, com a intenção de compreender, de maneira geral, a percepção dos agentes sociais em relação à importância da PMB. O procedimento adotado para a interpretação das entrevistas foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), com base em Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000) e Silva (2010). Trata-se de uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos. Havíamos previsto como procedimentos de interpretação das entrevistas (no projeto), a análise de conteúdo, de acordo com as orientações de Bardin (1977), contudo optamos pela análise de discurso, uma vez que, ela busca dar sentido ao discurso proferido pelos entrevistados, parecendo-nos, assim, mais adequada.

A análise e interpretação dos dados obteve no circuito espacial e círculos de cooperação da produção a proposta de método para compreensão do uso do território no atual período histórico, através da dinâmica de fluxos, impulsionada pela

divisão do trabalho entre as instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo de uma determinada atividade (a produção de cigarros). A operacionalização do conceito de circuitos espaciais de produção possibilitou um panorama acerca do uso do território na região. Desde o fornecedor de insumo até o consumidor final, a produção considerada, envolveu momentos de mão de obra, estocagem, transportes, comercialização e consumo. Ou seja, momentos distintos (da produção, circulação, distribuição e consumo) difundidos no espaço.

As consultas aos documentos, aos *sítes* das empresas e de organismos governamentais na internet, as entrevistas realizadas, as observações, análises e reflexões desenvolvidas nos capítulos seguintes visam ampliar nosso ponto de vista para a abordagem dos usos do território existentes na região decorrentes do funcionamento do circuito espacial da produção do cigarro, e sua relação com desenvolvimento regional.

### 3 – TERRITÓRIO, REGIÃO, CIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como já mencionado, consideramos o desenvolvimento regional como uma forma de entender as regiões. A partir desta compreensão, procuramos discutir e tornar salientes aspectos que acreditamos relevantes sobre “O território regional”, “A região de Santa Cruz”, “As cidades da região” e também sugerimos algumas pistas, mediante nossas proposições, no tocante ao “Desenvolvimento regional na região de Santa Cruz”.

#### 3.1 O território regional

O território da região de Santa Cruz tem sua formação socioespacial vinculada entre o tipo de povoamento e a distribuição da vegetação e do relevo, da mesma forma que Bernardes (1997) destaca o RS. Por um lado, as terras de mata na encosta e no planalto, constituem uma região colonial densamente povoada onde é presente o ciclo da lavoura; e por outro, os campos, expressamente representados pelo município de Rio Pardo, em que o relevo apresenta poucas irregularidades conservam-se eminentemente pastoris. Temos assim, a justaposição de duas estruturas econômicas e sociais bastante distintas.

Os núcleos açorianos, desde 1748, visavam acelerar o adensamento da população e com isso a ocupação do território. A localização destes açorianos era em núcleos diversos por pontos estratégicos no caminho litorâneo, ao longo do RS, bem como em zonas de campo em regime de pequena propriedade<sup>6</sup>. Entretanto, a fartura de campos e gado convidava os colonos açorianos ao pastoreio. Com os açorianos, iniciou-se alguma produção agrícola com trigo em áreas de campo e, mais tarde, houve uma pequena penetração na mata para a coleta de erva-mate. No início do século XIX, os campos estavam todos ocupados, de maneira irregular, com uma baixa densidade demográfica, devido aos latifúndios criadores, e, as zonas florestais continuavam abandonadas (Bernardes, 1997).

Nesta condição figurou o povoado de Rio Pardo, com uma origem militar, um auge enquanto entreposto comercial – com fortes características pecuaristas – e uma decadência e estagnação econômica local – a partir de eventos decorrentes do

---

<sup>6</sup> Aos açorianos nucleados foram conferidos lotes de 272 ha, “[...] um quarto de légua em quadro, o que podia ser considerado uma “chácara” em confronto com as estâncias que surgiam na época (BERNARDES, 1997, p. 60).

contexto mundial e regional nas décadas posteriores a independência do Brasil (SILVEIRA, 2007).

O estabelecimento das colônias alemãs no RS, segundo Bernardes (1997), ocorreu de maneira distinta a implantação das colônias açorianas, uma vez que, estas cidades e povoações estavam situadas, todas, em campo aberto ou na borda da mata. A ocupação da mata ocorre com a chegada dos imigrantes alemães a partir de 1824, quando é fundada a colônia de São Leopoldo. Esta colônia prosperou, devido à pequena distância de Porto Alegre (significativo aglomerado urbano) e pela facilidade de acesso via fluvial. Esta proposição, de povoamento, partiu inicialmente do governo imperial preocupado com a população rarefeita no extremo Sul que ocupava de maneira irregular o território, que sofria com constantes ameaças de invasão.

Assim, os colonos foram ocupando as encostas e abrindo clareiras na mata, até a metade do século XIX, quando os filhos de colonos começaram a comprar terras de mata e expandir a ocupação para vales e encostas íngremes. As terras de mata, passaram a ser valorizadas pelos fazendeiros, latifundiários, que tinham interesse, único, em vender parte de suas terras em pequenos lotes. Em seguida, além da iniciativa oficial, colônias particulares também foram fundadas. Cabe salientar que: “Os colonos, imigrantes e seus descendentes, dirigem-se sempre para a mata” (p.74). Uma vez que, o pensamento dominante associava a agricultura a área de mata e o pastoreio aos campos (BERNARDES, 1997).

Silveira (2007) lembra que os primeiros imigrantes da região do COREDE Vale do Rio Pardo<sup>7</sup> enfrentaram muitas dificuldades de acesso em função de obstáculos naturais postos pelo relevo acidentado da encosta, bem como pela densa floresta e da distância dos núcleos coloniais em relação à cidade de Rio Pardo. Dificuldades que reforçavam a promoção da economia de subsistência das famílias pioneiras da Região. A maior parte das colônias da Região não foi instalada junto a rios navegáveis e localizavam-se relativamente distante da cidade de Rio Pardo e do rio Jacuí, principal via de comunicação até Porto Alegre.

Os primeiros usos do território da Região originaram muito mais que paisagens distintas, mas, sobretudo, dificuldades e obstáculos estruturais à

---

<sup>7</sup> Esta regionalização corresponde a vinte e três municípios, dentre os quais os seis que estamos considerando como região de Santa Cruz. Os COREDEs foram criados pela Lei RS nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto RS nº 35.764, de dezembro de 1994.

integração espacial e a uma efetiva articulação econômica entre essas distintas áreas. O latifúndio pecuarista desenvolvido em áreas de campo através do emprego articulado de trabalho livre e escravo, e o minifúndio colonial agrícola nas áreas de mata, por meio do trabalho familiar foram o resultado da ocupação e povoamento da Região (SILVEIRA, 2007).

### **3.2 A região de Santa Cruz**

A formação de um território regional, tem nas características naturais da região, atributos que influenciaram tanto a apropriação quanto os usos dados ao território. Mesmo com a definição regional partindo de um pressuposto administrativo, que não caracteriza uma unidade natural, entendemos que a região esta inserida em um contexto geológico, geomorfológico, ecológico e climático.

No que diz respeito a geologia, a região abrange dois domínios de idades, características petrográficas, estruturais e evolutivas diversas, a Bacia Sedimentar do Paraná e os Depósitos cenozóicos. A primeira tem sua gênese quando o continente encontrava-se em posições altimétricas bem baixas, composta por sedimentos marinhos e continentais (do Paleozóico, do Mesozóico e do Cenozóico). Nos períodos Jurássico e Cretáceo (era Mesozóica), ocorreu nesta bacia, extensivo derrame de lava vulcânica que se depositaram em planos horizontais e estratificados. Os Depósitos Cenozóicos são encontrados nas várzeas dos rios da região. Segundo Collischonn (2001, p. 25) “Foi através da epirogênese<sup>8</sup>], associada a intenso processo de falhamentos e fraturamentos que o relevo [...] sofreu um rejuvenescimento [...]”. A bacia sedimentar ficou em níveis altimétricos mais elevados formando um planalto.

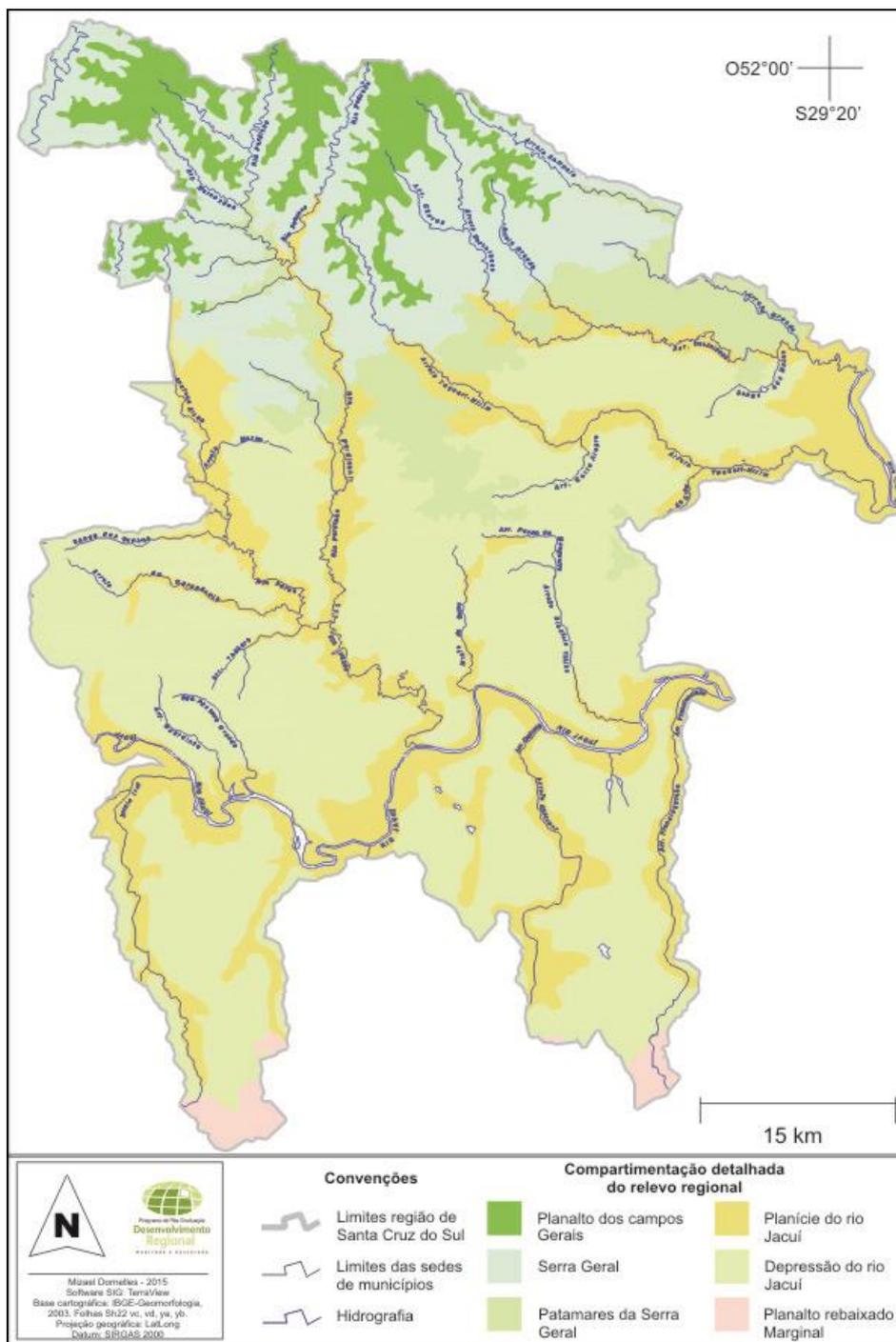
O território da região de Santa Cruz é uma área de transição entre os compartimentos geomorfológicos do Planalto de Araucárias e a Depressão Central Gaúcha, de acordo com a nomenclatura proposta por Radambrasil (1986), citado por Collischonn (2001). Estes compartimentos geomorfológicos, subdivididos, apresentam as unidades: Planalto dos Campos Gerais, corresponde a cotas altimétricas acima de 500 m, e relevo mais aplanado, com ocorrência bastante restrita na região; Serra Geral, trata-se da área de alto e médio curso fluviais, onde a

---

<sup>8</sup> Conjunto de processos que resultam no movimento lento e generalizado da crosta terrestre, a qual sofre soerguimentos (movimentos positivos, vertical e para cima) ou rebaixamentos (movimento negativo, vertical e para baixo), amplos.

erosão fluvial é responsável pela intensa dissecação do relevo; Patamares da Serra Geral, compreende os terminais rebaixados deste compartimento, associados a morros testemunhos que avançam sobre a Depressão do rio Jacuí; Depressão do rio Jacuí, apresenta um relevo sem grandes variações altimétricas, que corresponde a drenagem comandada pelo rio homônimo; e Planície do rio Jacuí, trajeto por onde o rio desenvolve seu traçado com ampla sinuosidade (Colischonn, 2001). O mapa 2 procura ilustrar os compartimentos geomorfológicos mais detalhados que correspondem ao território da região de Santa Cruz, com os principais corpos hídricos.

Mapa 2. Região de Santa Cruz: geomorfologia detalhada



Fonte: IBGE, 2010; IBGE, 2003. Elaborado pelo autor.

Esta faixa de transição do relevo percebida no âmbito geológico e geomorfológico, também está presente na cobertura vegetal, nos biomas predominantes na região: Bioma pampa e o Bioma mata atlântica. Para Campos e Delevatti (2003), o primeiro relacionado a áreas campestres mais meridionais de planície e próximo aos rios e o segundo, na encosta da serra e estendendo-se pelo planalto basáltico, com formações vegetais, subdividindo-se em estrato superior e

estrato secundário, com pouca penetração de luz solar e uma vegetação arbórea do tipo sub-bosque.

Em estudo referente à bacia hidrográfica do rio Pardinho<sup>9</sup>, Pérez (1991), destaca que a vegetação potencial na bacia corresponde a dois tipos de associações claramente diferenciada: floresta e campo. O bioma pampa está vinculado ao campo e o bioma mata Atlântica às áreas florestadas. Lembra que as áreas de floresta sofreram uma grande redução a partir da ação dos colonos, sendo transformadas em áreas agricultáveis, “Las manchas forestales que sobrevivieron a la devastación se localizan en áreas de difícil acceso y con relieve muy accidentado donde los afloramientos rocosos impiden el aprovechamiento agrícola” (PÉREZ, 1991, p. 67). Por outro lado os campos são mais associados à pecuária e mais recentemente à introdução da agricultura mecanizada.

Originalmente a vegetação de florestas primitivas cobria vastas áreas, com mata fechada e densa. E a vegetação campestre, nitidamente herbácea, dava lugar as matas de galeria (ou matas ciliares) nas margens de rios, arroios e córregos. Algumas destas matas ainda estão conservadas em áreas de difícil utilização agrícola com acentuada declividade e difícil acesso (CAMPOS e DELEVATTI, 2003).

Conforme a classificação de Köppen, o clima da região é Subtropical úmido – Cfa. A terceira letra indica o padrão de temperatura. Neste caso, para o clima subtropical úmido, a letra "a" significa temperatura média no mês mais frio abaixo de 18°C, maior que -3°C. E a temperatura média no mês mais quente é maior ou igual a 22°C. A segunda letra indica o padrão de precipitação, onde o sub-tipo “f” é igual a precipitação abundante em todos os meses do ano. A primeira letra denota a característica geral do clima, traduzida em um indicador de grupo climático, cujo “C” representa os climas temperados (ALVARES et al, 2014).

Os fatores predominantes que influenciam o clima da região de Santa Cruz estão relacionados à latitude, onde ocupa uma área limitada pelos paralelos

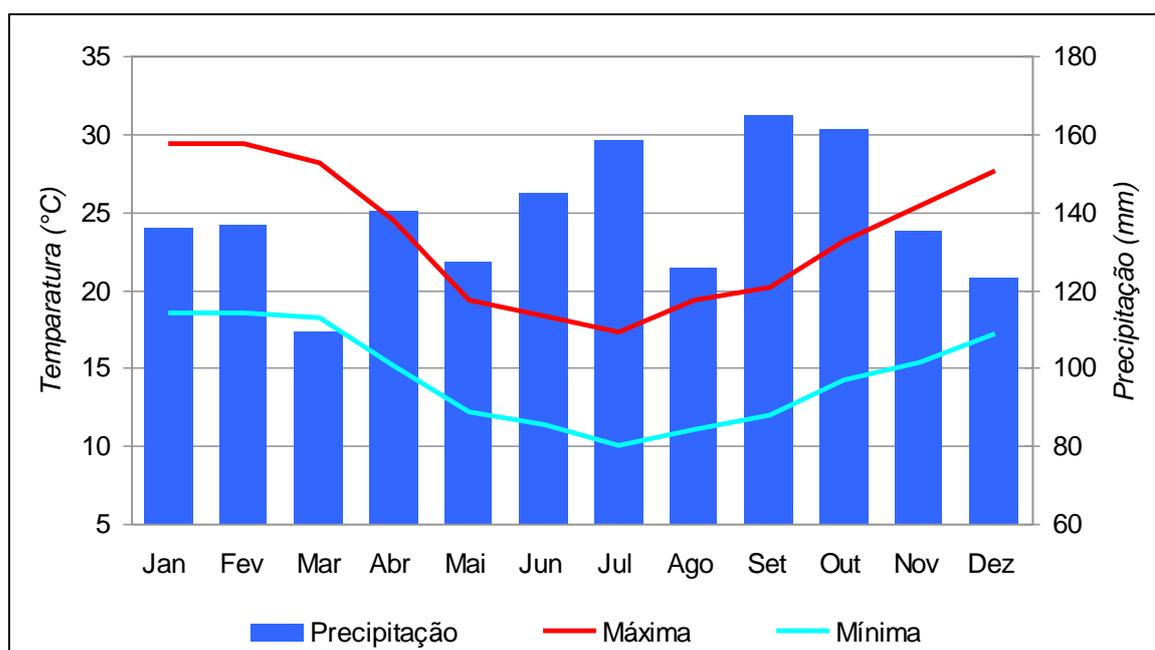
---

<sup>9</sup> A região da Bacia hidrográfica do rio Pardinho representa uma relevante parcela da região de Santa Cruz, definida neste estudo (cerca de 45%).

-29°18'16,2" e -30°22'25,7". Também a ausência de barreiras topográficas até a costa do Atlântico, que dista a menos de 200 km da Região. Segundo Pérez (1991), outro ponto a ser considerado é a forte intensidade da radiação solar e concentração no ar de microcristais de sal, que atuam como núcleos de condensação, que tornam as condições favoráveis a valores elevados de umidade que resultam em aumento da chuva em períodos determinados.

A figura 1 apresenta um climograma da região, referente ao período dos últimos 30 anos (1960 – 1991). Os dados do climograma foram coletados junto ao portal do Climatempo<sup>10</sup> (2014) e equivalem a valores médios do comportamento da chuva e da temperatura agrupados em meses ao longo do ano. A não existência de estações meteorológicas completas com dados disponíveis na região nos fez optar por estas estimativas de temperatura mínima, máxima e precipitação.

Figura 1. Climograma da região de Santa Cruz (1960-1991)



Fonte: Climatempo, 2014. Organizado pelo autor.

Podemos verificar que a temperatura apresentou uma máxima nos meses de janeiro e fevereiro de 29 °C e a mínima anual no mês de julho (10 °C). A maior amplitude térmica registrada ocorreu no mês de dezembro com pouco mais de 11 °C. Assim, verão e inverno austrais (dezembro, janeiro e fevereiro e junho julho e

<sup>10</sup> As fontes para estes dados são o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e o CFS (*Climate Forecast System* - Sistema de Previsão Climática) e a interpolação de dados.

agosto, respectivamente) apresentaram temperaturas bastante distintas, onde as máximas do inverno, frio, se aproximam as mínimas do verão, quente.

Quanto a precipitação, o total anual de 1661 mm, se reparte de maneira bastante uniforme na região durante as quatro estações. A primavera austral concentra 28% das chuvas anuais, e as outras estações apresentam proporções bastante similares impedindo uma diferenciação de uma estação chuvosa para uma estação seca. O mês que apresentou maior precipitação foi setembro com 165 mm e menor precipitação, março (109 mm). A média de 138,4 mm, calculada a partir dos totais mensais de precipitação, indica uma uniformidade na distribuição anual das chuvas.

Os aspectos naturais mostram uma diferenciação física que possibilita uma determinada especialização agrícola. Dadas as características apresentadas, o ciclo vegetativo das plantações de tabaco, dependia, em grande parte, “[...] dos fatores climáticos naturais, tendo em vista que o tabaco exige umidade e calor relativamente altos e que a geada lhe é fatal. Também a variedade semeada, o tipo de solo e a altitude tinham sua influência neste aspecto”. (VOGT, 1997, p. 82). Além disso, as características irregulares do relevo, partilhado em pequenos lotes de terra em áreas de mata, entre imigrantes de origem alemã, foi outro agravante para a fixação e preferência dos agricultores pela cultura do tabaco na região.

A ocupação do território na região por imigrantes naturais da Alemanha tem início no núcleo colonial de Santa Cruz do Sul. A colônia foi criada pelo governo da Província do RS, em 1849, em um contexto que contava: com a chegada de imigrantes de uma Alemanha tardiamente unificada e industrializada; e dos governos Imperial e Provincial procurando medidas legais para superar uma crise da escravatura<sup>11</sup> e promover ao mesmo tempo o desenvolvimento da agricultura com mão de obra livre e o povoamento efetivo do território gaúcho. (SILVEIRA, 2003)

De acordo com Karnopp e Mirion (1995), a colonização alemã de Santa Cruz do Sul ocorreu no decurso de um processo de expansão da economia de mercado. Onde em um primeiro momento há a instalação da colônia e posteriormente o sistema de produção colonial passa a ser dominado economicamente por centros de mercado mais desenvolvidos que possibilitam uma significativa expansão da produção local.

---

<sup>11</sup> Refere-se às discussões e acontecimentos que levaram a aprovação da “Lei Eusébio de Queiróz”, extinguindo o tráfico negreiro para o Brasil.

A povoação da sede da colônia de Santa Cruz do Sul foi fundada em 1855 no âmbito de apoiar a produção rural com atividades comerciais e de serviço. O povoado cresceu rapidamente e logo, em 1859, foi elevado à categoria de freguesia. A diversificação das atividades agrícolas possibilitou transações comerciais em maior escala e o reconhecimento da categoria de vila foi obtido em 1878, juntamente com a emancipação política de Rio Pardo. Trata-se de um importante período para o desenvolvimento econômico local, uma vez que, o 'núcleo urbano' passa de uma povoação, em menos de vinte anos, para a categoria de vila, agregando a função de apoio as atividades rurais, entreposto comercial e centro administrativo. (WINK, 2002)

Karnopp e Mirion (1995, p. 29) lembram que, "A imigração, enquanto fixação do pequeno produtor familiar, [...] ocorreu apenas em áreas não ocupadas pelo latifúndio, no século XIX e início do século XX." Os primeiros imigrantes de origem alemã, da região, ocuparam as áreas de floresta desprezadas pelos latifundiários da pecuária, uma vez que, o pensamento dominante associava a agricultura a área de mata e o pastoreio aos campos. Assim, um primeiro período (1849-1859) da economia local caracteriza-se pela distribuição de lotes aos colonos e desmatamento da floresta para início de uma agricultura de subsistência. Já o período subsequente (1860-1881), pode ser considerado como de estruturação da economia local, com uma maior divisão da produção para subsistência e para o mercado. (KARNOPP e MIRION, 1995).

A partir do início do século XX, o processo de urbanização de Santa Cruz do Sul recebeu um forte estímulo decorrente da progressiva industrialização centrada principalmente na agroindústria fumageira. Nas décadas seguintes, muitas mudanças econômicas se processaram entre fases de crescimento e recessão. O início da internacionalização do setor agroindustrial fumageiro, em meados da década de 1960, promoveu transformações significativas quanto às relações de produção, bem como sobre a própria estruturação física da cidade. Isto é, além de facilidades geradas pela implantação de uma moderna infraestrutura, também estimulou a migração rural-urbana e a conseqüente expansão de bairros operários da periferia. (WINK, 2002)

O terceiro período (1882-1917) foi fortemente marcado pela produção e exportação de tabaco, mecanização do processo produtivo, ainda que de forma incipiente e início da industrialização. No quarto período (1918-1965) o município

apresentava uma produção agrícola e industrial em expansão e um incremento nos serviços e equipamentos urbanos, mas ainda com o predomínio de unidades de produção artesanal organizadas a partir de relações coloniais dominada pelas poucas unidades de produção capitalista. Um quinto período (a partir de 1966), que em linhas gerais estende-se até os dias atuais, traz junto com o processo de desnacionalização da indústria do tabaco a consolidação de Santa Cruz do Sul enquanto pólo regional, reconhecido internacionalmente pela especialização no processamento do tabaco em folha (KARNOPP e MIRION, 1995; SILVEIRA, 2003; WINK, 2002).

Cabe salientar que a posição central de Santa Cruz do Sul foi estrategicamente importante para o desenvolvimento do município desde as primeiras atividades até o final dos anos sessenta, período que marca a instalação, o funcionamento e a consolidação das principais corporações internacionais de tabaco em Santa Cruz do Sul. No período atual, o espaço urbano local configura um dos mais importantes centros de processamento industrial do tabaco em escala mundial (SILVEIRA, 2003; WINK, 2002).

No que diz respeito aos outros municípios que indicamos como integrantes da região de Santa Cruz, cabe destacar que:

- O território do município de Venâncio Aires tem a formação de seu núcleo colonial, posterior a Santa Cruz do Sul, a partir de 1853, quando donos de sesmarias passaram a lotear as terras, transformando-as em colônias exploradas por imigrantes alemães e uma pequena parcela de italianos e seus descendentes. Estas terras foram ocupadas por luso-brasileiros, seus escravos e agregados com atividades como a pecuária extensiva, extrativismo de madeira e erva-mate e a produção agrícola para a subsistência. A produção agrícola das famílias imigrantes era diversificada, o que possibilitou a ascensão à categoria de vila, já com o nome de Venâncio Aires, em 1891, ano em que também foi instalado o município, com autonomia política e administrativa (VOGT, 2004; MOURA, 2009).
- No ano de 1854, com autorização do governo provincial, foram instalados os primeiros imigrantes provenientes da Alemanha, onde hoje é o município de Vera Cruz, na localidade de Dona Josefa. Em 1858 foi criado o povoado de Vila Tereza, onde hoje se situa a sede do município, e em 1889, foi reconhecida a freguesia de Vera Cruz, subordinada ao município de Santa

Cruz do Sul. O desenvolvimento do povoado deve-se, predominantemente, a proximidade e fácil acesso ao núcleo colonial de Santa Cruz do Sul. No entanto, a instalação do município ocorreu somente em 1959 (IBGE, 2014e).

- Sinimbu, outro município de colonização alemã na região tem em 1857 a instalação dos primeiros imigrantes, onde hoje fica o centro da cidade. O distrito de Sinimbu, subordinado ao município de Santa Cruz do Sul, foi criado em 1923 e foi emancipado como município, em 1992. (IBGE, 2014d).
- Nos municípios de Passo do Sobrado e Rio Pardo não ocorreu imigração alemã que originou cidades e vilas como nos outros municípios da Região. O atual município de Passo do Sobrado foi ocupado primeiramente por portugueses, seus descendentes e escravos, procedentes de Rio Pardo, no início do século XIX. O local servia como ponto de pernoite e descanso de tropeiros. Devido a proximidade das colônias alemãs logo passou a ser ocupado também pelos alemães e seus descendentes. Em 1898 foi criado o distrito de Couto (que em 1938 foi denominado de Passo do Sobrado), vinculado ao município de Rio Pardo. Emancipado em 1992. (IBGE, 2013 e 2014c)
- Rio Pardo, ao lado de Porto Alegre, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha, é um dos quatro primeiros municípios do RS. A partir das sesmarias e dos núcleos açorianos do Estado, foi inaugurada uma primeira divisão do território em áreas administrativas em 1809 com a criação destes quatro municípios. Em síntese, o povoado de Rio Pardo tem origem militar, que se desenvolveu no entorno do forte “Jesus, Maria, José do Rio Pardo” (construído em 1752<sup>12</sup>), com importante contribuição na constituição do território do RS diante dos espanhóis. Povoado desde 1715, os primeiros açorianos chegaram depois da construção do forte e foram responsáveis pelo estabelecimento de plantações e fazendas criatórias, que sustentaram a economia e a sociedade regional. No século XIX, Rio Pardo era considerado um importante centro de produção agrícola e seu porto fluvial, junto ao rio Jacuí, um movimentado entreposto comercial. Do final do século XVIII ao início do século XIX, foi um dos núcleos mais importantes da então Capitania do RS (IBGE, 2013 e VOGT e ROMERO, 2010). Atualmente apresenta muitas limitações socioeconômicas, que podem ser atribuídas a sua ocupação e apropriação do território do

---

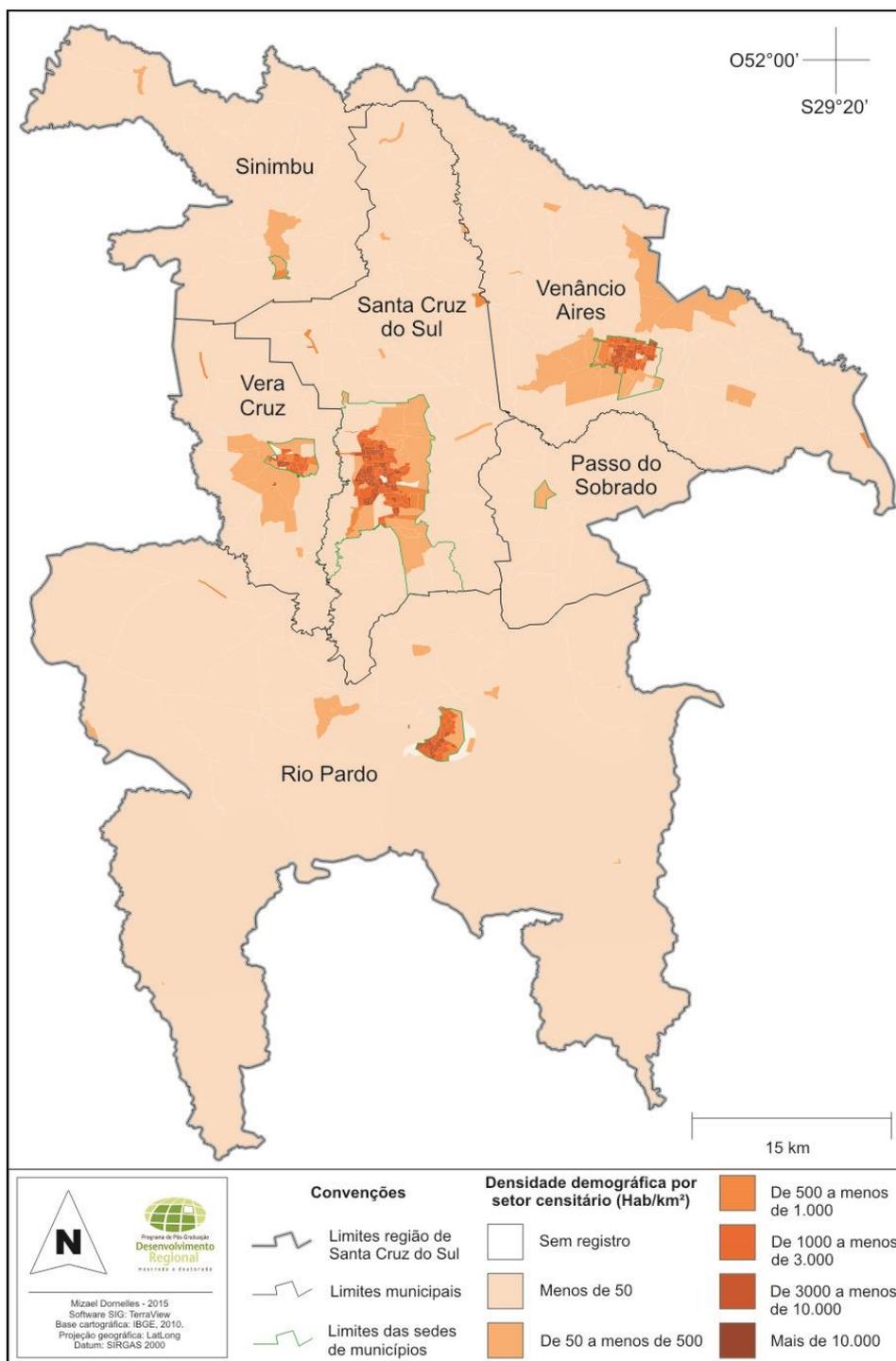
<sup>12</sup> Construído com o intuito de ser a fortificação mais a oeste na chamada Guerra Guaranítica, que ocorreu entre 1753-1756 (VOGT e ROMERO, 2010).

município, bem como, sua estrutura fundiária. Rio Pardo exhibe características que divergem bastante aos outros municípios da Região, à medida que Passo do Sobrado coloca-se como um intermediário, com uma forte presença de descendentes dos imigrantes naturais da Alemanha.

Anteriormente colocamos em evidência a existência prévia de condições como formação e qualidade do solo, vegetação, temperatura e níveis de precipitação adequadas ao cultivo do tabaco. Destacamos ainda, a imigração alemã e subsequentemente, o conhecimento tácito dos agricultores de tabaco, a estrutura fundiária constituída por lotes de terra pequenos e o predomínio da agricultura familiar. Isto levou a afirmação de um mercado regional de tabaco, e a formação de uma manufatura de processamento das folhas de tabaco e de produção de cigarros e derivados de tabaco, uma mão de obra qualificada e barata, e um crescente fluxo de exportação de tabaco. Logo, a ocupação do território regional e o incremento alcançado pela Região em diferentes áreas, bem como, a expansão e centralidade de Santa Cruz do Sul, foram fundamentais para que as multinacionais iniciassem suas atividades, na região, aproveitando a organização espacial existente.

Sobre a Região, apresentou em 2014a, segundo o IBGE, uma população estimada em 276.033 habitantes, em uma área territorial de 4.642,088 Km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de 64,16 hab/km<sup>2</sup>. Entretanto, a maior parte da população está concentrada na área urbana, notadamente, na sede dos municípios, 71,91% (IBGE-CENSO, 2010). O mapa 3 mostra esta forte concentração populacional nas cidades e o predomínio em Santa Cruz do Sul.

Mapa 3. Região de Santa Cruz: densidade demográfica por setor censitário em 2010



Fonte: IBGE, 2010; IBGE-CENSO, 2010. Elaborado pelo autor.

A tabela 1 ilustra a população total dos municípios e da região, a população rural e urbana e também a taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010. Neste período, as populações dos municípios de Rio Pardo e Sinimbu apresentaram uma taxa de crescimento negativa, enquanto a população da Região aumentou nesse intervalo de 10 anos.

Tabela 1. Região de Santa Cruz: população total

| Un. Territorial   | Pop. Total | Pop. Urbana    | Pop. Sede | Pop. Rural    | Tx. Crescimento Pop. 2000-2010 |
|-------------------|------------|----------------|-----------|---------------|--------------------------------|
| Passo do Sobrado  | 6.011      | 1.429 23,77%   | 1.429     | 4.582 76,23%  | 7,99%                          |
| Rio Pardo         | 37.591     | 25.614 68,14%  | 24.226    | 11.977 31,86% | -0,51%                         |
| Santa Cruz do Sul | 118.374    | 105.190 88,86% | 102.414   | 13.184 11,14% | 9,98%                          |
| Sinimbu           | 10.068     | 1.437 14,27%   | 1.437     | 8.631 85,73%  | -1,39%                         |
| Venâncio Aires    | 65.946     | 41.400 62,78%  | 39.274    | 24.546 37,22% | 7,70%                          |
| Vera Cruz         | 23.983     | 13.320 55,54%  | 13.320    | 10.663 44,46% | 12,60%                         |
| Região            | 261.973    | 188.390 71,91% | 182.100   | 73.583 28,09% | 6,06%                          |

Fonte: IBGE-CENSO, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

No que diz respeito à estrutura etária da região, a tabela 2 mostra as variáveis agrupadas por idade (população jovem com menos de 15 anos, população adulta com idade de 15 a 64 anos e população idosa acima de 64 anos de idade). Podemos verificar o aumento da população adulta e idosa em toda a região, bem como a diminuição da população de jovens entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 2. Região de Santa Cruz: estrutura etária da população (2000 e 2010)

| Un. Territorial   | Pop. Total |         | Pop. Jovens |        | Pop. Adultos |        | Pop. Idosos |        |
|-------------------|------------|---------|-------------|--------|--------------|--------|-------------|--------|
|                   | 2000       | 2010    | 2000        | 2010   | 2000         | 2010   | 2000        | 2010   |
| Passo do Sobrado  | 5.566      | 6.011   | 18,30%      | 15,16% | 72,74%       | 75,74% | 8,96%       | 9,10%  |
| Rio Pardo         | 37.783     | 37.591  | 21,41%      | 17,50% | 70,77%       | 72,71% | 7,82%       | 9,79%  |
| Santa Cruz do Sul | 107.632    | 118.374 | 19,67%      | 15,67% | 73,80%       | 76,86% | 6,53%       | 7,47%  |
| Sinimbu           | 10.210     | 10.068  | 20,34%      | 16,19% | 71,33%       | 72,96% | 8,32%       | 10,85% |
| Venâncio Aires    | 61.234     | 65.946  | 19,70%      | 16,01% | 73,33%       | 75,37% | 6,97%       | 8,62%  |
| Vera Cruz         | 21.300     | 23.983  | 20,03%      | 16,88% | 72,80%       | 75,32% | 7,17%       | 7,80%  |
| Região            | 243.725    | 261.973 | 19,91%      | 16,24% | 72,46%       | 74,83% | 7,63%       | 8,94%  |

Fonte: IBGE-CENSO, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

A razão de dependência da região ou o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), teve uma redução entre os anos de 2000 e 2010 e passou de 49,76 para 42,90. A taxa de envelhecimento da população da região, calculada através da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total teve um aumento de 8,47 para 10,43, no período entre 2000 e 2010, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013).

Quanto à mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) ocorreu uma redução em todos os municípios da região, a média passou de 19,5 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,9 por mil nascidos vivos em 2010. Importante salientar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de

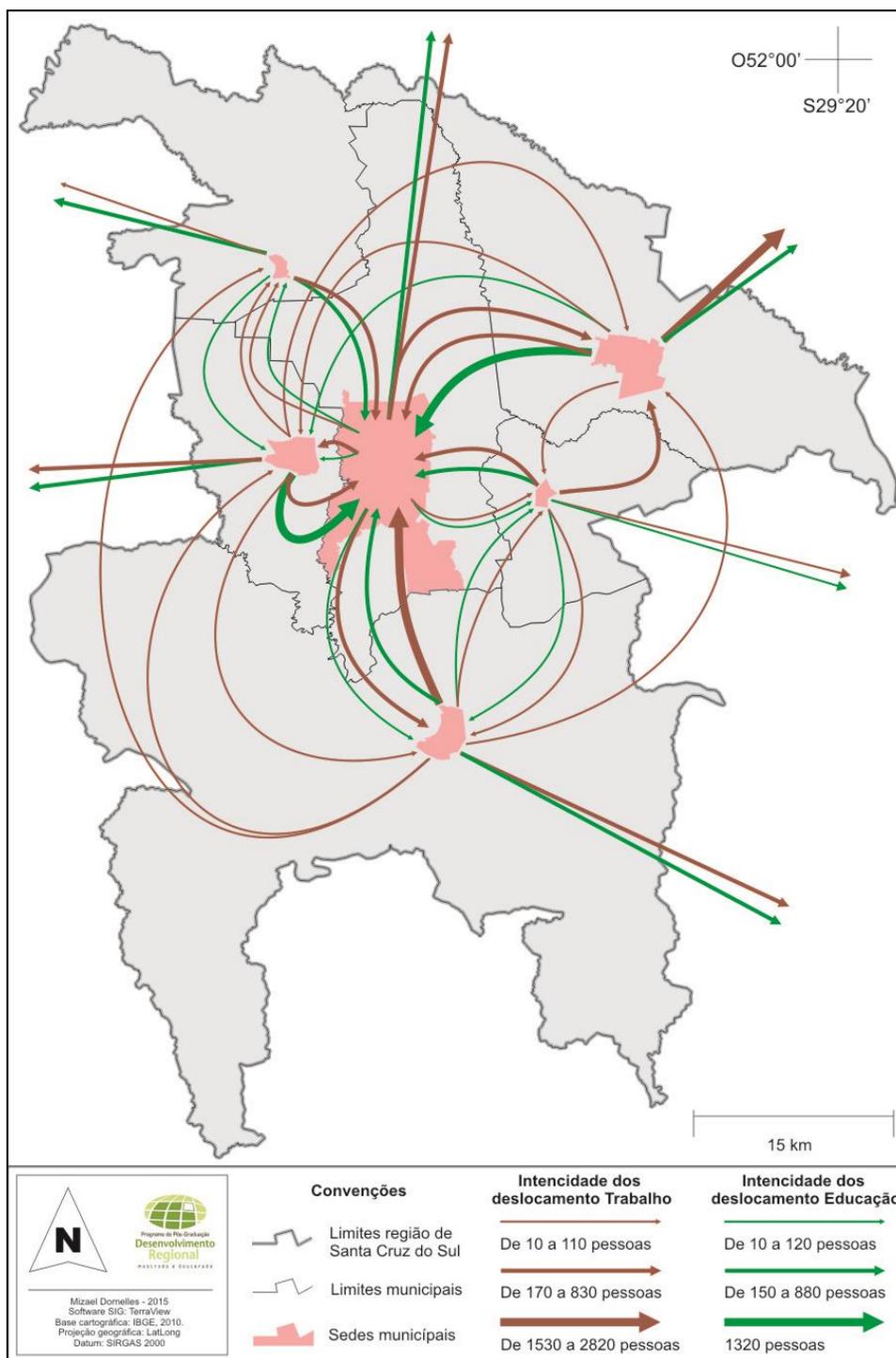
0,599 em 2000 para 0,707 em 2010 - uma taxa de crescimento de 18,03%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 26,75% entre 2000 e 2010 (PNUD, 2013).

Cabe ainda destacar, de acordo com o IBGE-CENSO (2010), os movimentos diários, deslocamentos pendulares, relativos à ocupação e educação. Os deslocamentos por ocupação e ou educação de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010, representaram 16.226 (9,34% em relação ao total de pessoas que trabalham e ou estudam nos município de origem da Região) ocorrências de deslocamento para trabalho e ou estudo.

O fluxo de pessoas em curta distância indica uma concentração de destino em Santa Cruz do Sul que recebeu mais da metade (9.176 ou 56,55%), dos deslocamentos diários da Região (mapa 3). Podemos ainda verificar que, nos municípios de Vera Cruz (27,81%, do total da Região) e Rio Pardo (26,54%, do total da Região) ocorreu maior deslocamento por ocupação, com 75,74% e 90,98%, respectivamente, para Santa Cruz do Sul. Na educação, os municípios de Venâncio Aires (35,38%) e novamente Rio Pardo (19,32%), se destacam, com significativos índices, sobre o total de estudantes que se deslocam. Mais uma vez, o município que polarizou a atração regional com 66,39% estudantes dos municípios citados foi Santa Cruz do Sul. O movimento diário realizado pelos trabalhadores dos municípios da região e estudantes correspondia diretamente a 10.760 e 5.466 pessoas, respectivamente. (IBGE-CENSO, 2010)

O mapa 4, representa cartograficamente os deslocamentos diários de pessoas dentro da Região. Apresenta os deslocamentos com dados de origem e destino, bem como, a intensidade dos deslocamentos para trabalho e educação, de acordo com os Microdados da Amostra do Censo demográfico do IBGE-CENSO (2010).

Mapa 4. Região de Santa Cruz: deslocamentos diários em 2010



Fonte: IBGE, 2010; IBGE-CENSO, 2010. Elaborado pelo autor.

No que diz respeito a educação, cabe salientar que o ensino de nível superior, presencial, está presente, notadamente, em Santa Cruz do Sul, oferta significativo número de vagas em diversos cursos, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Tais vagas são ocupadas por estudantes residentes no próprio município e

de muitos outros vizinhos, da Região e fora, o que faz com que o município transforme-se num pólo regional educacional de significativa importância.

Sobre a ocupação, a Região apresentou uma maior concentração de População Economicamente Ativa<sup>13</sup> (PEA) na área urbana, 69,65%. Destaque para Santa Cruz do Sul com 86,91% da PEA urbana no município. Os municípios de Sinimbu e Passo do Sobrado contavam, em 2010, com o predomínio da PEA na área rural, 86,99% e 80,39% do total do município, respectivamente. A População Economicamente Inativa (PEI) de Rio Pardo, também merece uma inferência, uma vez que representava o expressivo número de 47,48% da população do município. A PEI da região foi de 30,35% (IBGE-CENSO, 2010).

Quando observamos os setores produtivos<sup>14</sup>, a agricultura, em 2010, representava na Região 25,68% das ocupações das pessoas com 10 anos ou mais de idade. Atividades como indústria e construção e comércio e serviços responderam a 19,34% e 42,10%, respectivamente. As atividades que não foram definidas são referentes a ocupação de 2,92% das pessoas na região. Vale salientar que do total ocupado na agricultura, 48,60% apresentaram relação direta com o cultivo de tabaco. Na Indústria e construção, 41,98% estavam ocupados com o Processamento industrial e fabricação dos produtos de tabaco (IBGE-CENSO, 2010). A Taxa de desocupação (ou seja, o percentual da PEA que estava desocupada), diminuiu na região, passou de 6,45% em 2000 para 2,71% em 2010 (PNUD, 2013).

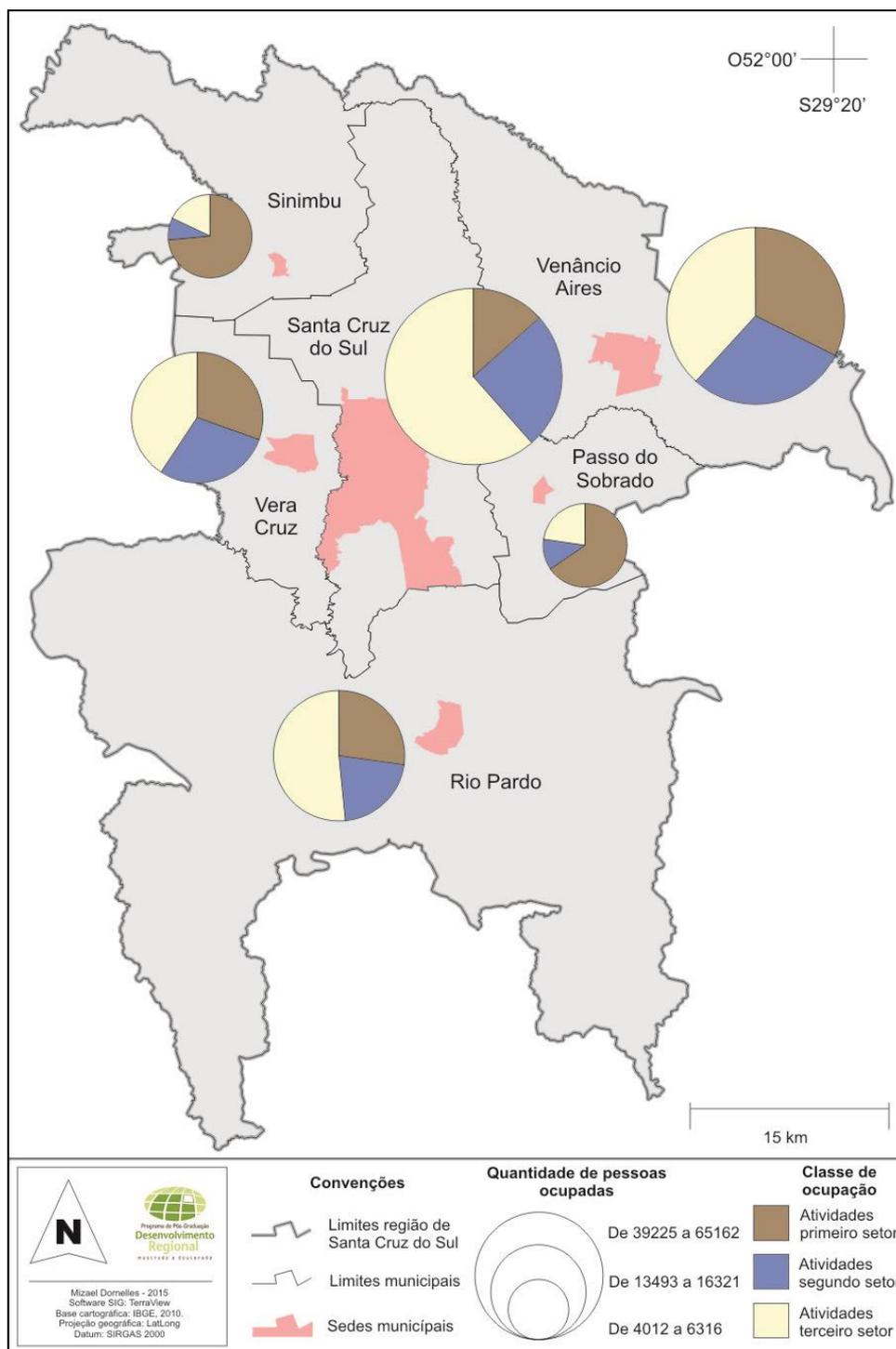
As atividades distribuídas por setores produtivos apresentam uma maior concentração no terceiro setor, em números absolutos para a Região. Entretanto parece-nos pertinente salientar que os municípios indicam diferentes concentrações. De acordo com o mapa 4, em Santa Cruz do Sul (61,25%) e Rio Pardo (51,62%) a maior concentração de pessoas ocupadas está no terceiro setor; já Venâncio Aires e Vera Cruz as ocupações estão distribuídas de maneira mais equilibrada entre os setores; e Passo do Sobrado (65,28%) e Sinimbu (75,56%) detém o pessoal ocupado predominantemente no primeiro setor (IBGE-CENSO, 2010).

---

<sup>13</sup> De acordo com IBGE (1997), a PEA é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. A PEI, a população não considerada ativa.

<sup>14</sup> Em conformidade com a divisão estabelecida pelo IBGE-CENSO e utilizada no Censo demográfico de 2010, consideramos as seguintes atividades: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura, Indústrias extrativas, como primeiro setor produtivo; Indústrias de transformação, Construção, como segundo setor produtivo; relacionadas a administração pública, comércio e serviços em geral como terceiro setor produtivo.

Mapa 5. Região de Santa Cruz: pessoas ocupadas por classe de atividade em 2010



Para Breitbach (2014) que propõe uma análise do perfil produtivo da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul<sup>15</sup>, a região pode ser considerada em

<sup>15</sup> As Microrregiões Geográficas foram estabelecidas pelo IBGE a partir e para fins estatísticos. No caso da Microrregião de Santa Cruz, é formada por 16 municípios, a saber: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão,

situação de vulnerabilidade, no que tange a sua evolução a longo prazo. Dois fatores são destacados em sequência, pela autora: primeiro, cerca de 85% da produção de tabaco em folha da microrregião é destinada ao mercado externo dominado por um pequeno número de grandes empresas; e segundo, o produto final tem seu uso vinculado a graves consequências para a saúde humana, originando diversas legislações de restrição de consumo.

Entretanto, Breitbach (2014, p. 50), insiste que, “[...] a dinâmica regional não está assentada exclusivamente no fumo, mas apresenta diversos ramos produtivos relativamente sólidos e promissores”. Através da metodologia de Almeida e Ribeiro (1991) citado por Breitbach (2014), a microrregião foi caracterizada como diversificada por apresentar pelo menos três gêneros produtivos com peso superior a 10% cada um e cuja soma não ultrapasse 60% de pessoas ocupadas.

Dada à importância que assume o tabaco em folha na região de Santa Cruz, na indústria de transformação, cumpre explicitar que o processamento industrial da folha de tabaco consiste em classificar, separar, picotar, desumidificar, separar em pedaços de lâminas e em talos, empacotar. São etapas realizadas no interior das unidades de processamento, situadas nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. A fabricação de cigarros também se dá na Região, através de uma fábrica situada em Santa Cruz do Sul (SILVEIRA, 2003).

A produção da Indústria e Comércio e serviços, que correspondia segundo a FEEDADOS (2012, 2010 e 2007) a média de 37,92% e 53,48% do PIB<sup>16</sup> da Região, tem sua concentração em Santa Cruz do Sul. O município participou com 57,11% no PIB Regional. As ocupações que põem em evidência as empresas da região, devido ao maior número de pessoas, estão relacionadas ao município de Santa Cruz do Sul seguido por Venâncio Aires, que apresentam maior concentração de atividades: na Indústria de transformação; no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; na Construção; Educação; Administração pública, defesa e seguridade social; e Serviços domésticos (IBGE-CENSO, 2010). As principais empresas exportadoras da região também estão situadas nestes dois municípios, e estão

---

Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

<sup>16</sup> O “Produto Interno Bruto” tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (país, estado ou município), durante um período específico de tempo (ano, semestre, trimestre ou mês). Comumente é dividido em três setores: Agropecuária, Indústria e Comércio e serviços.

notadamente relacionadas com a produção de tabaco em folha, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, em 2014, a Região sediava cerca de 40 empresas exportadoras de tabaco. Trata-se do maior centro de processamento de tabaco em folha do país.

O PIB *per capita* médio da região em 2010 foi de R\$ 29.360,21, sendo o maior registrado em Santa Cruz do Sul (R\$ 39.901,00) e o menor em Sinimbu (R\$ 12.127,84). Já o valor do rendimento médio mensal da população com 10 anos ou mais de idade na região foi de 60,20% recebendo até três salários mínimos<sup>17</sup>. Outros 22,33% correspondiam as pessoas sem rendimento, ou que recebiam somente em benefícios. Isto é, 17,47% das pessoas com 10 anos ou mais tinham um rendimento médio mensal acima de três salários mínimos na região, ou ainda, 0,59% da população tinham um rendimento acima de 20 salários (IBGE-CENSO, 2010).

Segundo PNUD (2013), a proporção de pessoas pobres na região, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 18,22%, em 2000, para 7,80%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>18</sup> que passou de 0,50, em 2000, para 0,47, em 2010. Podemos assim, verificar uma redução na região. O município de Passo do Sobrado foi o único que apresentou aumento de desigualdade (de 0,44 em 2000 para 0,47 em 2010).

Sobre a agropecuária, as culturas agrícolas predominantes, com maior quantidade produzida, na região de Santa Cruz dividem-se entre banana, erva-mate, laranja, tangerina e uva no que concerne às lavouras permanentes. Arroz, tabaco, mandioca, milho e soja nas lavouras temporárias. Os municípios da Região, excluindo Rio Pardo, apresentaram maior produção temporária de tabaco, mandioca e milho, já Rio Pardo, arroz e soja, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE-PAM, 2007, 2010 e 2013).

Na lavoura permanente, a erva-mate e a laranja são os destaques em quantidade produzida, sendo a primeira, produzida somente nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Nos anos de 2007, 2010 e 2013 (IBGE-PAM), os ganhos obtidos com a produção de erva-mate e laranja representaram 51,94% do

---

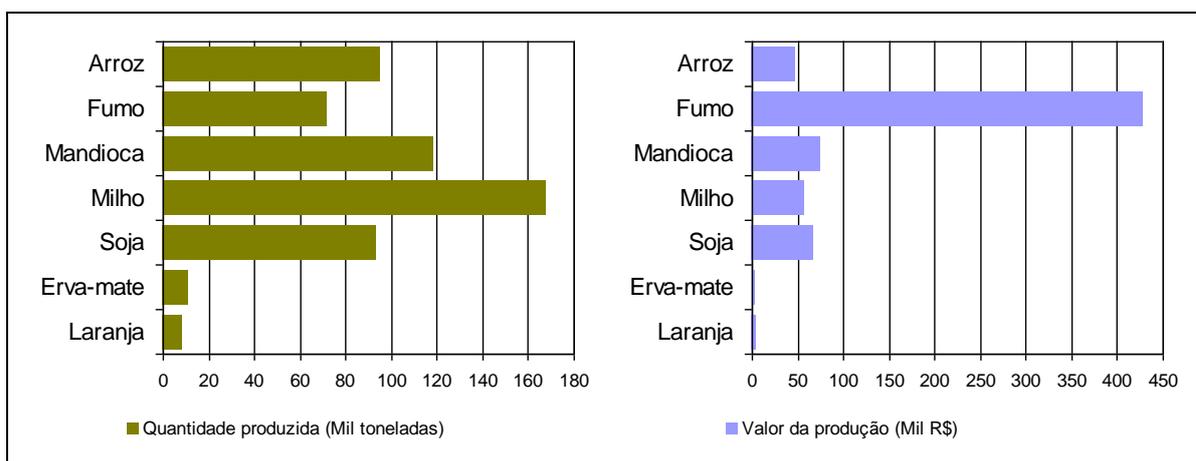
<sup>17</sup> O salário mínimo utilizado como referência na época era de R\$ 510,00 (IBGE-CENSO, 2010).

<sup>18</sup> Este índice é usado para medir o grau de concentração de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2013).

montante das culturas permanentes da região. Em linhas gerais, a produção a partir das lavouras permanentes não auferem ganhos comparados as culturas temporárias (com rendimento 48 vezes maior no período). Isto é, os maiores ganhos podem ser verificados no alto valor da produção do tabaco em folha, sendo abruptamente superior às demais culturas. No conjunto dos anos 2007, 2010 e 2013 a arrecadação média com o tabaco em folha representou 60,04% do montante das culturas temporárias, somando R\$ 428,1 mil reais dos R\$ 713 mil reais arrecadados. Destacamos ainda que no interstício de 2007 a 2013 o crescimento da arrecadação no valor de produção do tabaco em folha saltou 49,06% dos R\$ 351,9 mil para R\$ 524,6 mil (IBGE-PAM, 2009 e 2010).

A figura 2, exibe dois gráficos relativos as principais lavouras, permanente e temporárias, da região. Procura explicitar as diferenças entre quantidade produzida e valor da produção. Isto é, o valor da produção de tabaco em folha, diante das outras culturas, foi muito superior no período analisado. A média de valor por tonelada fica em R\$ 5.959,17 para o tabaco em folha, enquanto que, para a soja, segunda maior média na Região, foi de R\$ 719,27.

Figura 2. Região de Santa Cruz: relação entre quantidade produzida e valor da produção (média 2007, 2010 e 2013)



Fonte: IBGE-PAM 2007, 2010 e 2013. Organizado pelo autor.

Quanto à pecuária, em relação ao efetivo de rebanhos, a Região conta com significativa quantidade de bovinos, suínos e aves. Este último representa a média de 70,61% do total de rebanho segundo os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE-PPM) para os anos de 2007, 2010 e 2013. Neste mesmo período, os bovinos representavam 19,82% e os suínos 6,68% do total de unidades de animais. O

restante do efetivo se divide em menor número nos rebanhos de ovinos, caprinos, bubalinos, equinos e coelhos. O município de Rio Pardo foi o único que apresentou maior efetivo bovino registrado que de aves, 50,02% do total da região na média de 2007, 2010 e 2013. Como reflexo da grande porcentagem de aves e bovinos na Região, a produção de origem animal se destaca com o leite e ovos de galinha que representaram, conforme IBGE-PPM (2007, 2010 e 2013), a quantia média de R\$ 27,5 mil reais dos R\$ 28,2 mil reais arrecadados (97,65%).

Neste cenário, muitas questões relativas da produção agropecuária podem ser diretamente relacionadas com a estrutura fundiária da Região, que apresentou pequeno aumento no número e na área dos estabelecimentos agropecuários entre 1995 e 2006, de acordo com IBGE-CENSO (1995 e 2006). Mas cabe salientar que apesar do crescimento, o mesmo ainda é paulatino, visto que o número de estabelecimentos cresceu em apenas 1,44% e a área total em 2,64%, neste interstício de 11 anos. Os municípios de Sinimbu e Venâncio Aires apresentaram decréscimo em número de estabelecimentos e área, conforme tabela 3.

Tabela 3. Região de Santa Cruz: evolução da estrutura fundiária (1995 e 2006)

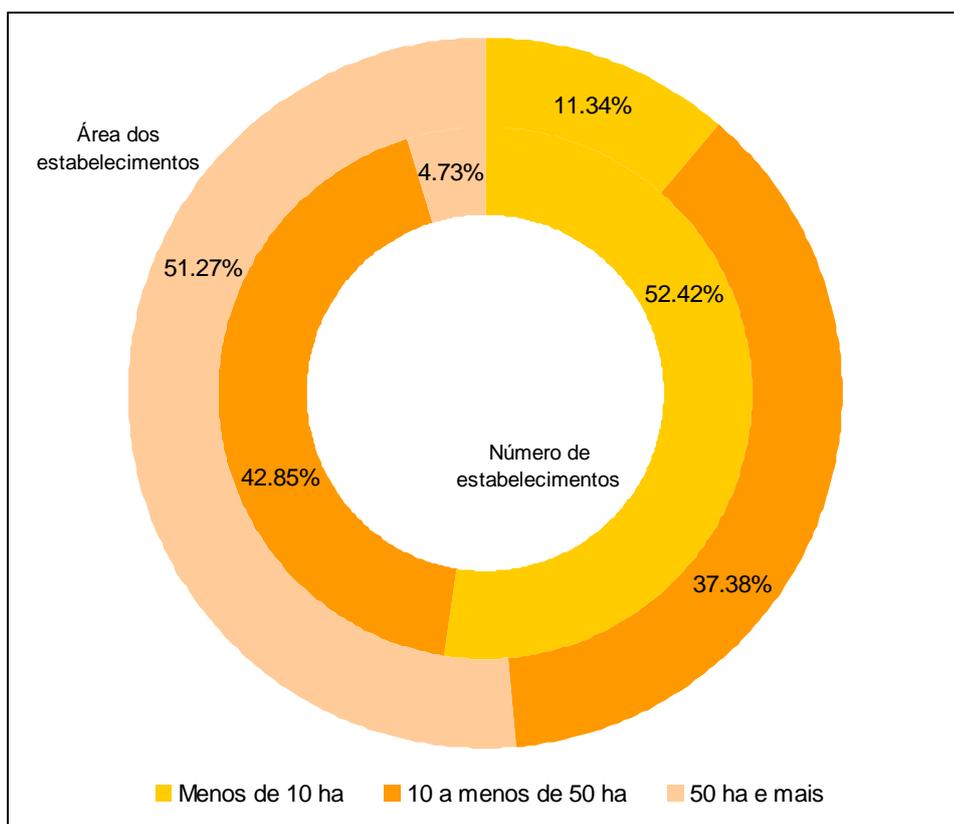
|                        |      | Passo do Sobrado | Rio Pardo | Santa Cruz do Sul | Sinimbu | Venâncio Aires | Vera Cruz | Região  |
|------------------------|------|------------------|-----------|-------------------|---------|----------------|-----------|---------|
| Nº estab. agro. (un)   | 1995 | 1.068            | 3.001     | 3.128             | 2.259   | 5.412          | 1.717     | 16.585  |
|                        | 2006 | 1.241            | 3.574     | 3.260             | 1.858   | 5.046          | 1.845     | 16.824  |
| Área estab. agro. (ha) | 1995 | 14.970           | 171.402   | 49.399            | 48.446  | 59.984         | 22.092    | 366.293 |
|                        | 2006 | 24.298           | 175.159   | 48.370            | 48.147  | 59.719         | 20.284    | 375.977 |
| Menos de 10 ha         | 1995 | 630              | 1794      | 1130              | 630     | 3.304          | 943       | 8.431   |
|                        | 2006 | 763              | 2164      | 1331              | 465     | 2978           | 1132      | 8.833   |
| 10 a menos de 50 ha    | 1995 | 403              | 772       | 1.935             | 1480    | 2.005          | 730       | 7.325   |
|                        | 2006 | 409              | 919       | 1.812             | 1207    | 1.814          | 626       | 6787    |
| 50 ha e mais           | 1995 | 35               | 435       | 63                | 124     | 90             | 42        | 789     |
|                        | 2006 | 59               | 452       | 65                | 96      | 56             | 41        | 769     |
| Sem declaração         | 1995 | -                | -         | -                 | 25      | 13             | 2         | 40      |
|                        | 2006 | 10               | 39        | 52                | 90      | 198            | 46        | 435     |

Fonte: IBGE-CENSO, 1995 e 2006. Organizado pelo autor.

Ainda sobre a estrutura fundiária municipal, podemos observar que o tamanho médio das propriedades da Região apresentou um aumento muito pequeno no período de 1995 (22,09 ha) para 2006 (22,35 ha). Quando observadas as classes de área, 52,42% dos estabelecimentos agropecuários em 1995 e 2006 estão na classe de Menos 10 ha, e 95,27% com menos de 50 ha. Destacamos ainda que estes estabelecimentos representavam 48,72% da área total, o que ilustra uma forte concentração de terra na Região. Os 4,73% estabelecimentos com mais de 50 ha

existentes na Região, ocupam 51,27% da área total dos estabelecimentos. Cabe ainda, destacar que a maior parte desses estabelecimentos é dos próprios produtores. Esta situação em que os produtores são proprietários das terras representa 81,03% da condição geral em que se apresenta a estrutura fundiária da região de Santa Cruz (IBGE-CENSO, 1995 e 2006). A figura 3 apresenta um gráfico que auxilia no entendimento da concentração. Enquanto número dos estabelecimentos agropecuários fica dividido, com o predomínio de estabelecimentos até 50 ha, a área é extremamente desigual, concentrada em estabelecimentos com mais de 50 ha.

Figura 3. Região de Santa Cruz: concentração de terra (média 1995 e 2006)



Fonte: IBGE-CENSO, 1995 e 2006. Organizado pelo autor.

Embora a Região apresente um predomínio de estabelecimentos agropecuários até 50 ha, existe concentração de terras entre os estabelecimentos com mais de 50 ha e o município de Rio Pardo destoa dos demais, com a maior concentração de terras da região 85,64% para 4,02% dos estabelecimentos. Esta significativa concentração de terras esclarece a considerável presença de *commodities* agrícolas tradicionais que exigem grandes lavouras, como arroz e soja

e também o representativo número de bovinos no município (IBGE-CENSO, 1995 e 2006).

Nesta perspectiva vale lembrar Ramos (2001, p. 149), quando aponta estudos recentes que procuram relacionar estrutura fundiária e desenvolvimento, e, afirma que “[...] se reconhece hoje amplamente as vantagens sociais de uma estrutura fundiária não concentrada ou de uma exploração de terras por famílias de trabalhadores/proprietários”. Os estudos assinalados por Ramos também revelam a desigualdade fundiária como condicionante de uma estrutura socioeconômica (e conseqüentemente de problemas sociais). Isto é, quanto maior for a distribuição e o acesso a terra, maior será o lucro por hectare e a renda por família. Assim, há que se considerar que muitas das carências da região, passam pelo problema da distribuição de terras.

### **3.3 As cidades da região**

Outro aspecto que consideramos importante, no que diz respeito ao desenvolvimento regional da região, trata da visão sobre as ‘redes e fluxos do território’ a partir das cidades. Tema este que constitui uma linha de investigação permanente do IBGE que procura analisar relacionamentos e ligações entre cidades brasileiras, bem como sua acessibilidade e a configuração espacial de suas trocas de ordem material e imaterial. Apontamos, assim, como referência indispensável os estudos “Regiões de Influência das Cidades”, IBGE-REGIC (2008) e “Gestão do território” IBGE (2014b).

Este primeiro estudo das regiões de influência das cidades corresponde a uma atualização em continuidade a uma tradicional linha de pesquisa do IBGE que trata da hierarquia da rede urbana brasileira<sup>19</sup>. Mostra-se como significativo na definição mais recente apresentada para a hierarquia dos centros urbanos e também para a delimitação das regiões de influência a eles associadas a partir de aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços. Vale salientar que foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e de empresas privadas. Os resultados das

---

<sup>19</sup> O marco fundamental desta linha de pesquisa, remete ao estudo “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, realizado, em 1966 com o objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços. (IBGE-REGIC, 2008).

classificações oferecem uma visão geral dos fluxos relatados nos questionários da pesquisa.

A cidade de Santa Cruz do Sul está classificada como “Centro Sub Regional A”. Os Centros sub-regionais correspondem a 169 centros, de atividades de gestão menos complexas. Isto é, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede ocorrem, principalmente, com as três metrópoles nacionais. Estão subdivididos em A e B. No caso de Santa Cruz do Sul, eram 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos. A região de influência detém 10 municípios (exclusive a região de influência de Venâncio Aires).

Venâncio Aires, Centro de Zona A, ligado através de Santa Cruz a metrópole Porto Alegre. Como Centro de Zona ficou definido um corte de 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata que exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em A e B, também. Venâncio Aires está na faixa das 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão. Duas cidades compõem esta região de influência, além de Venâncio Aires.

Sinimbu foi considerado como Centro de Zona B, dentro das 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes<sup>20</sup> e 16 relacionamentos. Com um grau de intensidade menor que o ‘Centro de zona A’, estas cidades apresentam importância regional, limitando-se as imediações/redondezas, exercendo funções elementares de gestão.

Vera Cruz, Rio Pardo<sup>21</sup> e Passo do Sobrado foram consideradas com uma centralidade e atuação que não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seus habitantes. Esta classe tem população, em geral, inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Quando considerada a ‘área de influência segundo temas específicos: agropecuária’, Santa Cruz do Sul se iguala a metrópoles de terceiro nível como

---

<sup>20</sup> Importante lembrar que a população total do município de Sinimbu foi de 10.315 habitantes e 1.361 vivendo na sede, em 2007, segundo a contagem da população realizada pelo IBGE (2007). Assim, a classificação esta relacionada, não a população, mas a funções elementares de gestão que entendemos como baixas ou nulas o que torna a posição deste município bastante questionável.

<sup>21</sup> O município de Vera Cruz tinha uma população de 22.652 habitantes e 12.134 vivendo na sede, já Rio Pardo 37.408 no município com 25.702 na sede, de acordo com IBGE (2007). Como no caso de Sinimbu, não foi o total populacional que influenciou esta classificação.

Porto Alegre, embora seja terceiro seu nível de gestão territorial, têm porte e projeção nacional que garante inclusão neste conjunto de metrópole. Se considerado o item 'origem de insumos', iguala-se a São Paulo, grande metrópole nacional, alocada no primeiro nível da gestão territorial. No entanto, tem que se considerar que Santa Cruz do Sul, não fabrica os insumos, mas repassa aos agricultores produtores de tabaco em folha, dentro do sistema integrado de produção. No sistema integrado de produção de tabaco em folha os agricultores familiares produtores de tabaco, por meio de contrato com as empresas, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com determinadas especificações técnicas de qualidade, e a 'entregar' as empresas sua produção. As empresas, em troca, garantem o fornecimento de insumos, assistência técnica, intermediação de financiamento junto aos bancos, do transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas e da compra integral do tabaco (SILVEIRA; DORNELLES; FERRARI, 2012).

Cabe ainda destacar que, o 'destino da produção' é caracterizado pelo predomínio da cultura do tabaco em folha através de um padrão de distribuição designado, predominantemente, por uma distribuição da produção onde os produtos seguem direto para indústria de processamento, presentes em pontos específicos do território. A 'origem dos insumos', formam uma rede de maior complexidade na Região e envolvem sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos diversos, etc. Uma vez que, insumos compreendem elementos bem distintos entre si. Os fluxos são mais curtos, de pequenos e médios produtores rurais que se dirigem aos municípios a partir da Região.

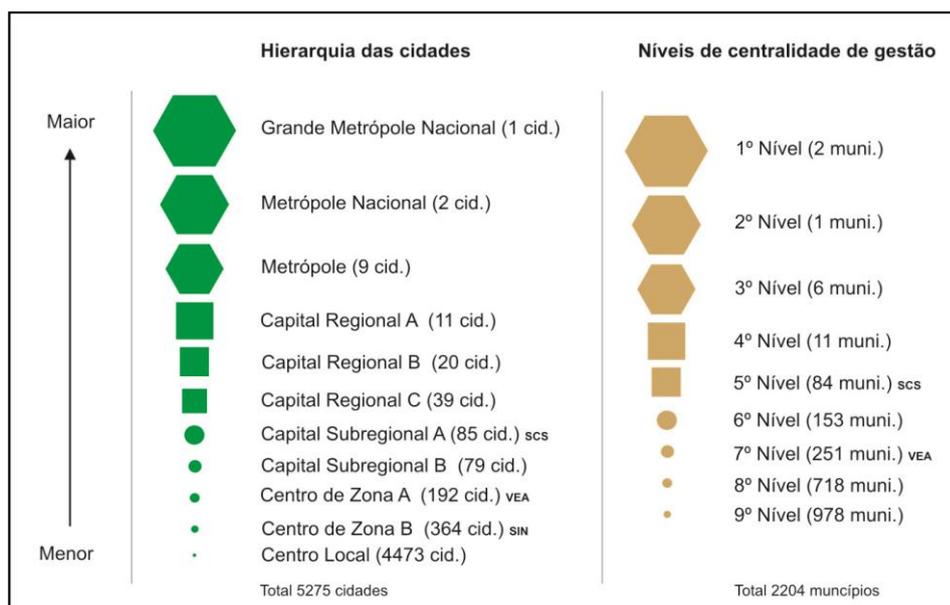
O estudo sobre a gestão do território, IBGE (2014b) investiga as redes e fluxos do território nacional em uma de suas dimensões imateriais: os fluxos de gestão. Em linhas gerais o estudo procura compreender "[...] como as diferentes regiões e cidades se conectam através da gestão do território e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle do País". (IBGE, 2014b, p. 10). Para tanto, o lado do Estado foi representado pelas instituições públicas federais que possuem unidades espalhadas pelo território nacional para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos e o lado do Mercado, representado pelas empresas privadas multilocalizadas. As constatações finais indicaram que São Paulo-SP e Brasília-DF dividem o topo da centralidade das redes de gestão do país, devido a sólida presença de empresas privadas e instituições

públicas federais, bem como, foi saliente a correspondência aproximada entre o tamanho demográfico das cidades e sua centralidade de gestão. Também ficam marcadas as diferenças de articulação territorial entre Estado e Mercado, nas quais o segmento público desempenha um importante papel, se fazendo presente nas regiões onde o segmento privado tem menos interesse de atuação.

A classe de centralidade de gestão do território do município de Santa Cruz do Sul foi quinto nível que corresponde a 84 municípios equivalentes a algumas capitais das regiões Norte e Nordeste, onde a presença da gestão pública ocorre fortemente, quando comparada à atuação mais fraca do setor privado e outras tantas cidades médias espalhadas pelo país. Venâncio Aires foi classificado em sétimo nível, junto a outros 251 municípios. Entretanto, Rio Pardo, Passo do Sobrado, Sinimbu e Vera Cruz somam-se a maioria dos municípios brasileiros (60,4%), que não possuem entidades das instituições selecionadas ou não se conecta a estrutura de ligação das sedes e filiais de companhias, estando excluídos das bases de dados utilizadas.

A figura 4, busca estabelecer uma comparação entre os dois estudos realizados pelo IBGE que sugerem: uma hierarquia das cidades com base na gestão do território e considera aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços (IBGE-REGIC, 2008); e os Níveis de centralidade a partir do fluxos de gestão do território IBGE (2014b).

Figura 4. Hierarquia da gestão do território (2008) e Níveis de centralidade (2014b)



Fonte: IBGE-REGIC, 2008; IBGE, 2014b. Adaptado pelo autor.

Estes dois estudos nos possibilitaram destacar uma considerável representatividade de Santa Cruz do Sul, quando contemplados aspectos determinados. Também ilustram a cidade e seu entorno justificando as relações de um território regionalizado com o predomínio de critérios administrativos, no entanto, sem perder suas características socioespaciais principais. Mostram ainda que a forte relação de Santa Cruz do Sul com o cultivo do tabaco, processamento das folhas de tabaco e a produção de cigarros tem colocado a cidade em posição de destaque no cenário nacional. A centralidade alcançada contribui para a formação e consolidação de outros setores produtivos devido a infraestrutura já estabelecida que foi aprimorada pelas multinacionais do tabaco.

### **3.4 Desenvolvimento regional na região de Santa Cruz**

A região de Santa Cruz que definimos, a partir de um ponto de vista administrativo e da contigüidade territorial, também apresenta uma construção social que considera os laços comuns e traços de identidade, capazes de provocar desafios e propor objetivos coletivos. Entretanto, os interesses setoriais tem ganhado maior evidência, devido a forte especialização produtiva que mostra uma dependência da região para com o tabaco.

Se o território regional despertou o interesse de multinacionais, baseado em sua articulação interna e devido as suas especificidades e particularidades, pode ser repensado com esta perspectiva, uma vez que, não foi de maneira espontânea que a região tornou-se o que é hoje. Isso envolveu um planejamento de determinados setores, que acabou por privilegiar alguns interesses, gerando externalidades diversas. Estas externalidades valorizam e desvalorizam o território e expressam a realidade da vida social.

O incremento resultante da internacionalização das relações que envolvem o tabaco na região, trouxe uma serie atributos tecnológicos, muitos relacionados aos fluxos imateriais. Que, mesmo de forma incipiente, começam a ser incorporados e aplicados em outros setores e tornam-se acessíveis à comunidade regional. Todavia, o aumento dos fluxos corporativos, a eliminação de expressivas empresas locais e regionais junto a drenagem do dinheiro social, revelam um estado de empobrecimento. A região de Santa Cruz encontra-se em um estágio de vulnerabilidade e, em certa medida, empobrecimento devido à dependência produtiva do tabaco.

Por fim, trazemos uma abordagem do desenvolvimento regional que não mede as regiões, mas procura entender sua realidade. Assim um outro ponto importante que tratamos é o uso do território na região de Santa Cruz. Este uso ocorre de diferentes formas, ora aproveitando ou alterando os recursos disponíveis, ora implantando novos recursos. Fica latente a participação do tabaco nesses usos. O território é usado para produzir as plantas, processar as folhas e ainda produzir cigarros.

## 4 – CIGARROS E INTERAÇÕES ESPACIAIS

As interações espaciais pensadas a partir de um produto, o cigarro, pressupõem alguns esclarecimentos: estamos considerando como cigarro, uma pequena porção de diferentes tipos de tabaco picados e misturados, somados a aditivos químicos e envoltos em papel especial com um filtro em uma das extremidades (produzido de forma industrial em grande escala); e interações espaciais, de acordo com Correa (1997b, p. 279) como “[...] um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. Com isso, cigarros e interações espaciais foram retratados neste capítulo, doravante a unidade de produção de cigarros da PMB instalada na região de Santa Cruz. Para tanto, notabilizamos, em três tópicos, algumas características e relações “Sobre os cigarros”, “A multinacional PMI e sua subsidiária PMB” e “A rede de interações espaciais da PMB”.

### 4.1 Sobre os cigarros

O cigarro é um derivado do tabaco. O tabaco, de acordo com VOGT (1997) é uma erva da família das solanáceas, nativo da América, descoberto por europeus em 1492. Depois de preparadas as suas folhas a finalidade predominante sempre foi para fumar, cheirar ou mascar.

Segundo Nardi (1989), o tabaco tem sua origem nos Andes bolivianos e se expandiu pelo território brasileiro através de migrações aborígenes, notadamente de Tupi-Guarani. Por outro lado, Vogt (1997, cita Martinez [1958]) para salientar que estes registros indicam que o tabaco já existia na América Central há mais de 4000 anos, nas regiões do México e Guatemala, sendo utilizado em cerimônias religiosas<sup>22</sup> pelos Maias. O cachimbo era a principal forma de uso do tabaco para fumar, no entanto, cigarros simples produzidos a partir de folhas secas cilíndricamente enroladas teriam apresentado a comitiva europeia de Cristóvão Colombo em 1492 estabelecendo o primeiro contato dos europeus com o tabaco (VOGT, 1997).

Etges (1991), salienta que não se conhece exatamente a origem do tabaco. O termo por um lado, apresenta relação com cilindros utilizados para aspirar fumaça e

---

<sup>22</sup> Acreditava que através da inalação da fumaça pudessem adquirir algum poder mágico (VOGT, 1997).

folhas enroladas que formavam uma espécie de charutos, apreciados por índios da família linguística *arawak*, presentes em toda América. Em contrapartida, a expressão era conhecida na Ásia desde o século IX, com origem no termo árabe *Tabâqq* usado para designar plantas que eram fumadas (ETGES, 1991).

O tabaco era de uso comum entre as tribos indígenas brasileiras e cultivado em toda a costa do país quando ocorreu a chegada dos europeus. O hábito de fumar era o mais relevante, embora existissem outros usos (comido, bebido, mascado, chupado e aspirado). “[...] Depois de um século da chegada de Colombo o tabaco já era conhecido e usado em todo o mundo” (ETGES, 1991, p. 41).

Sobre a introdução e difusão do tabaco na Europa, também não há registros exatos, mas a hipótese mais provável está relacionada ao embaixador francês de Portugal<sup>23</sup> (entre 1559-1561), impressionado com as qualidades medicinais da planta teria a enviado para Paris no intuito de curar as enxaquecas da Rainha. Assim, a rainha começou a “pitar” e imediatamente foi imitada pelos nobres de sua corte, dando início ao mercado de tabaco em pó, ou, rapé. Depois da inserção do tabaco através do rapé, ganhou destaque o ato de fumar, cachimbo, charuto e mais tarde cigarros. O último, no século XIX, quando oficiais ingleses e franceses aprenderam com os aliados turcos seu uso, durante a Guerra da Criméia<sup>24</sup> (ETGES, 1991).

Além do hábito mais “sofisticado” de fumar apreendido com os turcos durante a Guerra da Criméia, junto aos primeiros charutos, surgiram os primeiros cigarros com uma reputação negativa. Como os primeiros charutos, ficaram restritos aos mais abastados economicamente, os mendigos de Sevilha, Espanha, começaram a picar os restos dos charutos que encontravam nas ruas e a enrolar em papel o tabaco picado para fumar. Isto é, o cigarro nasceu de uma improvisação originada na necessidade dos mais pobres. Logo, é questionável a informação que os cigarros foram introduzidos na Europa como resultado da Guerra da Criméia (ELLIOTT, 2009).

De acordo com Elliott (2009), a produção de cigarros no ocidente teve início em 1856 em Londres, Reino Unido, quando um jovem veterano, Robert Gloag, abriu a primeira fábrica de cigarros para vender uma marca chamada *Sweet Threes*.

---

<sup>23</sup> Jean Nicot foi embaixador da França em Portugal entre 1559-1561. O gênero das plantas *Nicotiana* e *Nicotina* são derivadas de seu nome (ETGES, 1991).

<sup>24</sup> Conflito que ocorreu entre 1853-1856 na península da Criméia (mar Negro), ao sul da Rússia e nos Bálcãs. Uma reação às pretensões expansionistas da Rússia.

Poucos anos mais tarde, outro inglês, Philip Morris, começou a fazer cigarros à mão, personalizados, em sua tabacaria e deu origem a uma das maiores multinacionais do tabaco.

Fernandes (2007, p. 30) lembra que “Paris foi invadida pelo cigarro em 1860. Nos Estados Unidos, houve verdadeira explosão do cigarro na década de 1880, quando se inventou uma máquina que produzia duzentas unidades por minuto”. Assim, posteriormente, surgiram outras, novas, máquinas capazes de produzir cada vez mais. Somado a possibilidade da grande produção, o cigarro era mais econômico, mais cômodo de carregar e usar do que charuto ou cachimbo. E o hábito de fumar cigarros, se difundiu, constituindo um dos maiores fenômenos da cultura ocidental.

No ano de 2010, o lucro oriundo do tabagismo, predominantemente da produção de cigarros, foi de cerca de US\$ 35 bilhões de dólares. Estes valores representam a mesma cifra obtida através dos lucros, no mesmo ano, da Coca-Cola, da Microsoft e da rede McDonald's. Trata-se de um expressivo controle econômico concentrado em poucos grupos com o poder de influenciar a política de diversos países do mundo. As “*Big Six*”, seis maiores fabricantes de cigarros do mundo são: a China National Tobacco Corporation (CNTC)<sup>25</sup>, um monopólio de Estado (a maior parte dos cigarros do mundo são produzidos na China, que controla cerca 43% do mercado global); a PMI e a Altria/ Philip Morris USA, da qual a legendária *Marlboro* é a marca mais difundida, com 20,2% do mercado. A British American Tobacco (BAT) logo em seguida a por fim, Japan Tobacco International (JTI) e a Imperial Tobacco (ERIKSEN, 2012). A tabela 4 apresenta um *ranking* com as cinco maiores empresas internacionais de tabaco e maiores fabricantes mundiais de cigarros em 2010.

---

<sup>25</sup> A China National Tobacco Corporation (CNTC) contrata fábricas locais, menores, que produzem de acordo com cotas do governo para distribuição da CNTC. As fábricas locais pagam um imposto para a CNTC, mas mantêm seu lucro. Os distribuidores e varejistas compram cigarros da CNTC, que é tributada pelo State Tobacco Monopoly Administration (STMA). CNTC está sob a jurisdição do STMA, responsável pela aplicação do monopólio do tabaco na China. Em resumo, o STMA gerencia o monopólio e a CNTC administra o *marketing*, produção, distribuição e venda de produtos do tabaco (MARTIN, 2014).

Tabela 4. Principais fabricantes de cigarros no mundo e arrecadação em 2010

|   | <b>Empresa</b>                      | <b>Receita</b>  | <b>Market Share</b> | <b>Cigarros (un.)</b> |
|---|-------------------------------------|-----------------|---------------------|-----------------------|
| 1 | China National Tobacco Co.          | U\$16.0 bilhões | 43%                 | 2.2 trilhões          |
| 2 | PMI Inc (Altria/ Philip Morris USA) | U\$7.5 bilhões  | 20,2%               | 1.2 trilhões          |
| 3 | Japan Tobacco International         | U\$1.5 bilhões  | 9,6%                | 0.6 trilhões          |
| 4 | British American Tobacco            | U\$4.2 bilhões  | 12%                 | 0.7 trilhões          |
| 5 | Imperial Tobacco Group              | U\$2.0 bilhões  | 4,9%                | 0.3 trilhões          |

Fonte: Eriksen, 2012. Organizado pelo autor.

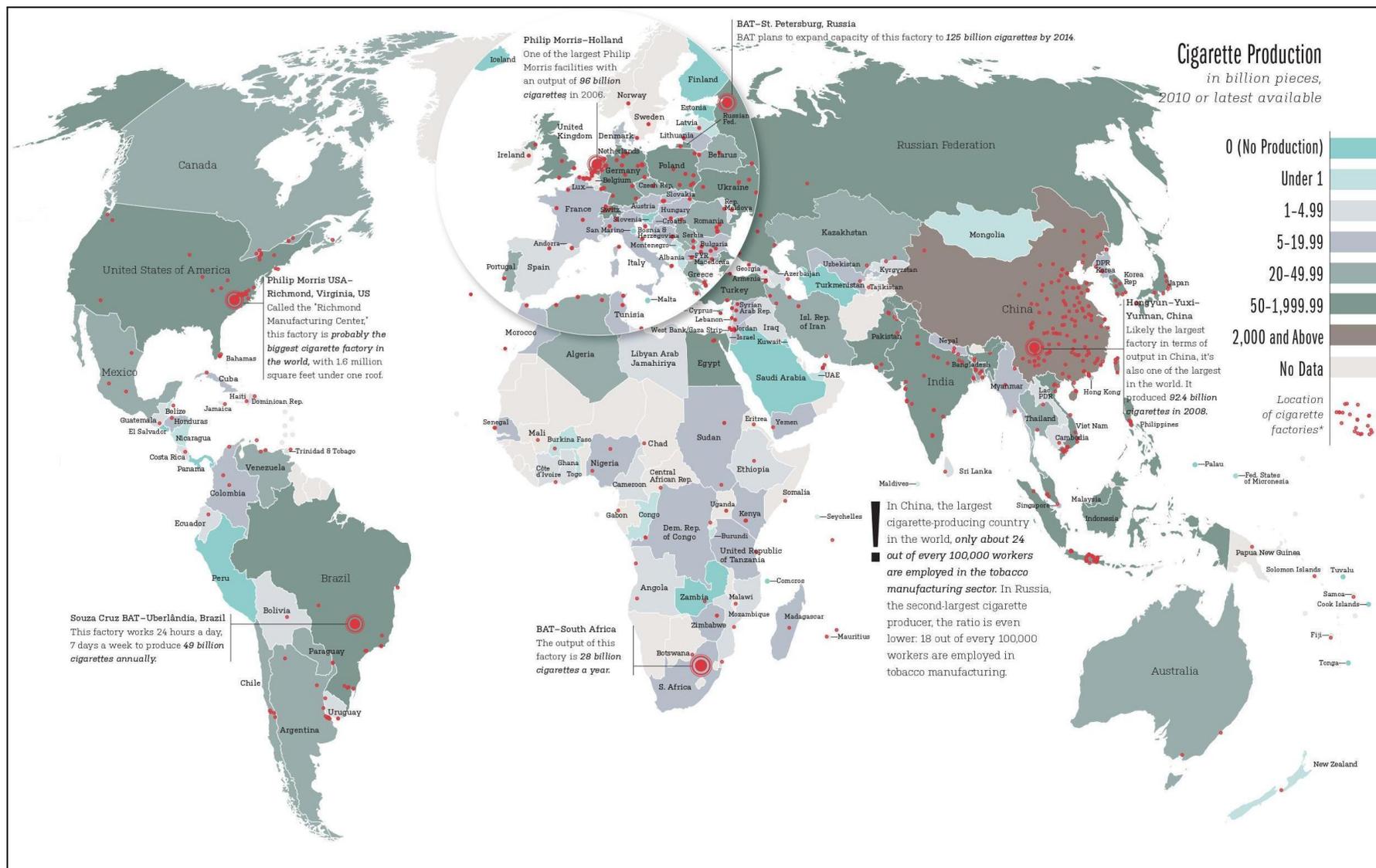
A estatal chinesa é a que mais cresce no mundo, a que mais fabrica cigarros e também o país com maior consumo. A CNTC obteve receitas de U\$ 95,2 bilhões e lucros de US\$ 19 bilhões em 2011. O governo chinês arrecada com a fabricação e venda de tabaco, bem como, com impostos sobre o tabaco que contribui entre 7% e 10% das receitas anuais totais do país em 2011.

Há mais de 500 fábricas de cigarros espalhadas pelo mundo. Estas fábricas produzem aproximadamente 6 trilhões de cigarros a cada ano, cerca de 12% a mais que há uma década atrás. Em 2010, 43% dos cigarros produzidos no mundo foram fabricados na China, seguido pela Rússia (7%), Estados Unidos da América (EUA, 6%), Alemanha (4%), e Indonésia (3%), isto é, 61 % da produção mundial (ERIKSEN, 2012).

Mas, de quais localidades vem toda esta produção? Onde os cigarros são enrolados, embrulhados, e embalados para envio? Este foi o questionamento que originou o "*Cigarette Citadels project*" (projeto Cidades dos Cigarros<sup>26</sup>) junto a Universidade de Stanford, Califórnia-EUA. Segundo os autores, o projeto fomenta o debate a partir de outro enfoque, longe do consumidor, em direção ao excesso de fábricas de cigarros no mundo e o provimento de produtos nocivos a saúde. Muitas vezes as fábricas apresentam uma localização dúbia, denominadas de "unidade de produção" ou "Centro de produção", entretanto, com os avanços da tecnologia e popularização das imagens por satélite, foi possível localizar centenas destas fábricas. Em linhas gerais, o objetivo deste projeto foi localizar todas as fábricas que produzem cigarros em todo o mundo e expor informações sobre as suas práticas (STANFORD, 2014). O mapa 6 mostra a distribuição das fábricas de cigarros pelo mundo.

<sup>26</sup> Conforme nota da Universidade, o projeto não recebe nenhum financiamento da indústria do tabaco ou de qualquer outra entidade comercial. Trata-se de um estudo realizado por estudantes de graduação de Stanford, conduzido pelo Departamento de Bolsas para Iniciação Científica da Universidade de Stanford,. Este projeto recebeu financiamento inicial do Programa Internacional de Pesquisa de Controle do Tabaco da American Cancer Society (STANFORD, 2014).

Mapa 6. Fábricas de cigarros pelo mundo



Fonte: Eriksen, 2012.

Ressaltamos de acordo com o mapa 6, as maiores fábricas de cigarros distribuídas pelo mundo. Apontamos a seguir, com base em Eriksen (2012) e Stanford (2014) algumas características destas fábricas:

- No continente americano destacamos duas fábricas. Uma da Philip Morris USA, em Richmond, Virgínia-EUA. Conhecida como "*Richmond Manufacturing Center*", considerada a maior fábrica de cigarros do mundo, com uma área total de 200 acres (809.371m<sup>2</sup>) e área construída de seis edifícios que cobrem 43 acres (174.015 m<sup>2</sup>). A produção média em 2009 foi de 150 bilhões de cigarros. E outra no Brasil, da Souza Cruz BAT em Uberlândia-MG, considerada a mais moderna da América Latina, com produção anual de 49 bilhões de cigarros, em 2010, para o mercado do país.
- Na Europa, também sinalizamos para a produção de duas fábricas, uma da PMI e outra da BAT. Situada em Bergen op Zoom, na Holanda, a fábrica da PMI produziu em 2009, 89,6 bilhões de cigarros e em 2014 teve sua planta produtiva direcionada para Grécia e Portugal devido a dificuldades econômicas e a impopularidade do tabaco no país. Ficou com a função de preparar semifaturados para a produção de cigarros em outras fábricas. Em contrapartida, no leste europeu, a BAT em São Petersburgo (Rússia) apresentou um crescimento significativo. A Rússia foi considerada o segundo maior mercado individual do BAT, com base no número de cigarros vendidos (atrás apenas do Canadá). Em 2009 foram produzidos nesta fábrica 81,5 bilhões de cigarros. A BAT pretendia expandir a capacidade dessa fábrica para 125 bilhões de cigarros a partir de 2015.
- No continente africano, a fábrica da BAT em Heidelberg, Gauteng-África do Sul, produz cerca de 28 bilhões de cigarros por ano para os mercados interno e externo e o market share local equivale a 65% no país.
- Por último, a Hongyun que produz para a CNTC – em Yuxi, na província de Yunnan-China, está localizada a maior fábrica do país e uma das maiores do mundo que apresentou produção de 92,4 bilhões de cigarros em 2008. Esta fábrica é desligada em um determinado período do ano para não produzir mais que a cota estabelecida pelo governo, a capacidade de produção anual registrada foi de 125 bilhões de cigarros, desde a década de 1990.

No Brasil, em 2011 a receita líquida da venda de cigarros no mercado nacional foi de aproximadamente R\$ 8 bilhões e a Souza Cruz, subsidiária brasileira da BAT, registrou faturamento de R\$ 5,5 bilhões. Deste total, cerca de 80% refere-se à venda de cigarro e o restante é proveniente da exportação de folha de tabaco. Quando considerado somente o cigarro comercializado no mercado interno, a Souza Cruz detém uma participação de 60% no volume de vendas, seguida pela PMB com 20%. O restante do mercado é ocupado por outras empresas menores e marcas contrabandeadas (ECONÔMICO, 2012).

Antes da aplicação do preço mínimo<sup>27</sup> a Souza Cruz estimava uma participação de 60% do mercado brasileiro de cigarros, enquanto a PMB respondia por 15% a 20%. Os produtos contrabandeados correspondiam a pouco mais de 20%. Desde a implantação do preço mínimo, a empresa divulga apenas seu *market share* no mercado legalizado, que desconsidera a entrada de produtos contrabandeados, e responde por 75% do mercado doméstico. A PMB, que não divulga seu *market share* atual, vem aumentando sua participação no mercado de cigarros do país (JORNAL DO COMÉRCIO, 2013).

A produção de cigarros no Brasil, feita pelas multinacionais Souza Cruz e PMB, ocorre em três fábricas, duas destas fábricas estão localizadas no Rio Grande do Sul e a terceira em Minas Gerais<sup>28</sup>.

A produção de cigarros no Brasil, segundo dados da Receita Federal (2015), entre 2000 e 2011, manteve uma média de 5.267.670.822 de embalagens (com vinte unidades) produzidas. A partir de 2012 foram registradas quedas sucessivas nessa produção, que representam um declínio de 31% em 2014, comparadas à média mencionada. Todavia, a indústria de cigarros no Rio Grande do Sul realizou investimentos recentes, visando ampliação e melhorias em sua planta industrial<sup>29</sup>.

O aumento das alíquotas de IPI sobre cigarros, resultado da implementação do artigo 6 da CQCT, impactou diretamente no aumento do preço unitário e é

---

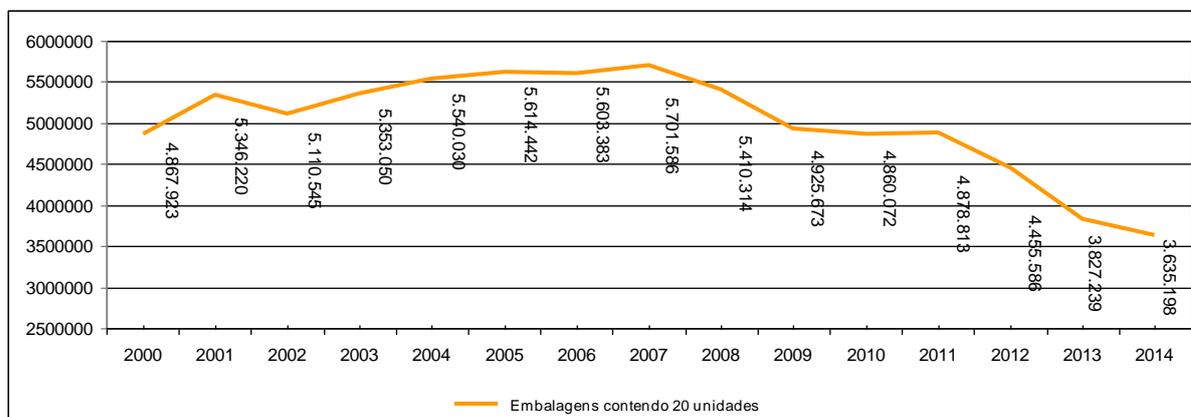
<sup>27</sup> Desde maio de 2012, o preço mínimo do cigarro passou a ser de R\$ 3,00 e foi aumentado R\$ 0,50 anualmente até que atingiu R\$ 4,50 em 2015. O preço mínimo praticado em 2015 foi de R\$ 4,50, válido em todo o território nacional. Qualquer cigarro vendido abaixo desse valor é considerado ilegal (RECEITA FEDERAL, 2015).

<sup>28</sup> No município de Santa Cruz do Sul está localizada a Phillip Morris Brasil, e nos municípios de Cachoeirinha-RS e Uberlândia-MG a Souza Cruz.

<sup>29</sup> Em 2012, a PMB integrou suas estruturas produtivas e de apoio em um único grande centro de produção e logística para atender todo o país com a produção de Santa Cruz do Sul (GAZETA DO SUL, 2013). Já a Souza Cruz, transferiu em 2009 seu parque gráfico do Rio de Janeiro para Cachoeirinha, integrando-o a fábrica de cigarros e aos centros de pesquisa e informações (GAZETA DO SUL, 2009).

apontado por Weiss e Santos (2015) como responsável por esta redução. O gráfico 4, mostra a redução do volume de cigarros produzido no Brasil entre 2000 e 2014.

Figura 5. Brasil: produção de cigarros entre 2000 e 2014



Fonte: Receita Federal, 2015. Organizado pelo autor.

Cabe ainda destacar, que em 2014, 14.241.122 embalagens com vinte unidades de cigarros foram exportadas, conforme dados da Receita Federal (2015), representando uma queda de 69% se comparado ao ano 2000. Por outro lado as importações apresentaram uma grande elevação, entre 2010 e 2014, passaram de 60.232 para 147.352 embalagens com vinte unidades de cigarros, com um aumento de aproximadamente 245% no mesmo período (ALICEWeb, 2015). As empresas que importavam cigarros em 2015 para o país eram a Souza Cruz S/A e a JTI do Brasil Ltda<sup>30</sup>. De acordo com a Receita Federal (2015) outras três empresas podem realizar importações de cigarros para o país, a saber: PMB, Golden Leaf Tobacco Ltda e Stuart Morgan do Brasil Ltda.

A tabela 5 mostra a quantidade de maços e o valor das importações de cigarros que contêm tabaco<sup>31</sup> entre 2000 e 2014. Quando observamos esta relação, o valor das importações foi aumentando e tornou esta atividade pouco lucrativa, principalmente para Souza Cruz e PMB, que produzem cigarros no país.

<sup>30</sup> Esta empresa, com uma sede de processamento de tabaco em folha em Santa Cruz do Sul, pertence ao Japan Tobacco Group, terceiro maior ator mundial neste segmento. O grupo foi formado em 1999, quando a Japan Tobacco Inc. adquiriu as operações internacionais de tabaco da multinacional R.J.Reynolds dos EUA, e em 2007 dobrou de tamanho com a aquisição da Gallaher Group, multinacional cigareira de origem irlandesa (JTI, 2012). Em 2015, importava as marcas: *Camel Filters*, *Camel Blue* e *Camel Option*; *Winston Classic* e *Winston Blue* (RECEITA FEDERAL, 2015). *Winston* é a segunda marca mais vendida no mundo e *Camel* é uma das marcas mundiais mais tradicionais e conhecidas, lançada em 1913 (FOUR COMUNICAÇÃO, 2014).

<sup>31</sup> Variável relativa ao código 24022000 na NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul). Trata-se de um código de oito dígitos estabelecido pelo Governo Brasileiro para identificar a natureza das mercadorias e promover o desenvolvimento do comércio internacional (ALICEWeb, 2015).

Tabela 5. Brasil: quantidade produzida e valor de importações de cigarros, entre 2000 e 2014

| Ano                | 2000    | 2002    | 2004    | 2006    | 2008    | 2010   | 2012    | 2014    |
|--------------------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|---------|---------|
| <b>Quantidade*</b> | 207445  | 180917  | 95635   | 88677   | 82438   | 60232  | 173725  | 147352  |
| <b>US\$ FOB</b>    | 1826714 | 1356677 | 1824380 | 2783218 | 2055460 | 780607 | 2458132 | 2603902 |

\* Embalagens com 20 unidades.

Fonte: ALICEWeb, 2015. Elaborado pelo autor.

De acordo com o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Web (ALICEWeb) do MDIC, Tabela 5, podemos verificar uma variação significativa, onde importações de cigarros apresentaram decréscimo entre 2000 e 2010 e acréscimo entre 2010 e 2014. Esta queda nas importações de cigarros pode ser explicada devido a intensificação da campanha mundial de combate ao tabagismo que busca alertar os consumidores quanto aos efeitos nocivos do tabagismo, bem como a implementação de novas políticas e maior atenção da fiscalização. Medidas essas, atreladas a CQCT. Já o aumento das importações na década seguinte, segundo Entrevista (2015c), podem estar relacionadas com as novas estratégias da JTI do Brasil Ltda, que passou a comercializar duas marcas (*Winston* e *Camel*), em versões de altos e baixos teores, importadas da fábrica de Trier, na Alemanha.

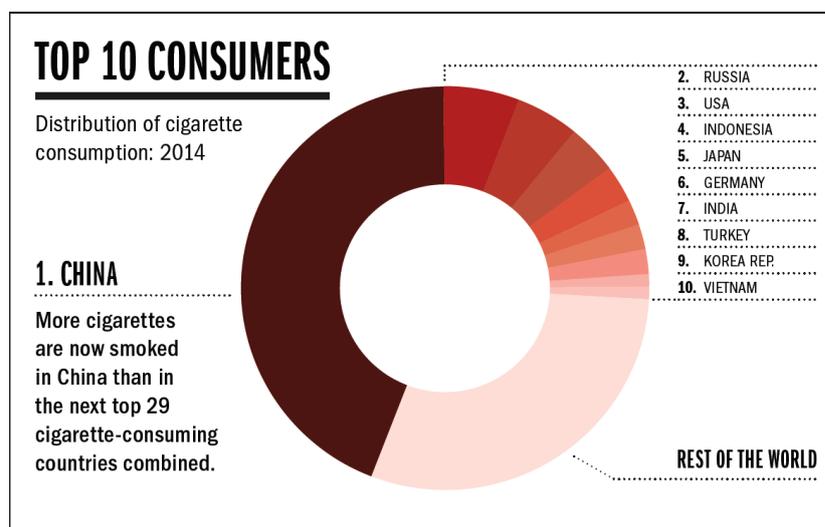
O contrato de produção e comercialização da marca da JTI do Brasil Ltda com a Souza Cruz S/A foi rescindido e a empresa tirou a marca de linha sem maiores explicações sobre o real motivo dessa rescisão (ENTREVISTA, 2015c).

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2015), estima que na atualidade, há no mundo 1 bilhão e 100 milhões de fumantes, com a prevalência nos países considerados de renda média e renda baixa. Em linhas gerais, a prevalência do tabagismo mundial diminuiu em 2013, 21% dos adultos<sup>32</sup>, em todo o mundo, eram fumantes (950 milhões de homens e 177 milhões de mulheres). Apesar do aumento da população mundial entre 2007 e 2013, a prevalência do tabagismo mundial diminuiu em 23% em relação a 2007. A prevalência do tabagismo, proporcionalmente a população, foi maior em países de renda alta, com um quarto dos adultos (25%), em 2013, como fumantes. Em contraste, 21% dos adultos que vivem em países de rendimento médio e 16% dos adultos nos países de renda baixa eram fumantes (WHO, 2015).

<sup>32</sup> Estão sendo considerados como adultos, as pessoas com 15 anos ou mais de idade (WHO, 2015).

Cerca de 5,8 trilhões de cigarros foram consumidos em todo o mundo em 2014. Ocorreram reduções consideradas significativas, nas taxas de tabagismo, no Reino Unido, Austrália, Brasil e outros países que implementaram leis mais eficientes para o controle do consumo de tabaco. Entretanto, estas reduções foram compensadas pelo aumento do consumo na China. O mercado chinês consome mais cigarros do que todos os outros países de renda média e renda baixa juntos. A China e as regiões do Oeste e do Sul da Europa apresentaram o maior consumo de cigarros por pessoa de 15 anos ou mais de idade. Ou seja, consumo maior que 30 cigarros (1 maço e meio), em média por dia (ERIKSEN, 2015). A figura 6, mostra a distribuição dos maiores consumidores de cigarros em 2014.

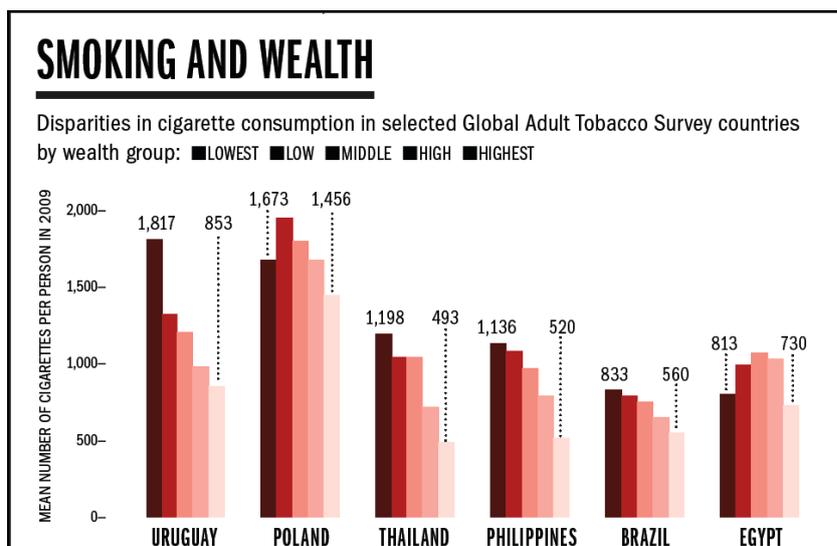
Figura 6. Distribuição dos principais países consumidores de cigarros no mundo



Fonte: Eriksen, 2015.

Sobre o perfil destes consumidores, os padrões de consumo de cigarros variam muito dentro dos países. Todavia, mesmo havendo uma grande disparidade, muito está associado com os mais baixos níveis socioeconômicos. Na figura 7, podemos verificar que em 2009 o consumo de cigarros diários por pessoa apresentou uma concentração, nos países selecionados (Uruguai, Polônia, Tailândia, Filipinas, Brasil e Egito), que predomina entre os grupos de riqueza baixo e muito baixo. Em outras palavras, de acordo com a figura 7, os grupos socioeconômicos mais baixos fumam mais (ERIKSEN, 2015).

Figura 7. Países do mundo: consumo de cigarros e grupos de riqueza, 2009



Fonte: Eriksen, 2015.

A prevalência de tabagismo tem diminuído ao longo das últimas duas décadas no Brasil, em grande parte como uma resposta às políticas governamentais implementadas para reduzir o uso do tabaco (INCA, 2014). A prevalência de fumantes correntes no país foi de 17,2% (21,6% homens e 13,1% mulheres) em 2008, lembram Barros et al (2011).

Neste sentido, cabe destacar que em 2008 a prevalência do tabagismo diário no Brasil foi 15,1%, variando de 12,8% na região Norte a 17,4% na região Sul. Esta incidência tem uma frequência 62% maior em homens que em mulheres e demonstrou ocorrência inversamente proporcional à renda domiciliar, sendo 18,6% entre os 20% mais pobres e 11,5% entre os 20% mais ricos. O consumo diário de cigarros foi 3% maior entre os trabalhadores comparados com não trabalhadores. Trabalhadores não manuais consumiram abaixo de 10%, enquanto trabalhadores manuais relataram maior consumo, acima de 20%. A associação entre tabagismo e ocupação permaneceu após ajuste para sexo, idade e renda (Barros et al. 2011).

O Atlas do tabaco mais recente, organizado por Eriksen (2015), aponta que no Brasil, em 2013, 16,6% dos homens e 11,1% das mulheres eram usuários diários de tabaco (fumantes). Estes dados são estimativas e apresentam resultados próximos aos alcançados pelo IBGE-PNAD (2010) no suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2008.

De acordo com a Pesquisa Internacional de Tabagismo (ITC), coordenado pela Universidade de Waterloo (Canadá) e realizada em 20 países<sup>33</sup>. Os dados referentes ao Brasil indicam que os cigarros estão economicamente menos acessíveis entre 2009 e 2013, com uma redução média anual de 2%, considerando o número de cigarros fumados por dia, o preço pago na compra de cigarros, a renda familiar e o número de adultos na residência do fumante. Metade dos fumantes entrevistados já ponderou em parar ou diminuir os cigarros consumidos para economizar. Este estudo também informou que os impostos sobre cigarros no país subiram, por maço, 116% entre o fim de 2006 e o fim de 2013. Como consequência direta, a venda de cigarros no país sofreu uma queda de 32% no período. Já o número de fumantes diminuiu 28% nos últimos oito anos. Além disso, as análises comprovaram também que a elevação na carga de impostos sobre os cigarros aumentou a receita tributária advinda do setor em 113% no mesmo período. Isto é, houve aumento na arrecadação, mesmo com um mercado ilegal em expansão. Entre 1989 e 2010, as políticas públicas para a redução do tabagismo no Brasil resultaram em uma diminuição de quase 50% na prevalência de fumantes, sendo que o aumento de preços dos cigarros respondeu por quase que 50% dessa redução, de acordo com estudo do INCA realizado em parceria com a Universidade Georgetown - Washington, em 2013 (PIRES, 2015).

#### **4.1.1 A legislação antitabagista**

A produção mundial de cigarros tem enfrentado restrições com a ampliação da campanha mundial de combate ao tabagismo. A implementação de políticas públicas de controle e limitação do consumo de cigarros pela sociedade, predominantemente, através da CQCT<sup>34</sup>, vem se tornando cada vez mais saliente. No Brasil este debate tem ganhado bastante destaque através de dispositivos legais que procuram alertar os consumidores quanto aos efeitos nocivos do tabagismo. Normas como o aumento da tributação sobre cigarros e restrição a produção, comercialização e publicidade dos cigarros, somados a uma diminuição social da

---

<sup>33</sup> No Brasil foram selecionados aleatoriamente e entrevistados por telefone, um grupo de 1200 fumantes adultos (18 anos ou mais) e 600 adultos não fumantes, que viviam no Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Porto Alegre-RS.

<sup>34</sup> O objetivo da CQCT é "[...] proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco [...]" (INCA, sem paginação, 2014).

aceitação do tabagismo, têm causado alterações consideráveis no mercado de cigarros (BONATO, ZOTTI, e ANGELIS, 2010).

A CQCT é um tratado internacional de saúde pública que representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembléia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo<sup>35</sup> em todo mundo. Adotada pela Assembléia Mundial da Saúde em maio de 2003, a CQCT, entrou em vigor em fevereiro de 2005. Desde então é o tratado que agregou o maior número de adesões na história da Organização das Nações Unidas. Até março de 2015, 180 países haviam ratificado sua adesão a esse tratado. A CQCT determina a adoção de medidas intersetoriais nas áreas de propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e preços e impostos. (INCA, 2014).

A Austrália apresenta a legislação mais rígida contra o consumo de cigarros, no mundo. E as medidas que mais tem trazido resultado de redução de fumantes foram às restrições sobre as propagandas nos maços de cigarros. Desde dezembro de 2012, os maços de cigarros comercializados no país são, basicamente, 'caixas marrons', com o nome do produto e da marca da empresa. As cores foram determinadas pelo governo. As imagens com alertas que trazem consequências do consumo de cigarros ocupavam 75% do espaço da frente e 90% da parte de trás. Esta política foi denominada de *plain packaging* (empacotamento neutro ou embalagem simples) e poderá ser adotada por cada vez mais países. Nova Zelândia, Reino Unido, França e Irlanda já mostraram interesse. No Brasil, um projeto de lei que prevê o *plain packaging* tramita no Senado Federal desde 2012 (BBC, 2014). No reino Unido o *plain packaging* será adotado a partir de março de 2016 (THEGUARDIAN, 2015).

A Austrália apresentou uma queda anual de 12,2% entre dezembro de 2013 a Dezembro de 2014 na comercialização de cigarros. Entretanto, segundo nota da BAT, o fator predominante na redução da comercialização de cigarros não está relacionado ao *plain packaging*, mas sim ao aumento sucessivo dos preços. Que faz com que os fumantes comprem cigarros no mercado ilegal, de procedência duvidosa por valores menores, sem tributação (THEGUARDIAN, 2015).

---

<sup>35</sup> Como epidemia do tabagismo, é considerado o crescente uso de produtos com origem no tabaco e a exposição direta ou indireta, aos efeitos nocivos da nicotina e demais substâncias tóxicas do tabaco (ONCOGUIA, 2014).

No caso dos EUA, primeiro país a imprimir advertências em maços de cigarros (1965), os maços de cigarros apresentam somente um texto lateral (por sinal, o mesmo desde 1984). Junto com os EUA, países como Haiti e Malawi, também não assinaram a CQCT. Cabe ainda destacar, que até 2014, as fotografias das mazelas provocadas pelo consumo de cigarros, impressas nos maços, eram obrigatórias em 75 países. Por outro lado, a indústria de cigarros também têm investido em formas de dissuadir os limites gráficos nos maços, e tem procurado alterar a estrutura deles. Por exemplo, em 2006, foi lançado um maço cuja abertura não se fazia pela parte superior, mas pela parte lateral do maço. Esta pequena inovação aumentou as vendas no Reino Unido. Estas embalagens, com abertura lateral, quando abertas, a advertência acaba por ocupar uma porcentagem menor da área. Outro exemplo de mudança estrutural é o chamado *book pack*, onde o maço é aberto como um livro, para os dois lados a partir do meio. Assim, quando um pacote está aberto, não há advertências visíveis e o interior do pacote pode exibir marcas, aumentando o espaço de comunicação, e em geral prejudica as advertências (BBC, 2014).

No que diz respeito às principais normas sobre a produção de cigarros no Brasil, Weiss e Santos (2015), destacam, que em 2001 a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou que todas as embalagens de cigarros cobrissem 100% de uma das maiores faces, parte de trás, com advertências sanitárias ilustradas, determinadas pelo governo. Em seguida, outras duas séries de advertências sanitárias ilustradas foram determinadas em 2004 e 2009, porém não houve exigência de aumento do espaço da embalagem coberta com advertências, até 2011.

Em 2003 foi aprovada uma lei exigindo, que toda a publicidade no interior dos pontos de venda apresentasse em 10% do seu espaço as mesmas advertências ilustradas presentes nas embalagens de cigarro. No ano de 2011, em dezembro, toda a propaganda nos pontos de venda foi proibida, exceto a exibição das embalagens para venda. A legislação nacional sobre cigarros sofreu um importante ajuste, também em dezembro de 2011, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei no 12.546, que proibiu totalmente o ato de fumar em recintos coletivos, acabando de vez com a utilização de salas reservadas para fumar (WEISS e

SANTOS, 2015). O texto alterou os artigos 2º e 3º da Lei 9.294 de 1996<sup>36</sup> que previa o fumo em recinto coletivo "[...] em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente". Contudo importante lembrar que essa lei, em 2016, afora a parte de trás, 30% da face da frente também deverá conter advertência de texto. Ainda em 2001, houve a proibição de descritores enganosos como "light" e "suave", com base nas evidências científicas de que esses tipos de cigarros não são menos prejudiciais à saúde do que os cigarros comuns. (INCA, 2014)

A lei aprovada em 2011 foi regulamentada em dezembro de 2014 e proibiu o ato de fumar (cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos) em locais de uso coletivo, públicos ou privados. Além disso, remodelou a estrutura de tributos federais sobre cigarros, de forma a aumentar a carga tributária, e instituiu um patamar de preços mínimos para cigarros (WEISS e SANTOS, 2015). Ficou estabelecida em 300% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o cigarro. O aumento no preço do produto teve início de 2012. Com o reajuste do imposto e o estabelecimento de um preço mínimo, o preço do cigarro aumentou cerca de 20%, em 2012 (GAZETA DO SUL, 2012), chegando a 55% em 2015.

A ANVISA publicou em março de 2012 uma resolução proibindo a utilização de aditivos para dar sabores aos cigarros e similares. Esta medida foi adotada em conformidade com as diretrizes da CQCT. O objetivo era reduzir a atratividade dos produtos, e assim, dificultar a iniciação ao tabagismo. Porém, em 2013 o Supremo Tribunal Federal do Brasil revogou a decisão, depois de uma batalha judicial, de proibir todos os aditivos que agregam sabor aos produtos do tabaco, especialmente os cigarros. Esta decisão permitiu que os fabricantes de tabaco no Brasil continuassem a produzir e comercializar produtos do tabaco que contêm sabor (WEISS e SANTOS, 2015). Cabe ressaltar que 10% de um cigarro são substâncias que dão sabor, melhoram o trago e diminuem a irritação provocada pela fumaça (GALILEU, 2013).

A mais recente ação da ANVISA, de acordo com a Lei Federal 12.564/2011<sup>37</sup> e o Decreto 8.262/2014<sup>38</sup>, estabelece que a partir do dia 1 de janeiro de 2016 a parte

---

<sup>36</sup> Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

<sup>37</sup> Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria

da frente da embalagem do maço de cigarros apresentará uma advertência ocupando 30% do espaço total do maço de cigarros. Ficou determinado novo texto de advertência, a saber: "Este produto causa câncer. Pare de fumar. Disque-Saúde: 136". O texto deverá ser escrito de forma legível e destacada, com letras brancas, em negrito, caixa alta, fonte Arial 8, espaçamento simples, sobre fundo de cor preta. As embalagens antigas, em 2016, deverão ser recolhidas até o prazo máximo de 30 de junho (ANVISA, 2015).

O Brasil tem alcançado progresso em normativas, na intenção de reduzir a exposição da população à indução ao consumo. Tem registrado um menor consumo de cigarros per capita, de 668 unidades para 500, entre 2010 e 2013 respectivamente; e aumentado o valor absoluto da arrecadação do governo. Por outro lado, diminuiu a quantidade relativa ao valor total recolhido através dos tributos e com a alta taxação sobre os cigarros, os fumantes procuram alternativas como o mercado ilegal, lembram Weiss e Santos (2015). Entretanto, cabe evidenciar que este ponto de vista sobre o mercado ilegal não é unânime e tem gerado um amplo debate nos últimos anos.

Convém esclarecer que se por um lado existe a promoção de ações antitabagistas validadas em nível nacional, por outro, município e estado, procuram conceder uma serie de benefícios através de incentivos fiscais para as indústrias e consequentemente a indústria de cigarros também utiliza esses benefícios.

De acordo com a Lei municipal 5914 de Santa Cruz do Sul de 2010<sup>39</sup>, o município concede isenções de tributos destinados à empresa PMB, para a implantação do projeto de modernização e ampliação de sua nova unidade fabril, centralizada em uma área da cidade de Santa Cruz do Sul. O poder executivo municipal também assumiu a responsabilidade por realizar melhorias na via de acesso à portaria principal do novo empreendimento.

A empresa teve concedida a isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial), do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), do ITBI (Imposto sobre

---

automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996; e dá outras providências (BRASIL, 2011).

<sup>38</sup> Altera o Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição (BRASIL, 2014).

<sup>39</sup> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tributos municipais à empresa PMB e dá outras providências.

Transmissão de Bens Imóveis) e das Taxas de Licença para Execução de Obras e Taxas de Aprovação dos Projetos, até dezembro de 2020.

Cabe destacar também que a Lei municipal 2.940 de 1996 já havia concedido a PMB a isenção de IPTU, ISSQN e das Taxas de Licença para Execução de Obras e Taxas de Aprovação dos Projetos, pelo período até dezembro de 2010. Isto se deveu ao apoio do executivo municipal à empresa para a realização de melhorias e ampliação de suas instalações.

Além disso, pelo Decreto 49.296 do estado do RS de 2012<sup>40</sup>, a PMB tem assegurado por esta unidade federativa benefícios financeiros para projeto de expansão, realocação e unificação da produção industrial em complexo industrial a ser instalado no município de Santa Cruz do Sul, nas condições da Resolução nº 004/2010 - FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS<sup>41</sup>.

De acordo com a Lei Federal 12.546 de 2011, foram estabelecidos dois regimes de tributação de IPI para cigarros: geral e especial. No regime geral o IPI é calculado utilizando-se de uma alíquota *ad valorem* (sobre o valor da mercadoria) de 300% aplicada sobre 15% do preço de venda a varejo dos cigarros, resultando em uma alíquota efetiva de 45% sobre o preço de venda. A carga tributária total sobre os cigarros fica em 81%, sendo 45% de IPI, 11% de PIS/Cofins e 26% de ICMS (INCA, 2012).

No caso do regime especial de apuração e recolhimento do IPI, o valor do imposto será obtido pelo somatório de 2 (duas) parcelas, sendo um *ad valorem*, calculada da mesma forma que o regime geral, e outra específica, de acordo com o tipo de embalagem (maço ou box). Nesse regime a carga tributária pode chegar a 75% (INCA, 2012).

---

<sup>40</sup> Rerratifica a concessão dos benefícios financeiros previstos no Regulamento do Fundo Operação Empresa do Estado do RS - FUNDOPEM/RS, e no Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do RS - INTEGRAR/RS.

<sup>41</sup> O FUNDOPEM/RS foi pensado como um instrumento de parceria, do Governo do Estado com a iniciativa privada, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do RS. Não libera recursos financeiros para o empreendimento incentivado. O empreendimento é apoiado por intermédio do financiamento parcial do ICMS incremental mensal devido gerado a partir da sua operação. (Lei nº 11.916, de 02 de junho de 2003, atualizada até a Lei nº 13.843, de 5 de dezembro de 2011). O INTEGRAR/RS é um incentivo adicional ao FUNDOPEM/RS, como abatimento na forma de percentual, incidente sobre cada parcela a ser amortizada do financiamento, incluindo o valor principal e os respectivos encargos. Este percentual varia entre 10% e 90%. O percentual de abatimento é determinado por empreendimento, considerando: (i) o município de localização do empreendimento; (ii) a geração de emprego e incremento da massa salarial; (iii) o impacto ambiental (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O IPI incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Trata-se de um imposto indireto, não cumulativo, cobrado sempre que ocorre a venda de bens industrializados. Seu valor é acrescido ao preço do produto e sua arrecadação é de responsabilidade da União. Este imposto é seletivo, cobrado em razão da essencialidade do produto. Isto é, os produtos essenciais podem ser até isentos do IPI, como é o caso da maioria dos produtos alimentícios enquanto outros supérfluos têm uma elevada carga tributária. No caso dos cigarros, a taxação é específica.

Os produtos industrializados são considerados resultantes de qualquer operação definida no RIPI<sup>42</sup> como industrialização, mesmo incompleta, parcial ou intermediária. Em linhas gerais, a industrialização é caracterizada por qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo. Neste sentido o tabaco em folha processado também deverá pagar este imposto, porém fica isento na parcela que é produto de exportação.

Cabe esclarecer, como existe um Fundo de Compensação aos estados e municípios por suas exportações isentas de ICMS, a União repassa 10% do IPI aos Estados proporcionalmente às suas exportações de produtos industrializados. Este valor limita-se a 20% no máximo para cada Estado. Por sua vez, cada Estado repassa 25% do que recebe da União aos municípios, obedecendo aos mesmos critérios de roteiro do ICMS.

O total de IPI arrecadado na região de Santa Cruz em 2014 foi R\$ 1.085.141.211,00. Santa Cruz do Sul contribuiu com 99,53% no total do IPI da Região que representou 18,97% do IPI arrecadado no Rio Grande do Sul, em 2014 (FEEDADOS, 2015).

O ICMS também é um imposto não cumulativo, cobrado a cada movimentação de produto ou serviço. Também é um imposto sobre o valor agregado, onde o consumidor final é onerado. Esta tributação é estadual com destinação de 75% para constituir a receita do Estado e 25% dos municípios. A base de cálculo é o valor sobre o qual se aplica uma alíquota<sup>43</sup> para calcular o tributo devido. A lei que institui o tributo define a sua base de cálculo (SEFAZ/RS, 2000).

---

<sup>42</sup> Regulamento do IPI, a partir do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010.

<sup>43</sup> “Denomina-se alíquota o percentual definido em lei que se aplica à base de cálculo do imposto a fim de obter o montante do imposto devido. O ICMS, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços abrangidos pelo fato gerador, possui alíquotas seletivas, diferenciadas. Na legislação que disciplina o ICMS no RS, estão previstas 3 espécies de alíquotas nas operações internas

Como o ICMS integra o preço de venda final dos produtos, ela acaba por impactar no volume de vendas das empresas, por isso é comum as empresas reivindicarem diminuições, vantagens e incentivos junto aos Estados, fomentando a “Guerra Fiscal” através da redução deste tributo.

Os critérios de repartição do ICMS entre os municípios estão subdivididos em oito variáveis que buscam capturar as dimensões associadas com as necessidades dos municípios, desde a área física até a mortalidade infantil. Contudo, o aspecto preponderante é o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por três quartos do peso no critério final (MONASTERIO, 2004). O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município. Isto é, depende do valor arrecadado pelo município. As outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população (7%), área (7%), número de propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), inverso do valor adicionado *per capita* (2%) e pontuação no Programa de Integração Tributária – PIT - (0,5%) (SEFAZ/RS, 2015).

Segundo Monasterio (2004), o critério atual de retorno do ICMS tem profundas distorções e contribui para o agravamento dos problemas sociais e regionais no RS. A ênfase no Valor Adicionado Fiscal tende a beneficiar certos municípios desproporcionalmente, sem levar em conta suas necessidades. Ou seja, os municípios mais necessitados de recursos, são os que menos recebem.

O total de ICMS que o Governo estadual arrecadou na região em 2014 foi R\$ 447.919.607. Santa Cruz do Sul contribuiu com 84,69% e Venâncio Aires com mais 9,44%. Isto representou 1,73% na arrecadação total do RS (FEEDADOS, 2015).

Também são pagas pelos fabricantes e importadores de cigarros as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), como contribuintes e como substitutos tributários dos

---

(realizadas dentro do território do RS): a alíquota básica (intermediária) de 17%; a alíquota majorada, de 25%, aplicada a produtos supérfluos, como cigarros; e a alíquota reduzida, de 12%, aplicada a mercadorias de maior essencialidade (SEFAZ/RS, 2000). Em 23 de setembro de 2015 foi aprovado pelos deputados estaduais do RS a PL 320 2015 que eleva a alíquota do ICMS de alguns produtos, pelo período de 3 anos (início de 2016 a final de 2018). Em síntese, ficou estabelecido o aumento de 25% para 27% da alíquota do imposto nas operações internas com cerveja e cigarros; de 18% para 20% da alíquota nas operações internas com refrigerantes; de 25% para 30% na de energia elétrica, exceto para consumo em iluminação de vias públicas, industrial, rural e, até 50 kW mês, residencial; na da gasolina, exceto de aviação, e do álcool anidro e hidratado para fins de combustíveis; além dos serviços de comunicação; e de 17% para 18%, na alíquota básica do ICMS (ALRS, 2015).

comerciantes atacadistas e varejistas. O PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre o cigarro ficaram significativamente maiores a partir de julho de 2009<sup>44</sup> (RECEITA FEDERAL, 2015).

O que estes tributos representam, ou, quanto representam para a região? São questões difíceis de responder uma vez que o retorno é indireto. A maior receita corrente dos municípios da Região em 2014, 2010 e 2006 foi de Santa Cruz do Sul, seguido pela de Venâncio Aires, a saber: R\$ 287.905 milhões e R\$ 146.024 milhões, respectivamente em 2014 (FEEDADOS, 2015).

Em 2014, 16,30% da receita corrente de Santa Cruz do Sul era de tributos municipais<sup>45</sup> e 77,56% de transferências intergovernamentais<sup>46</sup>. O retorno, ou cota, do ICMS para o município representou cerca de 27,92% da arrecadação total. Venâncio Aires apresentou 15,10% da receita corrente proveniente de tributos municipais e 70,62% de transferências intergovernamentais. Os valores restantes são de outras receitas. Os demais municípios da Região tinham na cota do FPM ou nas verbas do FUNDEB a maior contribuição para suas receitas corrente (FEEDADOS, 2015). Os outros municípios da Região apresentaram uma dependência maior, acima de 80%, das transferências intermunicipais.

As informações tributárias apresentadas, ainda que de forma sucinta, ilustram uma considerável arrecadação pública através da produção de cigarros, notadamente diante dos outros segmentos produtivos da Região. Desse modo, a PMB detém um expressivo poder de barganha frente aos interesses das minorias dirigentes locais e da região.

#### **4.1.2 Contrabando de cigarros e mercado ilegal**

Os fabricantes de cigarros rebateram propostas políticas destinadas ao controle do consumo de tabaco no passado, argumentando que os cigarros não estavam prejudicando a saúde dos fumantes. Poucas pessoas acreditariam nesses

---

<sup>44</sup> Obtém-se o montante arrecadado de acordo com as seguintes fórmulas: PIS/Pasep = 0,65% \*3,42\* preço de venda no varejo; e Cofins (R\$) = 3% \*2,92\* preço de venda no varejo. Os valores de 0,65 % e 3% são fatores de multiplicação para fins de substituição fiscal (RECEITA FEDERAL, 2015).

<sup>45</sup> Consideramos por 'tributos municipais', os tributos arrecadados pelo município como, por exemplo, o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis).

<sup>46</sup> Consideramos como transferências intergovernamentais, as transferências feitas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Exemplos: Cota FPM (Fundo de Participação dos Municípios), Cota ICMS, Cota IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) e SUS (Sistema Único de Saúde).

argumentos hoje. Todavia, o debate foi reorientado e o principal argumento que a indústria do tabaco usa, atualmente, para se opor a uma regulação mais severa é que novas medidas de controle poderão causar o aumento do contrabando de cigarros. Em virtude dos interesses conflitantes entre produção de cigarros e preocupações do bem-estar com a saúde pública, estes argumentos sobre comércio ilícito de tabaco merecem um tratamento especial e cuidadoso. Os estudos financiados e apresentados por fabricantes de cigarros geralmente não são independentes e, ao contrário de pesquisas acadêmicas, não são replicáveis. Evidências sugerem que estes estudos encomendados pela indústria exageram o problema do comércio ilegal de cigarros. Na África do Sul, a indústria do tabaco criou a falsa impressão que o comércio ilícito estava crescendo rapidamente, argumentando que ocorreu um aumento de 7,9% para 27,8%, no *market share* ilícito entre 2008 e 2012, quando no período, o aumento, efetivamente registrado foi de 20% para 25%, segundo a imprensa local (ERIKSEN, 2015).

O mercado ilícito de cigarros na atualidade é um fenômeno localizado em países de economias caracterizadas por média e baixa renda. Considerando um estudo recente (2009), de 84 países, o volume ilegal de derivados do tabaco nestes países foi de aproximadamente 80% do comércio ilegal em âmbito mundial. O cigarro é o produto mais contrabandeado no mundo (IGLESIAS, PINTO e BIZ, 2012).

Para Eriksen (2015) as empresas de tabaco estão entre as principais partes interessadas no comércio ilegal de cigarros. Uma vez que, tem sido documentado que várias estratégias da indústria de cigarros para expandir as vendas, facilitaram o comércio ilegal de cigarros. Por exemplo, no ano de 2000, a Comissão Europeia propôs uma ação civil contra a RJ Reynolds e a PMI, acusando as empresas de estarem envolvidas em contrabando de cigarros. Após o processo, o influxo de cigarros ilícitos para a Europa, de repente diminuiu.

Iglesias, Pinto e Biz (2012) lembram que o problema de comércio ilegal resulta na supressão de arrecadação para o governo, fortalecimento de redes e organizações criminosas e maior acesso da população aos cigarros pelos preços baixos. No Brasil, o comércio ilegal é composto, em síntese, por três atividades, a saber: cigarros oriundos do exterior, de marcas próprias, sem o pagamento de tarifas de importação e ou outros tributos; cigarros produzidos, em território nacional, por

empresas clandestinas; e falsificação, cigarros que imitam uma marca registrada que são comercializados sem o recolhimento de tributos.

Os principais levantamentos de dados sobre o mercado ilegal de cigarros no Brasil são divulgados através de pesquisas encomendadas pela Souza Cruz, SindiTabaco (Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco), pela Abifumo (Associação Brasileira da Indústria do Fumo) e AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil). Conforme o Anuário Brasileiro do Tabaco de 2014, Carvalho et al (2014), patrocinado por estas instituições, a forte carga tributária sobre a produção e venda de cigarros continua sendo o principal fator de incentivo à comercialização informal do produto no Brasil. Em 2013 a Abifumo estimou que 30% do comércio nacional é dominado por produtos ilícitos, vindos predominantemente do Paraguai.

Para o Presidente da Câmara Setorial do Tabaco, a política tributária praticada no país, é um “tiro no pé”, visto que, não há significativa redução no consumo e os consumidores procuram cigarros mais baratos, sem procedência. (CARVALHO et al, 2014).

Contudo, Iglesias, Pinto e Biz (2012), ressaltam que as estimativas sobre o comércio ilegal de cigarros no país, são elaboradas ainda de forma incipiente. Para acabar com este debate que associa tributação o mercado ilegal é preciso que os órgãos oficiais atuem com maior transparência, fornecendo ao público, periodicamente, os resultados da coleta de dados de produção, comércio e consumo de tabaco e seus derivados. Sobretudo para verificar e confrontar com os levantamentos feitos pelo setor do tabaco. Por fim, existe uma necessidade de que sejam aprofundados os estudos sobre o perfil da oferta e demanda de cigarros, para assim, coibir o mercado ilegal e reduzir a demanda por cigarros.

Pires (2015) faz algumas observações importantes sobre o contrabando de cigarros para o Brasil e também sobre a tributação no país. Para tanto utiliza como ponto de partida o Anuário do tabaco referente ao ano de 2014. Lembra que esta publicação aponta o país vizinho, o Paraguai, como porta de entrada dos cigarros ilegais no país. Mas negligencia informações como do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) que revelam uma capacidade instalada de produção de cigarros no Paraguai de 70 bilhões de unidades por ano. No ano de 2013, foram produzidas 55 bilhões de unidades, desse total, apenas 1,3 bilhão teria

sido consumido no país e 7 bilhões exportados legalmente. Os outros 46,6 bilhões (84,73%) não têm um destino declarado.

Outro elemento importante, é que a produção de cigarros paraguaia é alimentada por indústrias brasileiras. O tabaco em folha brasileiro é a matéria prima dos cigarros sem destino declarado e contrabandeados. Conforme o Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais (Deser), citado por Pires, 2015, os dados sobre exportação do tabaco brasileiro, disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), revelam que quem alimenta as empresas de cigarro do Paraguai é o tabaco plantado no Brasil. E os insumos como filtros, forros, papel e impressos são também de procedência brasileira (PIRES, 2015).

No que diz respeito à tributação, Pires (2015), adverte a existência de um discurso reproduzido em diferentes ambientes onde o aumento de impostos sobre o cigarro produzido e importado para o país é responsável pelo aumento do consumo de cigarros vindos do Paraguai (que custam menos). Assim, seria um erro tentar coibir o número de fumantes aumentando o preço do cigarro. No entanto, resultados da ITC confirmam que a elevação de impostos sobre o cigarro, e o consequente aumento de preços, é um forte indutor da redução da comercialização e do consumo de cigarros.

#### **4.2 A multinacional PMI e sua subsidiária PMB**

A PMI, em sua apresentação na *web* (2014), aponta como 1847 o ano em que ocorreu a abertura da loja de tabaco de Philip Morris, que posteriormente passou a produzir cigarros artesanalmente e vendê-los em Londres, Reino Unido. No site da multinacional, ainda são apontadas as primeiras mudanças de sócios diretores e proprietários. Isto é, após a morte de Phillip Morris, sua esposa e seu irmão assumem a tabacaria, em seguida, 1881, abrem o capital e fundam a Philip Morris & Company and Grunebaum Ltd. Esta última sociedade não durou muito e logo foi desfeita, 1885, e a empresa passou a chamar-se Philip Morris & Co. Ltd. Quase dez anos depois, 1894, a empresa foi assumida por William Curtis Thomson e continuou em ascendência, tornando-se a fornecedora oficial de tabaco do Rei Eduardo VII e estabelecendo-se em Nova Iorque em 1902. Entretanto, desde 1872 já atuava nos EUA, importando e vendendo cigarros fabricados no Reino Unido. A propriedade da empresa encontrava-se então dividida entre sócios britânicos e americanos (PMI, 2014).

Em 1919, a Philip Morris foi adquirida por acionistas norte-americanos e passou a ser chamar Philip Morris & Co. neste período, iniciou a fabricação de cigarros nos EUA, em Richmond, Virgínia. Em 1924 lançou aquela que se tornaria a sua marca mais famosa, os cigarros *Marlboro*. Na década de 50 a empresa já fazia parte da cultura norte-americana com forte exposição na televisão, patrocinando series. Na mesma década projetou uma forte campanha publicitária com o “*Cowboy*” do cigarro *Marlboro*. Em 1954, a Philip Morris compra a *Benson & Hedges* e consolida suas operações pelo mundo. Em 1957 adquire a *Milprint & Nicolet Paper*, sendo a primeira aquisição não ligada à indústria do tabaco (FERNANDES, 2007).

A parte da empresa fora dos Estados Unidos é renomeada PMI, em 1961. Esse cenário deu início a uma expressiva expansão internacional de vendas por meio de contratos de licenciamento e de um número rapidamente crescente de afiliadas de propriedade da empresa em todo o mundo. [...] No ano de 1967 a empresa é dividida em três: Philip Morris Domestic (Philip Morris USA), PMI e Philip Morris Industrial. Em 1970, a empresa comprou 47% da cervejaria Miller, outro investimento fora do mercado de tabaco. No início dos anos 70, o Marlboro se tornou o cigarro mais vendido no mundo e se consolidava como o cigarro número 1 dos Estados Unidos (FERNANDES, 2007, p. 75).

Assim, a expansão da empresa não está relacionada somente ao aumento da fabricação de cigarros, criação de demanda, ao crescente consumo das últimas décadas e a presença em diversos países do mundo, mas também,

Como já havia acontecido anteriormente, a partir dos anos 70, a Philip Morris inicia uma série de aquisições de empresas do ramo alimentício e de bebidas, provavelmente, uma estratégia dos acionistas da empresa, que prevendo o acirramento da guerra contra o tabaco no mundo resolvem investir em outro ramo de negócios. Podemos citar, por exemplo, a compra da marca de refrigerante 7 UP, em 1978. Em 1985, compra duas gigantes do ramo alimentício, General Foods e a Kraft Foods, a maior indústria de alimentos e bebidas na América do Norte e a segunda maior no mundo. Em 1989, foram fundidas e transformadas em Kraft General Foods International. Em 1990, comprou a empresa suíça Jacobs Suchard e, em 2000, adquiriu a Nabisco, líder mundial de biscoitos, que foi integrada à Kraft Foods no mundo inteiro [...] Em 2002, adquiriu 28,7% das ações da *SABMiller*, uma indústria cervejeira formada pela fusão da *South African Breweries (SAB)*, e a *Miller Brewing Company*, que originou uma das maiores companhias de cerveja do mundo, com operações em 40 países (FERNANDES, 2007, p. 75 e 77).

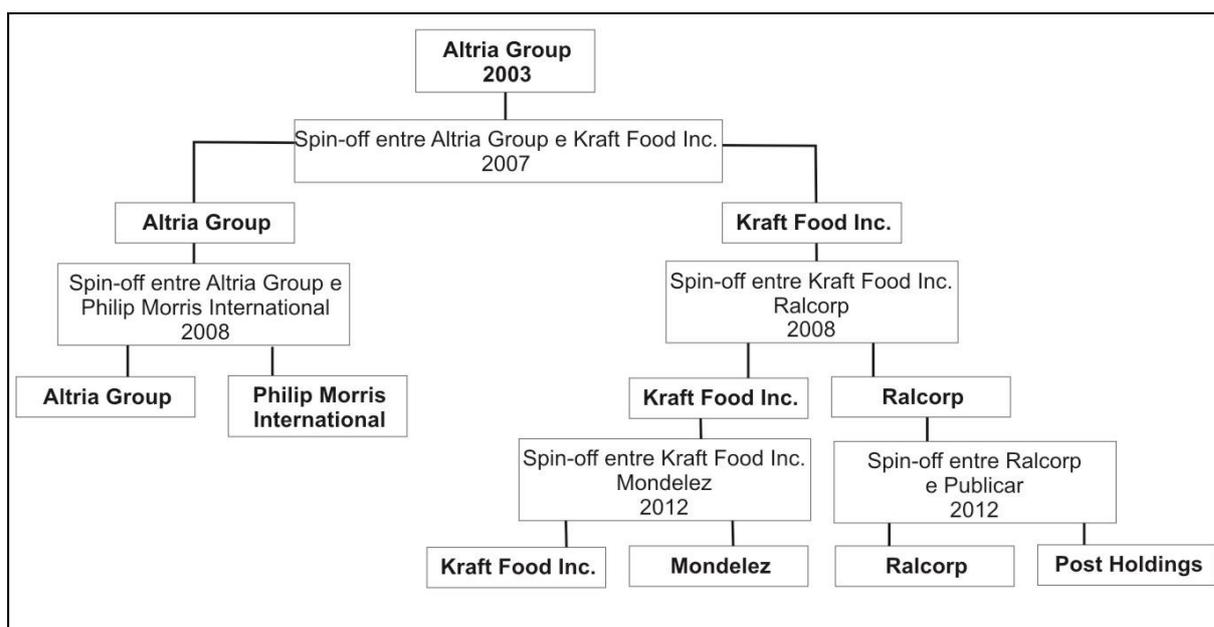
Em Janeiro de 2003, a PMI mudou de nome para Altria Group Inc<sup>47</sup>. Segundo Fernandes (2007), para dissociar a imagem da marca ao tabaco. Lembra ainda que, em contraste com a explicação da empresa, que se tratava de uma mudança da identidade corporativa, a alteração do nome tem sido vinculada a uma jogada de

---

<sup>47</sup> Mudança de nome da companhia matriz, formada por: Kraft Food; PMI; Philip Morris USA; e Philip Morris Capital Corporation.

Relações Públicas para afastar as outras empresas da Philip Morris do espectro do tabaco. Tanto a compra da Kraft Foods, como a mudança de nome para Altria Group, mais que diversificar e varia a produção, visou dissociar a imagem da marca, da empresa, ao tabaco, garantindo uma parcela maior e sua sustentabilidade no mercado. Esta ação mostrou-se como uma estratégia para distanciar a área da produção de cigarros da de alimentos e também possibilitar investimentos dos chamados fundos éticos<sup>48</sup>. Diante disso, os investidores da Altria deveriam estar ansiosos com separação da Kraft, uma vez que as empresas parecem ter maior valor, apresentar maiores crescimento e rendimentos, separadas (FERNANDES, 2007). Em 2007 a Altria completa o *Spin-off*<sup>49</sup> com a Kraft Food, como pode ser verificado na figura 8, que através do esquema, apresenta os desdobramentos de ações, mudanças de nome, fusões e cisões da PMI, Altria, e Kraft.

Figura 8. Esquema *spin-off* PMI, Altria Group e Kraft Food.



Fonte: PMI, 2014; Altria, 2015; Kraft, 2015). Elaborado pelo autor.

A Kraft Food ficou especializada em itens de mercearia e a Mondelez em salgadinhos. A Ralcorp é fabricante de produtos alimentares e foi adquirida pela

<sup>48</sup> “Há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos” (FERNANDES, 2007, p. 79).

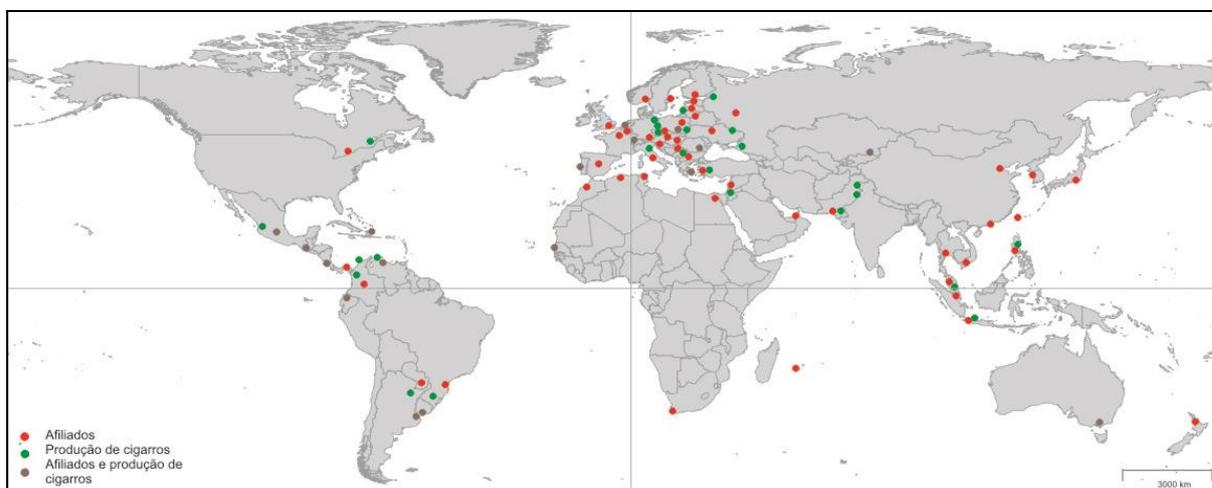
<sup>49</sup> A compreensão do termo *spin-off* apresenta dois sentidos no surgimento de novas empresas: *spin-offs* acadêmicas, constituídas a partir de instituições de ensino superior e *corporate spin-offs*, formadas a partir de empresas (LEMOS, 2008). Utilizamos este segundo sentido para designar o processo de cisão entre empresas e o surgimento de uma nova empresa a partir de um grupo que já existe. Logo, acontece *spin-off* quando as organizações exploram um novo produto ou serviço a partir de um já existente.

ConAgra em 2013. A Post Holdings atua no ramo de processamento de alimentos. O Altria Group é constituído por seis empresas (Philip Morris USA, U.S. Smokeless Tobacco Co., John Middleton, Ste. Michelle Wine Estates, Nu Mark, Philip Morris Capital Corp.), que atuam nos ramos de processamento de tabaco em folha, produção de cigarros e cigarros eletrônicos, produção de bebidas e agenciamento de créditos e financiamentos (PMI, 2014; ALTRIA, 2015; KRAFT, 2015).

O mapa 7 ilustra a distribuição espacial da PMI no mundo. Com destaque para a grande quantidade de afiliadas e unidades produtivas na Europa. Convém destacar que estão unidas em um ponto a representação de afiliadas e unidades produtivas que estavam situadas na mesma localidade.

A PMI, com sede na Suíça (ANEXO A), administra 56 centros de produção em 33 países e produz mais de 860 bilhões de cigarros anualmente, sem operar nos mercados dos EUA e China<sup>50</sup>. Conta ainda com 64 Unidades afiliadas no mundo: 13 nas América; 6 na África; 2 Oceania; 16 Ásia; e 27 Europa (PMI, 2014).

Mapa 7. Distribuição espacial da PMI pelo mundo, 2014



Fonte: PMI, 2014. Adaptado pelo autor.

A PMB é uma subsidiária da PMI e está presente no país há mais de 40 anos. Em 1973, a empresa abriu sua primeira fábrica em Curitiba, Paraná. Em 1998, passou a concentrar a produção de cigarros em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande

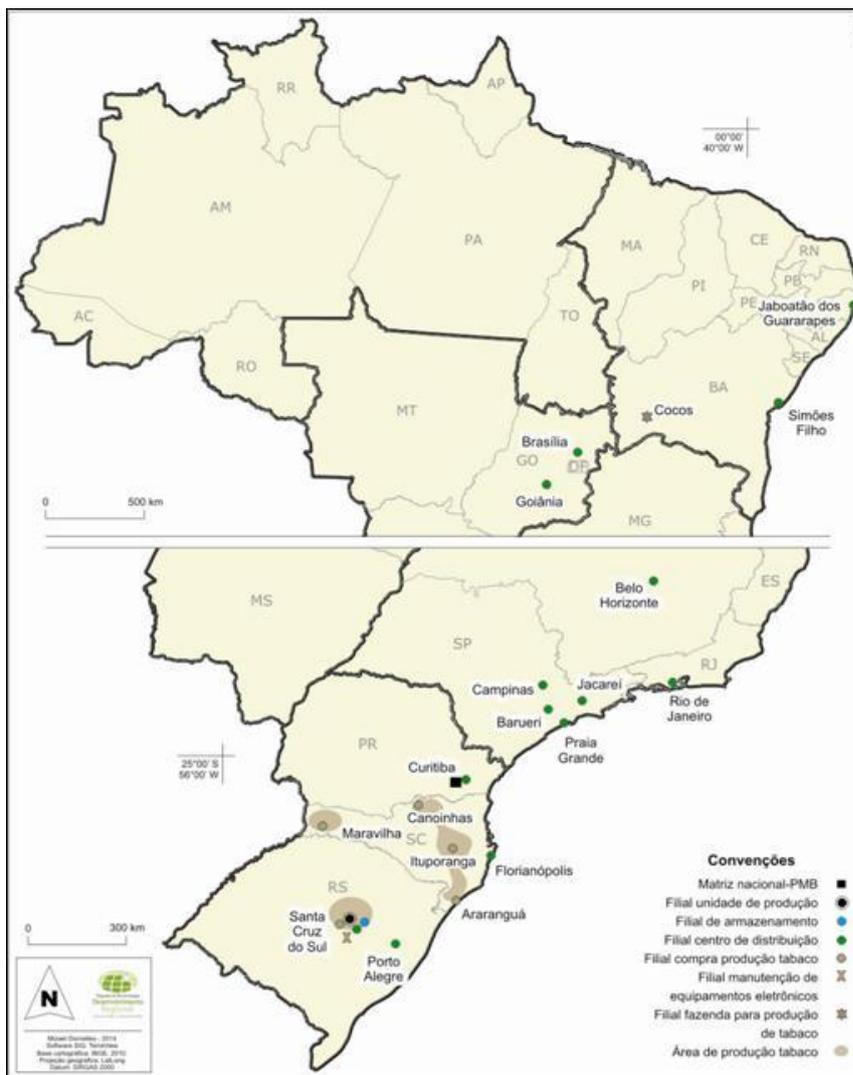
<sup>50</sup> Em dezembro de 2005, o PMI assinou um acordo de cooperação estratégica com a CNTC para a produção autorizada da marca Marlboro na China e para o estabelecimento de uma *joint venture* (união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo) para promoção de marcas chinesa nos mercados internacionais. A Produção autorizada de *Marlboro* na China começou em agosto de 2008 em duas fábricas de cigarros chinesas. A marca é distribuída em todo o país. As marcas chinesas no âmbito da cooperação foram lançados e distribuídos nos mercados internacionais, também a partir de 2008 (PMI, 2015 e BUSINESSWIRE, 2005).

do Sul e, em 2000, transferiu sua unidade administrativa, de São Paulo para Curitiba (FERNANDES, 2007). Entre as principais marcas produzidas no Brasil estão *Marlboro, L&M, Shelton, Dallas, Muratti, Luxor, Sampoerna* e *Chancellor*. Pertencem à Philip Morris sete das 15 marcas internacionais mais comercializadas no mundo (GAZETA, 2013).

Em 1975, a Cia. Phillip Morris se instala em Santa Cruz do Sul e adquire do Grupo Remtsmann o controle da Cia. de Fumos Santa Cruz, e em 1990 adquire as operações locais da americana R.J. Reynolds, que foi a maior fabricante de cigarros nos EUA. Associações entre empresas internacionais e as aquisições, por elas, de empresas nacionais, eram recorrentes na Região, principalmente no início da década de 1960. As estratégias de ação adotadas pelas empresas do setor fumageiro buscavam viabilizar a reprodução do capital investido no país. Entre essas estratégias, destacamos a busca por uma maior participação no mercado interno dos principais países produtores e consumidores de tabaco em folha. Através dessa lógica, de concorrência intraoligopólica, que o mercado interno, notadamente aquele para a produção de cigarro, acabou se expandindo (SILVEIRA, 2007).

Conforme as informações levantadas junto às entrevistas, acessos diversos a *internet* e consultas nos registros jurídicos da Receita Federal, a PMB conta com: 17 mil agricultores produtores de tabaco integrados; 5 Pontos de compra de tabaco dos agricultores produtores; 2 Unidades prestadoras de serviço de processamento de tabaco; 1 Unidade de produção de cigarros (com gráfica e laboratório para análises); 1 Unidade de reparação e manutenção de equipamentos eletrônicos; 1 Unidade de fabricação de outros produtos do tabaco, exceto cigarros ; 1 Escritório para serviços administrativos; 1 Fazenda para cultivo de tabaco; 13 Centros de Distribuição; e cerca de 150 mil Pontos de venda de cigarros. O mapa 8 mostra a espacialização da PMB pelo país.

Mapa 8. Espacialização da PMB em território brasileiro



Fonte: IBGE, 2010. Receita Federal, 2015. Elaborado pelo autor.

Cabe ainda destacar que a PMB não possuía plantação de tabaco em folha e até o ano de 2010, a matéria-prima dos cigarros era adquirida junto a outras empresas que atuavam somente com o processamento do tabaco em folha. A partir de 2010, houve o processo de verticalização da produção, e a empresa passou a contratar diretamente, desde então, cerca de 17 mil agricultores produtores de tabaco, localizados no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A centralização da unidade produtiva em Santa Cruz do Sul, em um único local, unificando as etapas produtivas, possibilitou investimentos na preparação do tabaco além da fabricação de cigarros. A empresa conta atualmente com cerca de 2700 funcionários no Brasil (GAZETA, 2013).

As formas como a empresa se articula com território são diversas, por isso as considerações de Corrêa (1992) sobre as práticas espaciais, entendidas por nós

como práticas que definem usos do território, são muito pertinentes. Podemos identificar entre essas práticas espaciais uma determinada seletividade territorial, fragmentação/remembramento territorial, antecipação territorial, marginalidade territorial e reprodução do território regional a partir da PMB no território nacional.

- *A seletividade territorial* corresponde às ações coletivas da multinacional em território brasileiro. Locais e regiões determinadas, que apresentam atributos de interesse para a empresa, recebem atenção diferenciada para sediar unidades com funções específicas. A PMB está constituída por: um Escritório para serviços administrativo e um Centro de distribuição de cigarros em Curitiba-PR; uma unidade de produção de cigarros (que conta com um laboratório de análises e uma unidade gráfica), uma unidade de reparação e manutenção de equipamentos eletrônicos, uma unidade para fabricação de outros produtos do tabaco (charutos e cigarrilhas), um Centro de distribuição de cigarros e um Ponto de compra de tabaco dos agricultores, todos em Santa Cruz do Sul; Os Centros de distribuição são onze (além de Curitiba-PR e de Santa Cruz do Sul), localizados em Porto Alegre, Barueri-SP, Campinas-SP, Jacareí-SP, Praia Grande-SP, Rio de Janeiro-RJ, Jaboatão dos Guararapes-PE, Brasília-DF, Florianópolis-SC, Belo Horizonte-MG e Simões Filho-BA; Os Pontos de compra de tabaco em folha dos agricultores são quatro (além de Santa Cruz do Sul), em SC, Araranguá, Canoinhas, Ituporanga e Maravilha; uma Propriedade rural (Fazenda Primavera), com registro de cultivo de tabaco em Cocos-BA; os agricultores que cultivam tabaco para a empresa são em 17 mil e estão concentrados nos municípios de Santa Cruz do Sul; Candelária; Vera Cruz; Araranguá-SC; Canoinhas-SC; Ituporanga-SC; Maravilha-SC; Bela Vista do Toldo-SC; Grão Pará, Major Vieira-SC; Nova Itaberaba-SC; Saltinho-SC; Turvo-SC; Vidal Ramos-SC; Vítor Meireles-SC; por fim, os varejistas estão distribuídos por 150mil Pontos de venda de cigarros nos estados de RS, SC, PR, SP, RJ, MG, GO, DF, BA, PE.
- *A fragmentação/remembramento territorial*, diz respeito as alterações nas unidades implantadas em um período temporal. Se a fragmentação separa, o lembramento aglutina. Na última década a PMB centralizou suas atividades produtivas em Santa Cruz do Sul e as atividades administrativas em Curitiba-PR, caracterizando uma aglutinação administrativa e produtiva.

- *A antecipação territorial* pode ser definida como a instalação de uma unidade funcional em um dado lugar, antes de condições favoráveis. A PMB é bastante reticente quanto a apostas em um mercado ainda não consolidado. Desde 2010 a empresa conta com agricultores cultivando tabaco e técnicos orientadores próprios, no entanto, conta também com o suporte de outras duas empresas multinacionais tradicionais (Universal Leaf e Alliance One) que ainda prestam um serviço de processamento da folha deste tabaco produzido.
- *A marginalidade territorial*, a seleção de locais ganha novamente evidência, uma vez que, ao contrário dos locais atrativos existem os pouco atrativos. Pode ser um território onde unidades foram fechadas e foi abandonado em definitivo aquele território, pode haver uma reconversão funcional (uma marginalidade parcial) ou ainda os tantos territórios que nem mesmo foram considerados. No caso da PMB, sua reestruturação ao longo dos últimos anos agrupou suas atividades conforme a seletividade territorial preconizada pela empresa e desconsiderou parte significativa do território do Brasil, regiões Oeste e Norte.
- *A Reprodução territorial da região* está relacionada ao controle exercido pela empresa sobre a região, a gestão corporativa do território que pode ocorrer de numerosas maneiras. Para a PMB, podemos destacar: o controle das condições de produção em constante concorrência com a Souza Cruz; o apoio a eventos locais e regionais e a veiculação de propagandas; a inserção em Programas sociais; o fomento em mídia local e regional da importância e dependência econômica do tabaco e cigarros; dos ganhos sociais e tecnológicos resultantes das demandas de um grande centro produtivo especializado; a significativa circulação de capitais pela região e geração de empregos diretos e indiretos; e o apelo sobre a contribuição para a arrecadação pública com vultosos tributos.

À vista disso, consideramos as práticas espaciais como reflexo de mudanças que mostram novas formas de organização do território e outros usos. Cabe agora discorrer, ainda que de maneira breve, sobre as interações espaciais, que revelam a amplitude e a complexidade dos deslocamentos.

### 4.3 A rede de interações espaciais da PMB

Estamos fazendo referência, vale ressaltar, as interações espaciais a partir de Corrêa (1997b) e das considerações de Catão, Reolon e Miyazaki (2010). Neste sentido a criticidade deste ponto de vista está na dinâmica da sociedade, que com o desenvolvimento das técnicas torna-e cada vez mais complexa. Onde, “[...] as interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço” (CORRÊA, 1997b, p. 280).

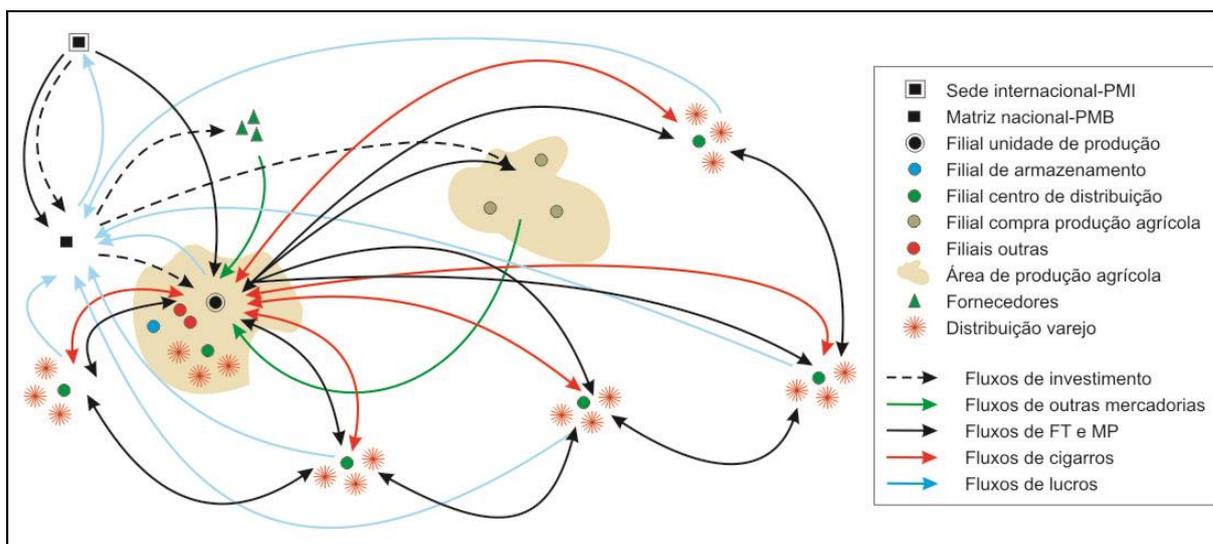
Assim, as interações espaciais correspondem à ampliação e complexificação dos fluxos e deslocamentos em consequência do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Isto é, como explicado no tópico 2.2, Corrêa (1997b) idealiza as interações espaciais no âmbito do ciclo de reprodução do capital e do espaço a partir do caso hipotético de uma corporação.

Nesta perspectiva, pensamos a PMB e procuramos ilustrar na figura 9 as diferentes interações presentes nos diferentes momentos do ciclo de reprodução do capital. Damos ênfase para os fixos (Sede internacional, matriz nacional, filial unidade de produção, filial de armazenamento, filial centro de distribuição, filial de compra da produção, filiais com outros serviços, área de produção agrícola, fornecedores e distribuição varejo) e fluxos<sup>51</sup> (circulação de investimentos, força de trabalho, meios de produção, produtos industriais e lucro). Em cada momento, o conjunto de interações apresenta uma dinâmica diferente, alterando as direções, isolando alguns pontos e articulando outros, de acordo com as necessidades e demandas desse ciclo.

---

<sup>51</sup> “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 1997, p.61-62).

Figura 9. Interações espaciais a partir da PMB: fixos e fluxos



Fonte: Corrêa, 1997b; Catão, Reolo e Miyazaki, 2010. Adaptado pelo autor.

Podemos verificar que as interações espaciais engendradas pela PMB aparentam colocar em evidência a área acerca da filial unidade produtiva. A matriz nacional em Curitiba-PR é o centro gestor da PMB. De onde partem as decisões e as normas, e também onde elas são acatadas, uma vez que esta subordinada à sede e centro de operações da PMI instalado em Lousanne na Suíça.

Portanto, o ponto principal na rede da multinacional é a matriz nacional, que “exerce um papel de controle de atividades que, estando localizadas externamente a ela, são, contudo, concebidas, planejadas e dirigidas a partir de empresas nela sediadas” (CORREA, 1996, p. 24). Ou seja, no Brasil, os fluxos de investimentos a partir da matriz nacional da PMB, em Curitiba-PR, proporcionam a articulação dos locais, através das interações espaciais. Os locais envolvidos no circuito produtivo correspondem à circulação de mercadorias para abastecimento da indústria, de maquinário e equipamentos e dos cigarros produzidos. Este último direcionado ao varejo e comercialização com retorno de uma pequena parcela com a validade expirada.

Por último, quanto às atividades financeiras, por intermédio de agências bancárias, são distribuídos pagamentos aos trabalhadores, aos fornecedores e às empresas contratadas localizadas de maneira dispersa pelo território brasileiro. Além disso, o montante arrecadado no país é repassado para a sede na Suíça, contribuindo assim para que o ciclo global de reprodução do capital se complete.

## **5 – O TABACO E O CIRCUITO ESPACIAL E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CIGARROS**

Este último capítulo tem a finalidade de salientar de maneira mais detalhada a configuração do circuito espacial e seus círculos de cooperação a partir da produção de cigarros realizada pela PMB em Santa Cruz do Sul. Com isso, iniciamos o capítulo com uma elucidação, no que diz respeito ao circuito espacial da produção de cigarros. Isto é, onde o situamos, com base no CAI do tabaco e diante dos outros circuitos que constituem este CAI do tabaco. Posteriormente tratamos “A produção de cigarros” e alguns elementos que consideramos essenciais. Novamente damos destaque para “O circuito espacial da produção de cigarros” e “Os círculos de cooperação da produção de cigarros”. Ainda nos preocupamos em dar voz a dirigentes locais e regionais em “A percepção dos agentes sociais” e algumas constatações da “Produção local de cigarros na região de Santa Cruz”.

### **5.1 O CAI do tabaco e a rede de interações**

Procuramos investigar, dentro do complexo agroindustrial do tabaco, o circuito espacial da produção de cigarros e seus círculos de cooperação. Entretanto entendemos que apresentaríamos uma explicação limitada e incompleta se não considerássemos as relações com os outros circuitos e círculos que correspondem a produção de tabaco e processamento da folha do tabaco. Em outras palavras, para apreendermos o circuito e círculos da produção de cigarros, foi necessário considerarmos toda a rede que forma o CAI do tabaco.

As transformações nas dinâmicas da agricultura, especialmente promovendo condições para sua implementação e difusão, a partir do final da década de 1960, foram responsáveis por um novo padrão agrário de desenvolvimento, marcado fundamentalmente pela crescente integração capitalista da agricultura e da indústria, cujo principal representante passou a ser o complexo agroindustrial. Este período foi marcado por uma crise do modelo fordista de acumulação de capital e do próprio processo de reprodução do capitalismo, também foram intensas as transformações do processo produtivo na agricultura decorrente da crescente integração da ciência, da tecnologia e dos capitais industrial e financeiro, com destaque para os ramos agroindustriais (SILVEIRA, 2007).

De acordo com Silveira (2007), além de representar mudanças nas relações de produção, essa modernização da agricultura, integrada à indústria e de industrialização de atividades agrícolas também se caracterizou pela crescente subordinação do setor agrícola ao capital industrial. E logo começaram a ser implantadas no país novas relações entre agricultura e indústria, expressas sob a forma do CAI.

O CAI pode ser definido, segundo Silveira (2007, apud Muller, 1989) como um conjunto de atividades desenvolvidas em sequência e vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Estas atividades envolvem a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital, além de insumos industriais para as atividades agrícolas. A coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos agrícolas e industriais, bem como, financiamento, pesquisa e tecnologia, assistência técnica também fazem parte desta relação<sup>52</sup>.

Neste sentido, o CAI pode ser entendido como uma unidade de análise, onde agricultura está associada à indústria, lembra Silveira (2007 apud Muller, 1989). Desse modo não podemos desconsiderar que estas relações ocorrem através de redes geográficas que ilustram fluxos tecnológicos e produtivos, e notadamente, o papel da governança e fluxos de recursos de poder. Nessa direção, podemos aprofundar a compreensão do processo de agroindustrialização, com a apreciação “[...] da presença de ganhos de produtividade de valor decorrentes da sinergia entre agentes, da instabilidade do ambiente econômico, social e tecnológico, da intensa concorrência e da flexibilidade organizacional e econômica” (SILVEIRA, p.224, 2005 apud Cunha, 2003).

A consolidação do CAI do tabaco no Brasil está atrelada a fatores internos e externos, que combinados, foram decisivos para a posição do país hoje. Internamente, podemos afirmar que o tabaco brasileiro, devido as características

---

<sup>52</sup> A diferença mais significativa para a noção de cadeia produtiva pode ser verificada nos vínculos intersetoriais revelados junto a um processo produtivo, que revelam relações de dominação técnica, econômica e financeira do segmento industrial sobre o agrícola no CAI (SILVEIRA, 2005). Em linhas gerais, o termo “cadeia produtiva” procura facilitar, de forma integral, a visualização das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, distribuição e comercialização de uma determinada mercadoria. E o conceito de “cadeia produtiva”, está vinculado a demanda por organização das atividades empresariais, com objetivo de elevar a competitividade de produtos e serviços. Esta abordagem foca a empresa com base em uma visão sistêmica que procura identificar gargalos relacionados a integração funcional e a competitividade (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

ambientais favoráveis em seus locais de cultivo, o crescente aperfeiçoamento tecnológico e a consistente regulação das relações de produção, garantem altos índices de qualidade e produtividade. O baixo preço pago aos agricultores pelo tabaco e a relativa estabilidade econômica brasileira, a partir de 1994, além dos incentivos fiscais a exportação, tornam o tabaco do Brasil altamente competitivo no mercado mundial (SILVEIRA, 2005). Quanto aos fatores externos, temos que considerar a relativa estabilidade do mercado mundial de cigarros, a demanda por tabacos claros, da mesma maneira que, os altos custos de produção em países europeus e América do norte e a instabilidade política de países asiáticos e africanos. Tais fatores têm contribuído para a manutenção das exportações de tabaco pelo país.

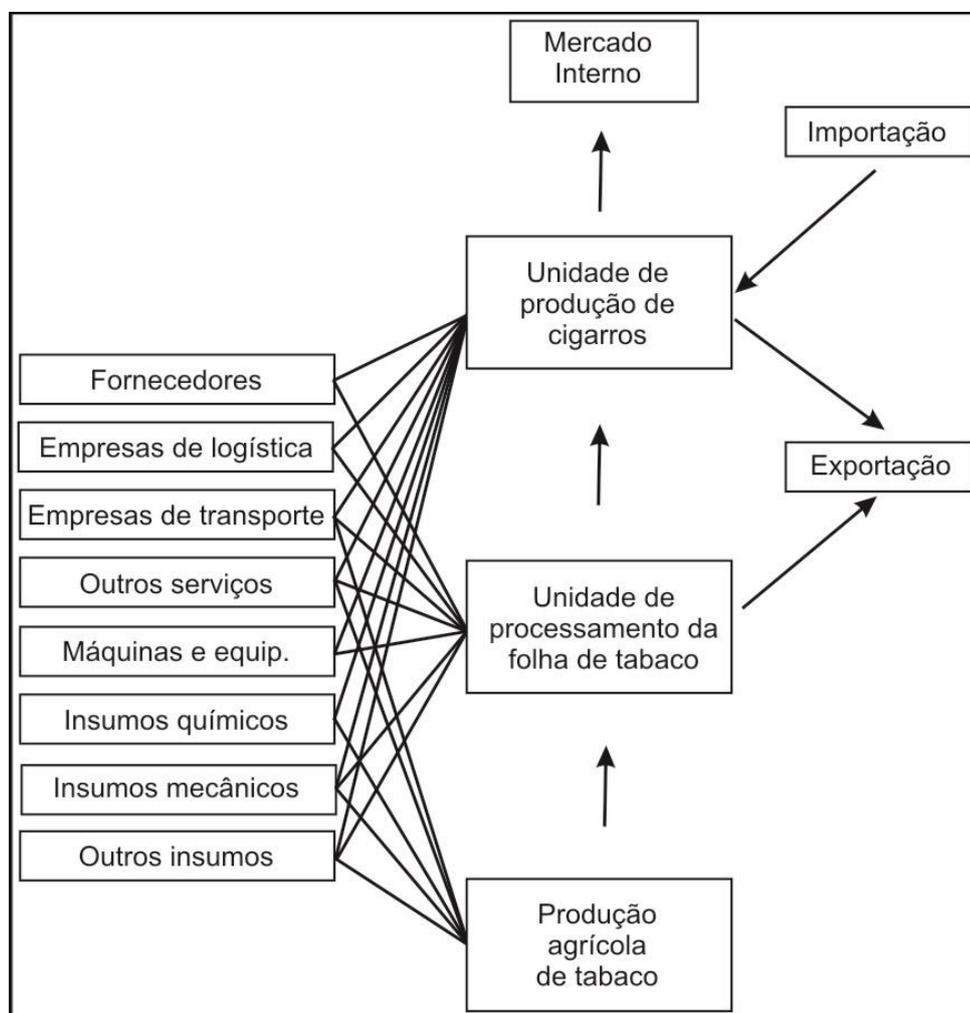
Contudo, as campanhas antitabagistas e medidas restritivas ao consumo do cigarro, o crescente contrabando de cigarros, as intempéries naturais que afetam diretamente os agricultores, o grau de insatisfação dos produtores rurais, tem provocado incertezas e perturbado o funcionamento do CAI do tabaco. Cada vez mais fica saliente a ação individual dos agentes envolvidos e a necessidade simultânea de auto-organização (SILVEIRA, 2005). Podemos assim, identificar, de modo simplificado, três circuitos espaciais de produção na configuração do CAI do tabaco que atua em forma de rede. Estes circuitos espaciais além de envolverem etapas distintas e mobilizarem agentes determinados e também comuns, apresentam momentos de interação e continuidade.

Os atuais circuitos espaciais que fazemos referência estão inteiramente articulados e compreendem percursos que conectam lugares distintos e distantes que participam de etapas específicas e complementares no processo de transformação do tabaco, envolvendo sua produção, seu processamento, transformação industrial, comercialização e exportação. Em linhas gerais os circuitos tratam: da produção do tabaco em folha; do processamento do tabaco em folha; e da produção de cigarro.

A figura 10 procura ilustrar as principais etapas e as respectivas atividades que atualmente compõem a rede CAI do tabaco. Deste modo, tanto a produção agrícola, o processamento industrial, a comercialização e a exportação do fumo, quanto à produção, a comercialização e a exportação do cigarro, e suas relações de interação no âmbito do CAI do tabaco. Ela permite apreender melhor a configuração

e a dinâmica de funcionamento dos três circuitos espaciais da produção envolvendo fluxos que se originam no território regional, e outros que alcançam lugares externos.

Figura 10. CAI do tabaco e seus correspondentes circuitos espaciais de produção



Fonte: Silveira, 2005; Silveira, 2007. Adaptado pelo autor.

Os três circuitos espaciais que constituem o CAI do Tabaco podem ser examinados de maneira dependente ou independente. Os circuitos da produção de tabaco, considerado a partir dos agricultores integrados, é dependente de um circuito de processamento de tabaco em folha. Já o circuito de processamento de tabaco em folha, no Brasil, pressupõe os agricultores integrados, mas pode ser independente. O circuito da produção de cigarros pode, também, ser independente do processamento de tabaco em folha. Em outras palavras, existem indústrias de processamento de tabaco em folha que não produzem cigarros, e existem indústrias de cigarros que não processam a folha do tabaco. Todavia, os agricultores integrados constituem um circuito diferenciado e dependente da indústria do tabaco,

predominantemente, ou em alguns casos dependente da indústria de cigarros que terceiriza o processamento da folha do tabaco.

#### *A produção de tabaco em folha*

O circuito espacial da produção de tabaco em folha foi consolidado através do sistema integrado de produção, tem início com a confirmação do contrato pelo agricultor com a empresa. Isto é, ocorre por meio de um contrato entre agricultores e indústria. Conforme Silveira, Dornelles e Ferrari (2012), os agricultores ficam comprometidos em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com determinadas especificações técnicas de qualidade, e a repassar as empresas sua produção. Em troca, as empresas garantem o fornecimento de insumos, assistência técnica, intermediação de financiamento junto aos bancos, do transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas e da compra integral do tabaco.

Os agricultores recebem através da empresa as sementes e os insumos químicos necessários para o cultivo do tabaco. As sementes, semeadas em viveiros para esse fim, levam cerca de dois meses para estarem prontas para o transplante, no campo, nos três meses seguintes, recebem cuidados químicos especiais para melhor desenvolvimento e contra pestes e doenças. Os tabacos das variedades Virgínia e Amarelinho (Oriental) são colhidos folha por folhas, em seguida ocorre a cura (secagem) em estufas do Virgínia e ao sol do Amarelinho (Oriental). Já o tabaco da variedade Burley, tem a planta inteira colhida e a secagem no contato com o ar frequentemente em galpões (PMI, 2015 e SOUZA CRUZ, 2011).

Em 2010 a PMB assumiu cerca de 17 mil contratos de agricultores que plantavam tabaco para a Alliance One e a Universal Leaf Tabacos. O objetivo da empresa com esta transação foi o de adotar um sistema próprio de gerenciamento da produção nas lavouras. Onde existe um contato direto com o produtor, consolidando o sistema integrado e procurando obter uma maior produção em menor área (GAZETA DO SUL, 2010).

Depois de curado o tabaco é prensado em fardos de aproximadamente 50 kg pelos agricultores e previamente classificado, para o transporte e entrega à indústria. Junto ao Posto de Compra e Recebimento, da indústria que contratou sua produção, o preço pago ao agricultor deve-se a classificação<sup>53</sup> estabelecida por um técnico da

---

<sup>53</sup> Nesta classificação, são consideradas as seguintes características: tipo de tabaco, posição da folha na planta (parte baixa, meio ou alta), cor e qualidade. Em muitos casos esta classificação não é

empresa. O transporte das sementes e insumos químicos, bem como, do tabaco para a unidade de compra é feito por terceiros e custeado pelo agricultor e pela indústria, expresso em contrato (SILVEIRA, 2007).

O número de envolvidos diretos com a produção de tabaco em folha, em 2014, foi de 162.410 famílias de agricultores produtoras de tabaco no Sul do Brasil segundo Carvalho et al (2014). Além dos agricultores e suas famílias, há as entidades de classe e órgãos públicos que interagem e colaboram com este circuito, bem como normas e regras que engendram toda esta produção.

Em linhas gerais, o uso do território, de acordo com o circuito espacial e círculos de cooperação da produção de tabaco em folha têm na especialização do cultivo do tabaco, em pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, uma forma de produção agrícola predominante. Os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, bem como as características históricas e físicas dos locais e regiões convergem neste uso.

#### *O processamento da folha do tabaco*

A matéria prima, folha do tabaco, depois do trabalho dos agricultores passa por um processamento antes de ser encaminhada para exportação ou produção de cigarros. O processamento do tabaco em folha consiste: na destala, atividade manual ou debulha (processo mecânico), onde a lâmina é separada do talo da folha, uma vez que apresenta características físicas e químicas diferentes, com o objetivo de maximizar o rendimento de lâmina; em seguida o tabaco precisa atingir um teor de umidade ideal, para garantir as condições necessárias para seu envelhecimento; por fim, os produtos, lâmina e talos são encaminhados para a área de embalagens distintas, e são acondicionados em caixas de papelão (PMI, 2015 e SOUZA CRUZ, 2011).

Conforme Viana (2011), o processo de transformação do tabaco passa por diferentes fases até que se obtenha o produto final. Esta transformação pode ser dividida em duas grandes áreas, uma Primária e outra Secundária. Onde é produzido o *cutfiller*<sup>54</sup> e onde são produzidos os cigarros. No caso estamos

---

acompanhada pelo agricultor e também por nenhum órgão de fiscalização. E mesmo o agricultor não concordando com o preço pago acaba cedendo a indústria devido ao alto frete para novo transporte e dívidas quanto a novos preços para repasse de sua produção (ETGES, 1991; VOGT, 1997; SILVEIRA, 2007).

<sup>54</sup> O mesmo que diferentes tipos de tabaco que sofrem um processo de transformação e que vão posteriormente integrar o cigarro (VIANA, 2011).

considerando o circuito espacial de produção do processamento do tabaco em folha, referido como grande área Primária.

Ao longo do processo de produção Primário existem ainda diversos semi-produtos acabados exportados para outras unidades de produção de cigarros no estrangeiro. Este processo produtivo, segundo Viana (2011, p. 6), irá originar:

Tabaco em Rama: Tabaco em estado bruto, ou seja, em folha; Nervura [talo]: Caule/nervura da folha do tabaco; Tabaco Reconstituído: tabaco conseguido através de um processo que permite, através da utilização de produtos secundários obtidos do processo produtivo do tabaco (exemplo: pó de tabaco), a obtenção de um produto consumível; Tabaco Expandido: tabaco já processado, que tal como o nome indica, sofreu um processo de expansão (aumento de volume através da humificação e secagem). Grifos nossos.

No final do processo o *cutfiller* irá conter o tabaco em rama, talo e tabaco expandido e poderá ter ou não tabaco reconstituído. A PMB é responsável pelo processamento e produção do tabaco expandido e tabaco reconstituído.

Viana (2011) lembra que, apesar do processo final da grande área Primária dar origem ao *cutfiller*, há ainda outro semi-produto acabado para exportação, o *Basic Blend Strip* (BBS). O BBS é composto por tabaco em rama e tabaco reconstituído e tem a finalidade de servir como base para a produção do *cutfiller* nas afiliadas da PMI que não possuem o processo Primário completo. Nestas, é através do BBS que se produz *cutfiller*. Por fim, ou o *cutfiller* será empacotado e armazenado para exportação, ou alimentará a grande área Secundária na produção de cigarros.

Os principais fornecedores deste circuito estão relacionados: a indústria de máquinas e equipamentos, oportunos, para movimentação e otimização do grande volume de tabaco em folha; a indústria de aditivos (sintetizados e ou naturais), necessário para padronizar a produção; e a indústria de embalagens responsável pelo acondicionamento dos produtos para o armazenamento adequado. Este processo envolve um grande número de trabalhadores urbanos temporários, durante um período de 3 a 5 meses no ano. Estes trabalhadores apresentam um perfil diferente de décadas anteriores com maior grau de instrução e índice de retorno, na mesma empresa, no ano seguinte. Os trabalhadores efetivos, em número reduzido, desenvolvem funções administrativas, gerências e de manutenção, predominantemente. Contudo, as unidades de processamento do tabaco necessitam da prestação de serviços diversos nas áreas de alimentação, segurança e saúde,

além de transporte (para pessoas e para a produção). E precisam manter relação com as entidades representativas destes trabalhadores (ENTREVISTA, 2015c).

Neste outro circuito e seus respectivos círculos produtivos que preconizamos no CAI do tabaco, referente ao processamento da folha do tabaco, o uso do território tem na instalação de sua indústria a posição estratégica como elemento mais importante. Esta posição pressupõe uma distância relativamente pequena da indústria de processamento com os pontos de produção da matéria prima, e os pontos de consumo (direcionamento para exportação e produção de cigarros em território nacional).

#### *A produção de cigarros*

A produção de cigarros, entendemos em três momentos, como sugere a PMI (2012): a mistura de tabacos e aditivos; a fabricação de cigarros; e o empacotamento. Na sequência descrevemos com mais detalhes este processo.

Em linhas gerais, diferentes *cutfillers*, constituem *blends* determinados e recebem aditivos. Em seguida alimentam os *Link Up's* (máquinas que fabricam cigarros e os empacotam). No momento em que termina o processo de produção de uma caixa, esta é transportada para a zona de paletização e agrupada formando os lotes que correspondem a uma ordem de venda ou transferência (VIANA, 2011).

Cabe destacar agora que este circuito produtivo, no país, tem sua produção direcionada para o mercado interno e seus milhares de varejistas distribuídos de modo ubíquo. Os principais fornecedores abastecem a indústria de cigarros com: a folha do tabaco processada<sup>55</sup>; aditivos químicos; papeis de cigarros (para cobrir o enchimento e para ligar o filtro); filtro para cigarros; folhas de alumínio para acondicionar os cigarros; embalagens; materiais para serigrafia; e papeis para pacotes e caixas. Quanto aos prestadores de serviço, devido ao considerável número de trabalhadores efetivos, estão, notadamente, serviços em alimentação, segurança, saúde e transporte. A presença de entidades representativas dos trabalhadores apresenta uma baixa frequência no planejamento da indústria, diante do constante contato com órgãos públicos.

No que diz respeito ao uso do território pelos circuitos e círculos da produção de cigarros, a proximidade com a indústria de processamento da folha de tabaco,

---

<sup>55</sup> Caso a empresa não tenha agricultores integrados e ou um setor de processamento de tabaco em folha. Vale ressaltar que a PMB tem agricultores integrados, porém não possui um setor de processamento de tabaco em folha, assim, terceiriza esta atividade.

bem como, a “atmosfera industrial<sup>56</sup>” pode ser essencial por um lado, ou a centralidade territorial e proximidade de aglomerados de consumo, por outro. A posição geográfica tem, assim, uma grande importância estratégica, devido as preocupações com o acesso a fornecedores e serviços dentro de prazos convenientes, a dispersão da produção e a eficiência de fluxos materiais e imateriais.

O uso do território não é o mesmo para as diversas empresas que nele atuam, na medida em que os mesmos sistemas de engenharia e os objetos e sistemas técnicos então existentes no território acabam sendo utilizados diferente e seletivamente pelas empresas. Isto é, se para cada empresa a força do mercado apresenta distintos limites e possibilidades, a estrutura locacional, as estratégias produtivas e o modo de uso do território serão igualmente diferentes e desiguais entre elas. Distintas serão assim as topologias de suas estruturas operacionais, as configurações de seus circuitos espaciais de produção e diferente será também a capacidade de cada empresa em articular determinado círculo de cooperação, entre distintos agentes sociais, de modo a viabilizar o movimento no território da sua produção, assegurando assim a reprodução do capital (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Silveira (2007), ainda lembra que as atuais configurações espaciais dos circuitos de produção do tabaco em folha (que consideramos em separado, produção de tabaco e processamento de tabaco) e do cigarro evidenciaram a ocorrência de crescentes mudanças técnicas e organizacionais no desenvolvimento deste ramo. Onde as novas exigências do mercado mundial, tanto do tabaco em folha como de cigarros, tem apresentado um progressivo e diferenciado processo de modernização nas suas etapas produtivas. Ou seja, o atual estágio de desenvolvimento pressupõe a incorporação de inovações organizacionais e tecnológicas em atividades distintas que integram esses circuitos, ampliando e complexificando seus fluxos espaciais de insumos, produtos e serviços.

Quando pensamos no uso do território decorrente do funcionamento do CAI do tabaco e buscamos configurar o seu circuito espacial de produção e seus círculos de cooperação, o estudo de Corrêa (1991), sobre a Souza Cruz é muito relevante.

---

<sup>56</sup> Este termo cunhado por Alfred Marshall (1842-1924) refere-se à troca de experiências, de informação e de conhecimento, que circulam em determinada área produtiva especializada.

Sua análise da espacialidade dos fluxos relativos à agroindustrialização do tabaco pela empresa, fornece pistas importantes.

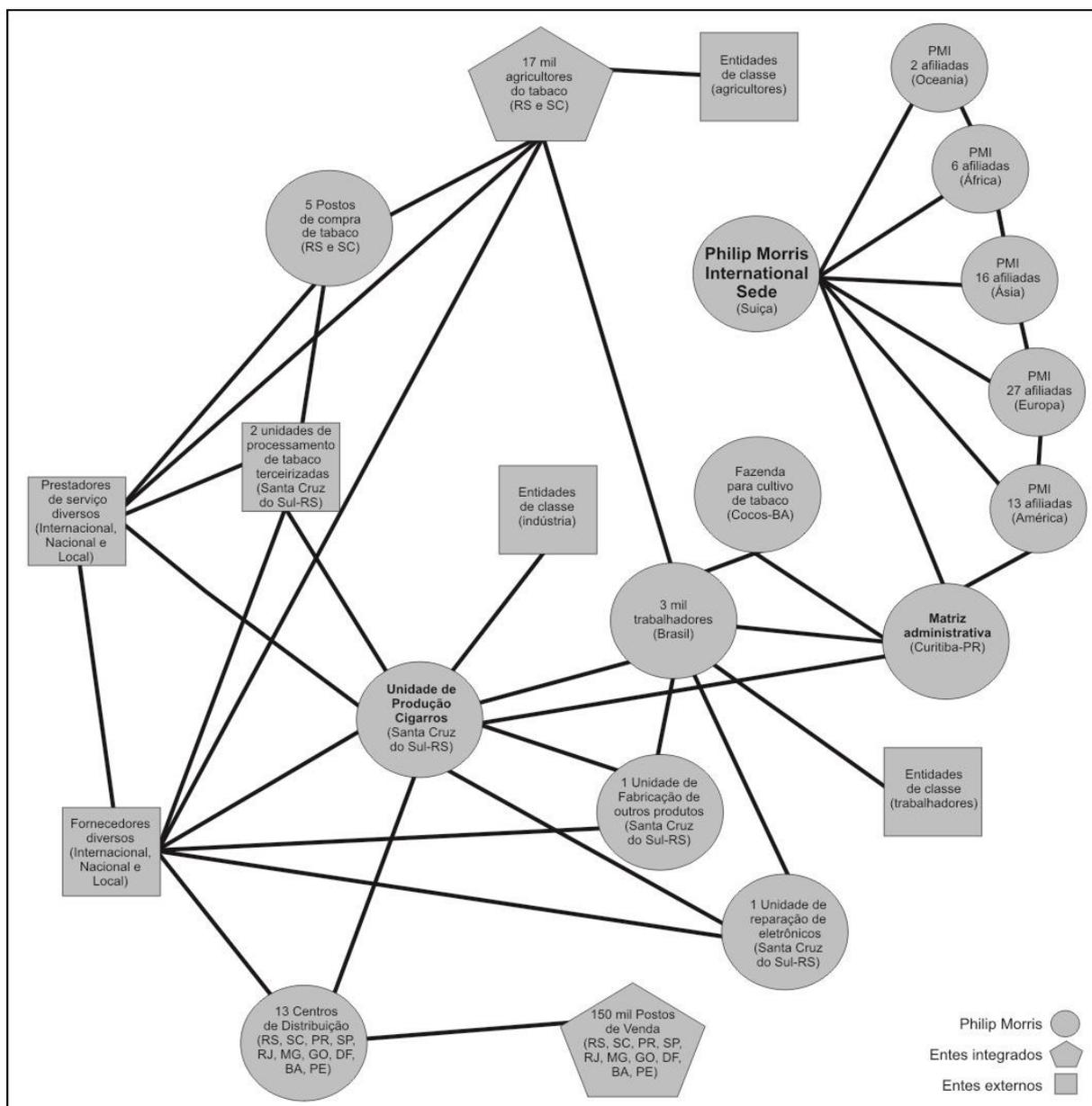
Para Corrêa (1991), os fluxos envolvendo a Souza Cruz, em um momento inicial, ligam as unidades de produção de tabaco no interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná às propriedades rurais produtoras de tabaco em folha. Os fluxos destas últimas seguem para a indústria de processamento de tabaco. Processada a matéria-prima, esta é expedida para as unidades de produção de cigarros. Onde os fluxos passam de curta distância para média e, finalmente, para aqueles de longa distância. Assim, as indústrias de processamento de tabaco em folha, situadas nas principais regiões de produção agrícola do Sul do país, dirigem fluxos para Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. A localização dispersa das unidades de produção de cigarros implica em fluxos de distâncias médias, às vezes longas, entre elas e os centros de distribuição, disseminados por todo o território brasileiro.

Dos centros de distribuição emanam fluxos a curta distância. “[...] E muito freqüentes, envolvem uma periodicidade semanal ou quinzenal, e milhares e milhares de varejistas distribuídos ubiquamente” (CORRÊA, 1991, p.63).

Estas observações oferecem um olhar, mais geral, da circulação do tabaco e cigarros no CAI pela Souza Cruz, especialmente, em como a empresa buscava atender ao mercado interno. Correa (1992), lembra ainda que a Souza Cruz é fortemente verticalizada, com intensas relações internas no país que implicam em complexas relações espaciais, tendo a produção de cigarros como sua atividade principal. Por outro lado, o controle da Souza Cruz pela BAT, tem proporcionado a empresa consideráveis cifras financeiras e uma forte integração ao mercado mundial de tabaco. Os processos de concentração horizontal e vertical, geradores de localizações específicas articuladas através de um centro de decisões configuram uma rede de fluxos de ordem tanto material quanto imaterial.

Cabe também tornar saliente que a essência do funcionamento da rede do CAI do tabaco pressupõe a identificação do conteúdo, do sentido, da origem e destino dos fluxos diversos para ilustrar sua organização espacial e interação com o território. A figura 11 representa a rede do CAI do tabaco a partir da PMB. Procuramos identificar, ainda que genericamente, os principais pontos, agentes, interconexões e fluxos.

Figura 11. Rede do CAI do tabaco a partir da PMB



Fonte: Corrêa 1991. Adaptado pelo autor.

Parafrazeando Silveira (p. 240, 2005) “Para nós a rede é constituída por pontos e áreas localizados em diferentes lugares onde um conjunto de agentes atua e interage, desenvolvendo atividades específicas”, elaboramos a figura 11, adaptando muitas das proposições de Corrêa (1991). Procuramos diferenciar os ‘entes internos’, que correspondem a PMB e PMI, dos ‘entes externos’ (fornecedores, prestadores de serviço e entidades de classe representativas). Foram considerados como ‘entes integrados’ os agricultores produtores de tabaco em folha e os Postos de venda no varejo (poderíamos ainda qualificar os primeiros como

integrados exclusivos, devido às relações contratuais e os segundos como integrados indiretos com direito de vendas diversas).

Uma multinacional possui diversas localizações e complexas interações espaciais que envolvem suas próprias unidades e numerosas unidades de outras empresas. As interações espaciais integram administrativamente as unidades, no intuito de integrar a produção. Interações traduzidas em fluxos potencialmente imateriais vinculados a ordens e decisões e ligações que envolvem matérias-primas, bens intermediários e produtos acabados traduzidos em fluxos materiais (CORRÊA, 1991).

A densa rede que estamos considerando, da PMB, foi constituída ao longo de mais de 40 anos, incorporando muitas mudanças e transformações. Mas nossa intenção não é retratar este processo, e sim “analisar as implicações do circuito espacial de produção e círculos de cooperação da produção de cigarros no uso do território da região de Santa Cruz”. Para tanto, damos ênfase, a seguir, ao produto cigarro e sua produção.

Vale ressaltar que adaptamos as orientações teórico-metodológicas de Silva (2010 e 2014) e Castillo e Frederico (2010), para o exame do circuito espacial da produção de cigarros.

Em um primeiro momento, definimos a empresa comandante do circuito e sua principal atividade produtiva. Em seguida procuramos identificar o principal produto e os seus componentes elementares. Com base nesses componentes, apontamos os fornecedores e descrevemos com mais detalhe as etapas produtivas. Assim conseguimos reconhecer os serviços e prestadores principais. Considerando a estrutura locacional, verificamos os vínculos locais e regionais através de ações sociais mantidas pela empresa.

## **5.2 A produção de cigarros**

No que diz respeito à produção de cigarros, salientamos “O cigarro e seus componentes”, considerando aqui também as embalagens onde os cigarros são acondicionados. Na sequência “Os fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados e ações sociais”, “As etapas da produção de cigarros” e igualmente a “Distribuição e armazenamento de cigarros”.

### 5.2.1 O cigarro e seus componentes

O cigarro é produzido com os seguintes elementos básicos: filtro, papel, mistura de tabacos e aditivos. Se considerarmos a descrição das embalagens de cigarros, os ingredientes básicos utilizados são a mistura de tabacos, os açúcares, o papel, os extratos vegetais e ainda os agentes de sabor. Com isso, classificamos como aditivos: Açúcares, Umectantes, aglutinantes, flavorizantes, melhorantes e pigmentos/corantes. A figura 12 mostra os componentes básicos de um cigarro.

Os cigarros variam em função do fumo utilizado e do seu desenho (comprimento, circunferência, tipo de filtro, ventilação, entre outros). Os cigarros mais vendidos no mercado brasileiro são conhecidos como KS - King Size ou cigarros supergrandes e possuem comprimento de 83 mm e circunferência de 24,3 mm (SOUZA CRUZ, 2014).

Figura 12. Componentes básicos dos cigarros



Fonte: Martins, 2014.

Os filtros, presente em quase todos os cigarros, foram desenvolvidos na década de 1950 com a função de minimizar a absorção das substâncias tóxicas e são constituídos, predominantemente, de acetato de celulose. Em linhas gerais, os filtros buscam transferir doses menores de nicotina e alcatrão. A nicotina<sup>57</sup> é considerada uma droga psicoativa, responsável por causar dependência física. Os cigarros teriam que ter uma diminuição em cerca de 95% no seu teor de nicotina para alcançar taxas seguras de uso. O alcatrão é um termo usado para definir um

<sup>57</sup> A nicotina é responsável pelo aumento do ritmo cardíaco, infarto agudo do miocárdio, derrame cerebral, angina, elevação da fração ruim do colesterol (LDL), menopausa precoce, gastrite, úlcera gástrica, enfisema pulmonar, bronquite crônica entre outras doenças (MARTINS, 2014).

conjunto de partículas sólidas orgânicas e inorgânicas<sup>58</sup>, que são absorvidas pelo fumante quando o cigarro é aceso. Os filtros são formados por pequenas e invisíveis perfurações que facilitam a entrada de ar no cigarro e que ele se misture com a fumaça. Assim, a cada tragada, o fumante recebe mais ar e menos fumaça. Na prática, ao aspirar à fumaça durante a tragada, o fumante comprime os furos do filtro com os lábios ou dedos, absorvendo as elevadas quantidades de nicotina e alcatrão. Assim, os filtros não são eficazes o suficiente para evitar o vício ou que o cigarro cause doenças graves. Somente auxiliam no aumento do consumo de cigarros, uma vez que, os fumantes são viciados e necessitam da nicotina em seu sangue. Assim, para inalar a quantidade necessária para ficarem satisfeitos, terão que fumar ainda mais. No filtro estão presentes as substâncias Butano e Polônio 210<sup>59</sup>, altamente tóxicas (MARTINS, 2014).

O papel, utilizado para cobrir o material de enchimento (a mistura de fumos) dos cigarros é composto por óxido e titânio, responsável pela quantidade e densidade de produção de fumaça e também pelo tempo que o cigarro permanece queimando. Como efeito colateral, o óxido de titânio pode ocasionar tosse, espirros, vermelhidão e inchaço na pele e nos olhos. O papel ainda contém os chamados “*Burn Rings*”, que controlam o tempo de queima do cigarro. A queima é mais rápida, durante as tragadas, para liberar uma maior quantidade de nicotina. Nos intervalos entre as tragadas a queima é mais lenta para aumentar a vida do cigarro. Na composição do cigarro, também pode ser encontrado o mentol, para diminuir o reflexo da tosse e disfarçar a sensação de secura na garganta (MARTINS, 2014).

A mistura de tabacos caracteriza o tipo de cigarro. Isto é, a combinação das variedades do tabaco em diferentes proporções, associada a determinados aditivos é também conhecida como *blend*, que produz as características de cada marca (SOUZA CRUZ, 2014). As duas misturas mais consumidas no mundo são a Americana e a Virgínia. Os cigarros de mistura Americana utilizam as três principais variedades de tabaco<sup>60</sup>: o Virgínia, o Burley e o Oriental. Estes cigarros são os mais

---

<sup>58</sup> De acordo com Martins (2014), entre seus compostos estão 43 substâncias cancerígenas, como por exemplo: Arsênico, Polônio 210, Carbono 14, DDT, Níquel, Chumbo, Benzopireno, Cádmiu, Dibenzoacridina. Compostos responsáveis pelas manchas nos dentes e dedos, fica depositado nos pulmões e gera uma coloração castanha escura.

<sup>59</sup> O Butano serve como combustível para o isqueiro e como gás de cozinha e quando inalado causa falta de ar, problemas na visão e coriza. O Polônio 210 é um elemento radioativo extremamente prejudicial que produz a chamada de alfa-radiação (MARTINS, 2014).

<sup>60</sup> O tabaco Virgínia (curado em estufa) é curado em estufas aquecidas (por isso o nome curado em estufa). O processo de cura demora uma semana. O aroma e o sabor do tabaco Virgínia são leves e

populares nos Estados Unidos, Europa, América Latina, Leste Europeu e em países asiáticos. Os cigarros de mistura Americana fabricados pela PMI, mais conhecidos, incluem as marcas *Marlboro*, *L&M*, e *Chesterfield*. Já os cigarros da mistura Virginia são principalmente compostos pelo tabaco Virginia. Algumas misturas Virginia, denominadas misturas Virginia modificadas, contêm pequenas quantidades dos tabacos Burley e/ou Oriental. Os cigarros de mistura Virginia tem maior consumo em comunidades britânicas (Austrália, Canadá, Índia, Malásia, Paquistão, Nigéria, Reino Unido e África do Sul). A China, o maior mercado do mundo para o consumo de cigarros, também prioriza este tipo de mistura (PMI, 2015).

Cerca de 50% do cigarro é composto por folhas de tabaco, segundo estimativas. A outra metade está dividida em 30% de tabaco reconstituído e 20% de tabaco expandido. O tabaco reconstituído é um material semelhante a uma folha de papel, composto, sobretudo, por uma mistura de talos esmagadas de tabaco e tabaco em pó, recuperado, onde são agregados aditivos para manipular o teor de nicotina e suavizar a aspereza do tabaco. O tabaco expandido é o tabaco que aumentou em volume devido à volatilização rápida de um meio. É expandido por um processo mecânico, geralmente pelo vapor que aumenta seu volume para que os cigarros possam ser preenchidos com menos gramas, sem que seja afetado o desempenho do cigarro (ARGENTINA, 2014).

Os aditivos do cigarro são as substâncias adicionadas ao tabaco durante a produção dos mesmos e têm diferentes funções. A ANVISA havia feito um levantamento onde constatou a presença de aproximadamente 600 aditivos na fabricação de cigarros. Através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 14/2012, proibiu no país a comercialização de cigarros com aroma e sabor sob a alegação que estas substâncias aumentam o apelo ao consumo do cigarro, tornando-o mais atraente ao consumidor. Entretanto, depois de muito debate acabou por liberar oito aditivos: adesivos, agentes aglutinantes, agentes de combustão, coadjuvantes de tecnologia, pigmentos, glicerol e propilenoglicol e sorbato de potássio e o açúcar (ANVISA, 2012 e GLOBO, 2015). No ano seguinte, 2013, o Supremo Tribunal

---

vivos. Também é denominado de "tabaco vivo" pela cor entre amarelo-dourado e laranja intenso que adquire durante a cura. O tabaco Burley (de galpão) é curado em contacto com o ar em celeiros. Durante o longo processo de cura, que demora até dois meses, o tabaco perde a maior parte dos seus açúcares naturais e desenvolve um sabor forte, quase como um charuto. A cor do tabaco Burley vai desde uma coloração do castanho claro ao castanho escuro. O tabaco Oriental é o mais aromático. As suas folhas são pequenas e curadas ao sol, ao ar livre (PMI, 2015). As variedades Virginia e Burley são as mais cultivadas no Brasil.

Federal do Brasil, lançou uma liminar que suspendia os artigos da resolução da ANVISA que proíbem os aditivos em cigarros, demonstrando preocupação com um perigo imediato do fechamento de fábricas e da demissão em massa de trabalhadores, que vigora até o momento (GLOBO, 2015).

Alguns países europeus possuem legislações específicas que estipulam os aditivos permitidos para a fabricação de cigarros. O Brasil ainda está construindo uma legislação específica para regulamentar os aditivos nos cigarros. No entanto, todos os ingredientes adicionados ao cigarro devem ser informados anualmente à ANVISA, junto com a quantidade máxima utilizada em cada marca (SOUZA CRUZ, 2011).

Dos aditivos que indicamos, os açúcares procuram homogeneizar os níveis de açúcar das variedades de tabaco. Segundo Dufty (2005), as folhas de tabaco curadas em estufa contém um índice entre 20% e 30% maiores de açúcar que as curadas à sombra em celeiros ou ao sol. Acrescenta ainda que o verdadeiro causador do câncer nos fumantes é a queima do açúcar contido nos cigarros. Os adoçantes, como os açúcares, conferem um sabor doce ao produto. Normalmente, os cigarros de mistura Americana têm outros ingredientes que substituem os açúcares perdidos durante a cura do tabaco Burley e que proporcionam o sabor e aroma típicos de cada marca de cigarro. Em geral, as misturas Virginia não utilizam ingredientes que modificam o sabor. Contudo, as misturas Virginia usam ingredientes como auxiliares de processamento (PMI, 2012).

Os umectantes servem para hidratar o tabaco, notadamente aquela parcela reconstituída (composto de folhas baratas, restos de fumo e poeira). Destaque aqui para o Propilenoglicol, usado em desodorantes e *sprays*. Os aglutinantes fazem com que as partículas de tabaco, dentro do cigarro, fiquem unidas. Os flavorizantes disfarçam o aroma da fumaça do cigarro. Trata-se de substâncias (naturais ou sintéticas) ou misturas que adicionadas ao cigarro lhes conferem um sabor e aroma determinado. E os melhorantes, reduzem os aspectos irritantes da fumaça do cigarros. Os pigmentos/corantes são empregados no branqueamento do papel ou filtro, para imitar o padrão de cortiça no envoltório da ponteira e aqueles utilizados para impressão de logotipos ou marcas (SOUZA CRUZ, 2011 e ANVISA, 2012).

Vimos que a estrutura de um cigarro está vinculada a ingredientes básicos presentes em sua construção. No entanto, os cigarros são acondicionados em embalagens de 20 unidades, maços, que apresentam algumas características

básicas no País: a folha de alumínio, o maço, o selo de controle e a película protetora. Estes elementos podem ser visualizados na figura 13.

Figura 13. Maço de cigarros Marlboro: embalagem macia



Fonte: Kamio, 2014. Adaptado pelo autor.

A folha de alumínio que envolve os cigarros é utilizada por conservar melhor as substâncias do produto. Ou seja, cumpre a função de barrar fatores externos que causam deterioração, como o oxigênio, a umidade, a luz e microorganismos. Além disso, é um material inodoro que não permite a entrada e saída de cheiros. Ademais, permite fechamento hermético; é atóxico, não absorvente e anticorrosivo. A folha de alumínio pode ser encontrada em embalagens de diversos produtos para o consumo humano (OSTRONOFF, 2007).

Os maços subdividem as embalagens em maços rígidos e maços macios. Esta característica é importante, uma vez que influencia diretamente no preço do produto final. Os maços rígidos em muitos casos custam mais que os maços macios. A embalagem rígida é mais estável e impede que os cigarros sejam amassados quando conservados em uma sacola ou bolsa. Já a embalagem macia é montada com um papel relativamente fino e pode tornar-se inconveniente por estar sempre aberta. Todavia, ocupa menos espaço físico no bolso, quando alguns cigarros são consumidos. Em países como o Canadá e a Austrália são comuns embalagens com

25 unidades. No Reino Unido são comuns embalagens consideradas 'populares' com 18 ou 16 unidades de cigarros (ENTREVISTA, 2015c e 2015d).

A procedência das embalagens, tanto rígidas quanto macias, é dada por um selo de controle com um código invisível que possibilita identificação da legalidade do produto com o controle móvel de leitura através de um scanner. Os selos trazem registradas várias informações como o nome do fabricante, a marca do produto, a data de fabricação e o destino. Os selos de controle são confeccionados em papel moeda pela Casa da Moeda do Brasil (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2007). As embalagens de cigarros sujeitas aos selos de controle são aquelas de fabricação nacional, destinadas ao mercado interno e as de procedência estrangeira, destinadas a este mesmo mercado. Atualmente as embalagens de cigarros produzidos em território nacional apresentam um selo de controle verde combinado com marrom e as importadas, um selo vermelho combinado com azul (RECEITA FEDEAL, 2015).

A película protetora transparente de plástico tem a função de fechar e vedar os maços de cigarros. Apresenta em suas características rigidez e alto deslizamento, dimensionalmente estabilizado, termosselável<sup>61</sup> em ambas as faces, e envolve, todo o maço de cigarros (POLO, 2014 e TIVPLÁSTICOS, 2010).

Os maços de cigarros finalizados são agrupados em lotes maiores para a distribuição ou depósito. Os pacotes de papel, contém 10 unidades de maços ou 200 cigarros e as caixas de papelão, 50 pacotes ou 500 maços que equivalem a 10000 cigarros. No caso da PMB, os cigarros são armazenados em local externo a unidade produtiva central, em Santa Cruz do Sul<sup>62</sup> (ENTREVISTA, 2015a e ENTREVISTA, 2015c).

Cabe ainda destacar que os cigarros tem um prazo de validade de 1 ano, depois de expirada esta data, os cigarros são recolhidos e destruídos em um sumidouro na unidade produtiva da PMB (ENTREVISTA, 2015a).

---

<sup>61</sup> O mesmo que filme termosoldável: qualquer filme de matéria plástica, sintética ou artificial, capaz de sofrer soldagem a quente. A soldagem a quente normalmente é empregada para fechamento de invólucros plásticos (POLO, 2014).

<sup>62</sup> A unidade produtiva de cigarros de Santa Cruz do Sul não detém espaço físico para armazenar os lotes acabados de cigarros finalizados e empacotados (ENTREVISTA, 2015a e ENTREVISTA, 2015c).

### 5.2.2 Os fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados e ações sociais

A listagem dos componentes básicos do cigarro e de suas embalagens, possibilitou a indicação dos principais fornecedores. Não obtivemos confirmação pela empresa dos fornecedores listados a seguir, por isso os denominamos como sugeridos. No entanto, algumas “pistas” foram dadas nas entrevistas e a partir de buscas em reportagens diversas e informações dispersas sobre a PMB, da mesma maneira que, acessos aos clientes de empresas. Acreditamos que conseguimos apontar os principais fornecedores e os municípios de origem das matérias-primas necessárias para a produção de cigarros.

#### *Os fornecedores*

A PMB informou em nota que realizava, todos os anos, licitação para fornecimento de serviços bancários com o objetivo de verificar se pagam as menores tarifas do mercado. Há seis anos é o Itaú que presta o serviço, e o banco não pagou em 2006 para manter a exclusividade (FOLHA, 2006). Atualmente o banco com a folha de pagamento da empresa é o Santander (ENTREVISTA, 2015a). Acreditamos que as licitações para fornecimento de produtos e prestação de serviços aconteçam periodicamente, ocorrendo alterações conforme preços praticados no mercado e pagos pela empresa, o que ilustra a mobilidade destas conexões.

Quadro 1. Cigarros da PMB: fornecedores e localização

| Descrição            |                        | Fornecedor                  | Loc. de origem                   |
|----------------------|------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| Variedades de tabaco | Agricultores do tabaco | Integrados da PMB           | RS, SC e PR                      |
| Tabaco               | Reconstituído          | Unidade produtiva da PMB    | Santa Cruz do Sul                |
|                      | Expandido              |                             |                                  |
| Aditivos             | -                      | -                           | Curitiba-PR                      |
| Papel                | Enchimento             | -                           | -                                |
|                      | Adesivos               | -                           | -                                |
| Filtro               | -                      | Filtrona do Brasil/Essentra | Jaguariúna-SP                    |
| Folha de alumínio    | -                      | Novelis                     | Pindamonhangaba/Utinga-SP        |
| Embalagens           | Papel                  |                             | -                                |
|                      | Serigrafia             | Cromos e Cromar             | Rio de Janeiro-RJ e Guarulhos-SP |
| Selo de controle     | -                      | Casa da Moeda do Brasil     | Rio de Janeiro-RJ                |
| Película protetora   | -                      | Pólo films                  | Montenegro-RS                    |
| Caixas de papelão    | -                      | Klabin                      | São Leopoldo-RS                  |

Fonte: Elaborado pelo autor.



As variedades de tabaco são produzidas por agricultores e suas famílias sob orientação técnica da PMB. Esta atividade é recente. Os fornecedores de matéria-prima, tabaco em folha processado para a PMB, eram até 2010 as empresas Alliance One e Universal Leaf Tabacos, situadas também em Santa Cruz do Sul. No entanto, vale ressaltar, seguindo uma tendência de maior participação das produtoras de cigarros na produção do tabaco, a PMB anunciou em 2010 que iria assumir cerca de 17 mil contratos com agricultores que plantavam tabaco para a Alliance One e a Universal Leaf Tabacos. Cada uma das processadoras de tabaco repassou 8,5 mil contratos. O objetivo da empresa com esta transação foi o de adotar um sistema próprio de gerenciamento da produção nas lavouras. Onde existe um contato direto com o produtor, consolidando o sistema integrado e procurando obter uma maior produção em menor área. Os contratos com os agricultores do tabaco assumidos pela Philip Morris Brasil estão localizados em uma faixa vertical, entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O acordo entre a fabricante de cigarros e as processadoras de tabaco em folha conta também com a transferência de mão de obra especializada. A Alliance One também cita o licenciamento do seu software de gerenciamento de produtores e estoque para a PMB (GAZETA DO SUL, 2010).

Os tabacos reconstituído e expandido são processados pela unidade de Santa Cruz do Sul da PMB a partir das folhas e talos já processados.

Os seis aditivos químicos considerados tem origem, notadamente, em Curitiba-PR e seus teores mensurados bem como sua produção controlada em um laboratório junto à unidade de Santa Cruz do Sul (ENTREVISTA, 2015a). O laboratório de análise, pesquisa e desenvolvimento de produtos tem como principal atribuição a análise de produtos. Isto é, medir a composição da fumaça dos cigarros e verificar se os padrões estão de acordo com as normas exigidas pela ANVISA para a fabricação dos cigarros. O laboratório tem capacidade para atender a demanda da linha de produção brasileira e ainda de outras unidades produtivas da PMI (RETS, 2011).

Segundo entrevista concedida por Thérèse Hofmann Gatti ao Yahoo (2010), sobre seu estudo da reciclagem de restos de cigarros, iniciado em 2003, as duas maiores fabricantes de cigarros do país foram consultadas e os filtros utilizados durante a pesquisa foram fornecidos pela empresa Filtrona brasileira, com sede em Jaguariuna-SP. Com isso, sugerimos que esta seja, ou tenha sido importante

fornecedora de filtros para cigarros da PMB. A empresa pertence a “Essentra components” e fabrica filtros para cigarros no país, desde 1972.

A “Essentra Components” fabrica e distribui componentes plásticos e metálicos. Possui escritórios e centros de distribuição por toda a América e sede nos EUA. A “Essentra Components” faz parte da “Essentra plc” que opera no setor industrial de produtos plásticos a nível internacional a partir da sede em Milton Keynes, Buckinghamshire - Reino Unido. Uma importante divisão da multinacional é o fornecimento de filtros de cigarro com atuação mundial, incluindo um centro de pesquisa sediado no Reino Unido e três centros de desenvolvimento regional que buscam proporcionar uma infra-estrutura flexível para servir a indústria do tabaco. A divisão ainda fornece serviços de medição de ingrediente para essa indústria (ESSENTA, 2013).

De acordo com Corrêa (1991), a PMB adquiria no final dos anos 1980 os filmes plásticos junto a Polo Films, hoje especializada em filmes de polipropileno biorientado ou BOPP. A Polo Films iniciou suas atividades no país em 1980 e pertencia a BAT (Souza Cruz) e em 1995 foi adquirida pela Unigel, criada em 1981 a partir da Proquigel Química Ltda. A Polo Films está situada em Montenegro-RS, próximo ao Pólo Petroquímico de Triunfo-RS, onde dispõe de uma unidade produtiva fabril e as áreas de administração, suprimentos e Financeira (POLO, 2013).

As folhas alumínio que envolvem os cigarros dentro das embalagens, são fornecidas pela Novelis, subsidiária do grupo indiano Aditya Birla. A Novelis é uma representativa empresa de laminação e reciclagem de alumínio no mundo. Sua sede no Brasil está situada no estado de São Paulo em Pindamonhangaba e Utinga (NOVELIS, 2015).

As caixas e papelão são fornecidos pela Klabin, produtora e exportadora de papéis do Brasil. A empresa conta com 15 unidades industriais (14 no Brasil, em sete Estados, e uma na Argentina). Fundada em 1899 e com aproximadamente 15 mil colaboradores (diretos e indiretos). A sede é em São Paulo-SP e a unidade de São Leopoldo-SP produz embalagens de papelão ondulado para diferentes segmentos industriais (KLABIN, 2014).

A serigrafia nos cigarros e maços é desenvolvida e executada pela própria PMB. Entretanto, a Cromos que produz tintas para rotogravura à base de nitrocelulose, segundo Moraes (2005), com especialização no fornecimento para o

mercado de embalagens para cigarros, detém parceria de longa data com a PMB. A Cromos desenvolveu as primeiras aplicações de tintas aquosas para a PMB.

Outra importante parceira da PMB é a Cromar, com sede em Guarulhos-SP e focada no desenvolvimento de produtos personalizados, obteve vernizes homologados pela PMI. A homologação internacional em vernizes acrílicos à base de água para impressões em rotogravura e *off-set* de alto brilho, permitiu o fornecimento para América Latina e Europa, bem como, a utilização dos produtos da empresa por todas as gráficas próprias ou terceirizadas que fabricam as embalagens da PMI (MORAES, 2005).

A “Cromos” que trabalha no segmento de tintas gráficas, foi fundada em 1944 no Rio de Janeiro. Atualmente possui uma matriz e fábricas instaladas no Rio de Janeiro-RJ, Cotia-SP e Argentina, além de revendedores cadastrados por todos os estados do país (CROMOS, 2014). A Cromar, depois das mudanças societárias, quando seus diretores assumiram as ações que pertenciam a Cromos, assumiu nova razão social e logomarca: Overlake Vernizes Gráficos Ltda. Especializou-se na fabricação de vernizes e concentra todos os seus esforços neste produto. Criada em 1993, desde 1998 é credenciada como fornecedor mundial da PMI. Ocupa uma área de 3.000 m<sup>2</sup> no município de Guarulhos-SP (OVERLAKE, 2011).

O quadro 1 e o mapa 9 localizam espacialmente os principais fornecedores elencados. A maioria dos fornecedores são empresas de capital internacional com representação no país. E abastecem com seus produtos outros segmentos industriais não necessariamente relacionados com o processamento de tabaco ou produção de cigarros. Isto é, os fornecedores oferecem produtos específicos, entretanto, são especializados em derivados da matéria-prima que utilizam e oferecem produtos diversos a clientes de diferentes setores.

#### *Os prestadores de serviços e terceirizados*

Os serviços correspondem a empresas prestadoras e terceirizadas. Entendemos como prestação de serviços e terceirizados, a contratação de serviços por meio de empresa, intermediária entre tomador de serviços e a mão de obra, mediante contrato. Para simplificar, estamos considerando como prestador de serviço aquele trabalhador que opera dentro das instalações da PMB, nas áreas de segurança, alimentação e limpeza. E terceirizados, os fornecedores de serviços, quando o trabalhador exerce suas atividades fora da PMB, como nos serviços de processamento de tabaco, transporte e logística, saúde e bancários.

Se por um lado os fornecedores mantêm um relativo distanciamento espacial com a região, podemos perceber que mesmo sendo administrada por empresas extraregionais, esta variável apresentou um considerável número de empregados na região. Em outras palavras, os serviços não geram tributos diretos ao município e Região, porém são responsáveis por empregos indiretos na produção de cigarros e por contribuírem com geração de renda e para a circulação monetária local e regional. A indicação dos prestadores de serviço e terceirizados da PMB foi levantada com base nas “pistas” fornecidas durante as entrevistas (2015a, 2015b, 2015c e 2015d) e confirmadas em acesso ao jornal local e sites de recrutamento de trabalhadores. Outro elemento que auxiliou a verificação destes dados é a presença constante na cidade, sede da unidade produtiva, de trabalhadores uniformizados e veículos comerciais.

O mapa 9 mostra a onde estão situadas as sedes administrativas e matriz empresarial dos prestadores de serviços e terceirizados da PMB que foram considerados.

Cabe ressaltar que a PMB, com a transferência dos contratos, passou a comprar tabaco de fumicultores instalados no Sul do país. A Universal Leaf Tabacos e a Alliance One passaram a ser responsáveis por realizar o processamento do tabaco em folha, produzido com a orientação técnica da PMB, em uma espécie de terceirização, semelhante ao adotado pela Philip Morris USA nos EUA.

A Universal Leaf Tabacos, com sede em Richmond-Virgínia, EUA, foi fundada em 1918. A companhia é especializada no processamento das folhas de tabaco e realiza negócios em mais de 30 países com cerca de 24.000 trabalhadores permanentes e sazonais. Desde a safra de 2014 tem suas atividades produtivas concentradas em Santa Cruz do Sul (FOLHA, 2013). A Alliance One, proveniente da união de duas grandes organizações do setor de tabaco, a Dimon Incorporated e a Standard Commercial Corporation, no Brasil denominada Meridional de Tabacos, foi criada em 2005. Tem sede administrativa em Venâncio Aires-RS, onde também tem uma unidade de processamento de tabaco, bem como, em Araranguá-SC (GAZETA, 2015). Ambas as empresas atuam diretamente com a seleção, compra, transporte, processamento, embalagem, armazenagem de tabaco em folha. Assim, não produzem cigarros ou outros derivados e suas receitas advêm da comercialização do tabaco processado e de comissões e prestação de serviços específicos.

A PMB já havia manifestado interesse pelo setor em 2008 quando assumiu através do Grupo Altria a Profigen Brasil, empresa especializada em genética e na produção de sementes de tabaco. O Grupo Altria, antes do *Spin-off* com a PMI em 2008, acertou a compra da UST inc. (United States Tobacco Co.), produtora de tabaco e proprietária da Profigen do Brasil. Portanto o seu fornecedor é ela mesma que apenas repassa as sementes e mudas para os produtores. Isto acaba sendo uma ação estratégica significativa, uma vez que, a qualidade da produção de tabaco em sua fase agrícola é reconhecidamente uma vantagem competitiva no mercado internacional e na fabricação de cigarros (GAZETA DO SUL, 2008 e SILVA e BORGES, 2010).

Os serviços e terceirizados listados a seguir, estão relacionados aos trabalhadores, de acordo com as normativas que estabelecem seus direitos. Também correspondem a otimização e reorganização de gestão e estratégia e produção da empresa.

Neste sentido, os serviços de limpeza interna e externa são realizados pela empresa “Vivante” com matriz em São Paulo-SP pertencente, desde 2013, ao “Axxon Group”. A Vivante atua no segmento de gestão e manutenção de *facilities* (manutenção predial, serviços ambientais e de limpeza, serviços gerais e de apoio e gestão integrada) no país desde 1998. Com mais de 4.500 empregados diretos e presença em 417 municípios de 15 estados brasileiros, tem duas unidades que a representa no Rio Grande do Sul em Montenegro e São Borja (VIVANTE, 2013). Os empregados que prestam serviços para a PMB moram na Região.

O serviço de alimentação para os trabalhadores da PMB é feito pela “Puras” empresa pertencente a multinacional Sodexo. A Sodexo foi fundada na década de 1960 na França e exerce suas atividades em 80 países. No Brasil através da Puras, em 2011, estavam presentes em 23 unidades da federação, fornecendo mais de 1 milhão de refeições por dia para unidades empresariais, unidades escolares e unidades em alto-mar. A sede administrativa fica em Manaus-AM e a filial no RS em Porto Alegre (PURASFO, 2011 e SODEXO, 2014).

A Segurança é realizada pela empresa “Gocil, segurança e serviços”. Com sede administrativa em São Paulo-SP e filiais em grandes centros urbanos do país, tem uma subsede no RS em Porto Alegre. A empresa tem em seu quadro de trabalhadores, habitantes da região de Santa Cruz. Trata-se de uma empresa que opera há mais de 30 anos no mercado brasileiro especializada nos segmentos de

segurança e limpeza. E conta com aproximadamente 23.000 colaboradores, distribuídos em aproximadamente 3.500 pontos de atuação, assegurando serviços para mais de 1.000 clientes pelo país (GOCIL, 2014).

Para atendimentos emergenciais, na unidade de Produção de cigarros, há uma ‘brigada de incêndio’, formada por trabalhadores com treinamento especial contra incêndios e preparada para operar os procedimentos em primeiros socorros (ENTREVISTA, 2015a).

A unidade produtiva de Santa Cruz do Sul da PMB conta com um ambulatório e enfermeiros de plantão para atendimentos básicos. Os serviços de saúde são prestados pelo sistema Unimed do Brasil, Cooperativa de Trabalho Médico e Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (ENTREVISTA, 2015c). A sede desta empresa é em Santos-SP, no entanto apresenta atuação próxima a 85% do território nacional. O sistema Unimed na região de Santa Cruz, conta com médicos ativos cadastrados especialistas em diversas áreas e convênios com os hospitais, pronto-atendimentos, laboratórios, centros de diagnósticos e com farmácias, para o atendimento dos seus clientes. Realizam, assim, consultas, internações e exames complementares (UNIMED, 2014). A PMB dispõe de Planos de Saúde coletivos empresariais que presta assistência à saúde dos trabalhadores da empresa, devido ao vínculo empregatício. Os trabalhadores precisam contribuir mensalmente com um valor que corresponde à cobertura do plano de saúde adquirido e ao número de dependentes (ENTREVISTA, 2015c).

De maneira semelhante a Unimed e também com representativa participação no mercado nacional, os trabalhadores podem optar por um plano empresarial coletivo dentário junto a Uniodonto (Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos), empresa de capital nacional fundada em 1972 (UNIODONTO, 2015).

O transporte dos trabalhadores, destinado ao trajeto casa-trabalho-casa, é realizado pela “Primavera Transporte de Passageiros”. Empresa que atua em âmbito regional, nos segmentos de transporte coletivo urbano e intermunicipal, no fretamento empresarial e turismo, com sede em Vera Cruz-RS (PRIMAVERA, 2013).

A folha de pagamento da PMB tem os serviços bancários prestados pelo “banco Santander (Brasil)” (ENTREVISTA, 2015a). Em atividade no país desde 1982, sua matriz é em São Paulo-SP, e tem presente em todas as regiões do país por meio de uma ampla estrutura de Agências, Postos de Atendimento Bancário

(PABs) e máquinas de autoatendimento, Escritórios regionais, Centros de tecnologia e Unidades culturais. Com sede mundial na Espanha, o grupo Santander tem forte presença na Europa e América. Coloca-se como o principal conglomerado financeiro na América Latina, com posições de destaque no Brasil. Na região tem agências em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires-RS (SANTANDER, 2013).

Os serviços de transporte e de operações logísticas são feitos por terceiros, empresas que não conseguimos alcançar na totalidade da circulação realizada pela PMB. Apenas nos foi assegurado que o transporte, dentro da cidade de Santa Cruz do Sul, da unidade produtiva para o local de armazenamento é realizado pela PMB (ENTREVISTA, 2015a).

Podemos verificar uma inserção bastante local, mas também regional dos prestadores de serviços e terceirizados. Mesmo que as sedes administrativas e matriz institucional não estejam localizadas na região, a necessidade por mão de obra com capacidades básicas é responsável pela geração de empregos na Região. Contudo, a efemeridade dos contratos, notadamente anuais, faz com que os trabalhadores não tenham segurança a longo prazo, caso o contrato seja rompido. Dessa maneira, a instabilidade profissional leva muitos trabalhadores a procurarem outras atividades mais estáveis caracterizando o setor como temporário.

#### *As Ações sociais*

As ações de responsabilidade social, cidadania empresarial, ou ainda, ética corporativa em que a PMB está envolvida, podem ser consideradas como um indicativo importante de inserção da empresa na região. De acordo com o *website* da PMI (2014), a empresa opera sua 'responsabilidade', nas regiões onde seus trabalhadores residem, bem como, nas comunidades agrícolas dos seus produtores de tabaco. A atuação pelo mundo ocorre através de Programas de Contribuições<sup>63</sup>, Programas de Donativos, Programas de Incentivos a Arte e Cultura e uma Rede de Solidariedade.

No país, recentemente, a PMB tem apresentado poucos investimentos com este cunho, mais social. Tem apoiado alguns eventos e publicações de interesse no âmbito local e regional. Quanto as ações efetivas, existe um "Projeto de inclusão

---

<sup>63</sup> Os Programas de Contribuições estão concentrados em cinco áreas: fome e pobreza extrema (procura disponibilizar ajuda a pessoas desfavorecidas, com fome), educação (com fomento a educação básica e superior), sustentabilidade ambiental e condições de vida nas comunidades rurais (em busca de resultados sustentáveis a longo prazo), violência doméstica (atentando para a violência contra a mulher) e apoio em situação de catástrofe (oferecendo auxílio em situações emergenciais), PMI (2015).

digital em escolas públicas estaduais”, onde foi firmada uma parceria entre a PMB e o Comitê para Democratização da Informática – CDI (ONG de inclusão digital). Este projeto teve início em 2010, nos municípios de Juripiranga e Itapororoca na Paraíba e Belo Jardim em Pernambuco. No ano seguinte foi expandido, no intuito de beneficiar as comunidades dos municípios que cultivam tabaco para a empresa no Rio Grande do Sul, municípios de Candelária, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Em 2013 o estado de Santa Catarina passou a integrar o projeto com escolas em municípios, a saber: Bela Vista do Toldo, Grão Pará, Major Vieira, Nova Itaberaba, Maravilha, Saltinho, Turvo, Vidal Ramos e Vitor Meireles.

Outra prática, recente, visando os agricultores produtores do tabaco nos municípios de Candelária, Vera Cruz e Santa Cruz do Sul foram o apoio a educação de jovens junto a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul<sup>64</sup> (EFASC), com o financiamento de 70% do curso técnico no ensino médio da EFASC, para os filhos de agricultores dos municípios citados, em 21 vagas. Também tem apoiado nos últimos anos o Programa Jovem aprendiz, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Santa Cruz do Sul. O interesse está na formação de pessoal especializado em pré-impressão na área de rotogravura (técnica utilizada pelo setor gráfico da empresa), no Curso de Arte-Finalistas.

Junto a UNISC, a PMB apóia projetos, como os mais recentes: “MS Project 2003” (em nov. de 2007, out. de 2008 e jan. de 2010), com a finalidade de instrumentalizar estudantes para o trabalho com o MS Project; “Boas práticas de laboratório” (em maio de 2007), sobre treinamento de pessoal quanto a atividades laboratoriais; “Qualificação Unilehu” (duração mar. 2013 a fev. 2014), que objetiva formar deficientes físicos e visuais para o mercado de trabalho; “Excel 2010 – nível intermediário” (duração, Nov. a dez. 2010), busca instrumentalizar estudantes para o trabalho com o software Excel (UNISC, 2015).

Em 2010 por iniciativa dos trabalhadores da PMB, com apoio do corpo de bombeiros, foi organizada uma ação solidária para auxiliar os atingidos pela enchente do Rio Pardo, ocorrida no início do ano em Candelária. E em 2015 foram arrecadados donativos entre os funcionários e encaminhados para os desabrigados que sofreram com as tempestades de outubro no município de Rio Pardo.

---

<sup>64</sup> O processo educativo desta escola mescla atividades básicas e diárias no campo com o cotidiano da sala de aula, por meio de conteúdos e métodos de ensino-aprendizagem embasados na realidade do educando e fundamentados na Pedagogia da Alternância.

Estas ações mostram as comunidades e os municípios onde a PMB está inserida, ilustrando alguns territórios importantes no cultivo do tabaco, para a empresa. Contudo, diante das mazelas causadas e dos impactos gerados, as ações de 'responsabilidade' operadas na região aparentam muito mais um caráter de obrigatoriedade, que uma real preocupação com a comunidade local e regional. Por um lado sofre a saúde dos consumidores de cigarro e fumantes passivos; por outro lado, os agricultores, com impactos na saúde humana e ambiental. Por enquanto, estes atingidos diretos não contam com programas apoiados pela PMB e os atingidos indiretos contam com uma caridade eventual ou um óbolo rotulado como projeto social.

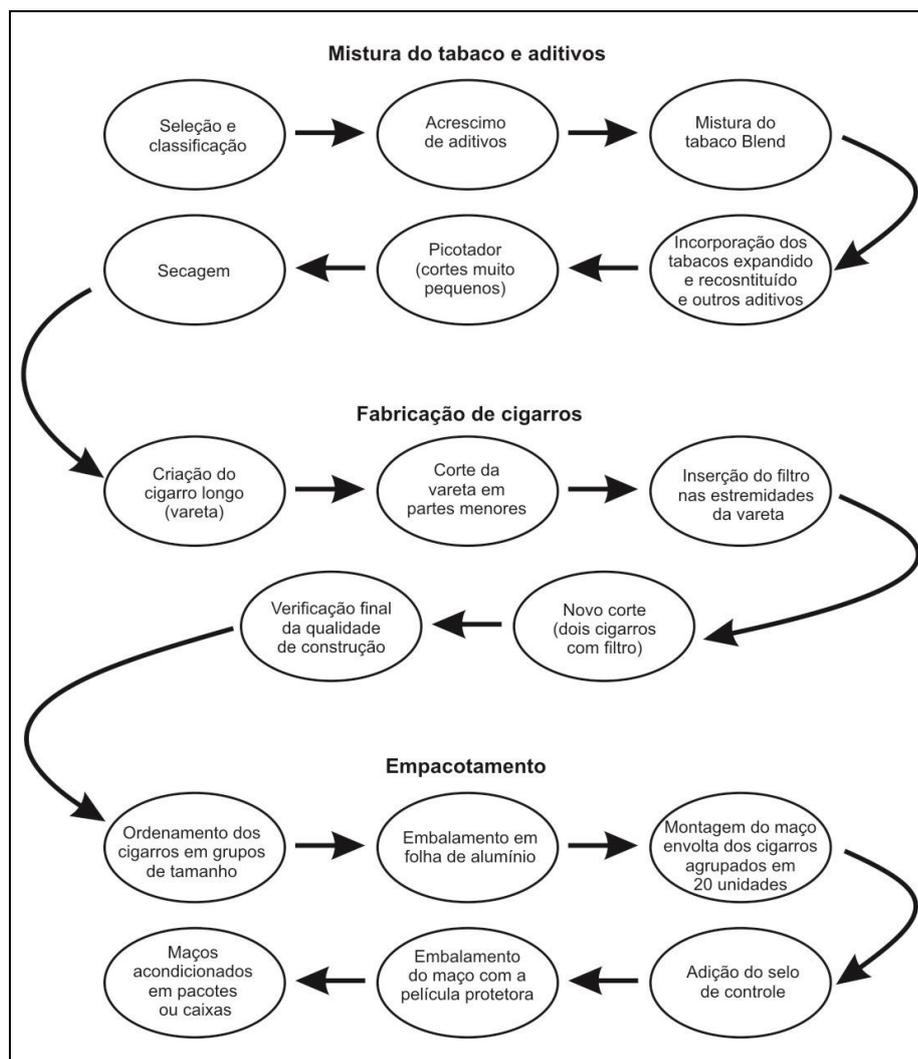
### **5.2.3 As etapas da produção de cigarros**

Apresentamos anteriormente uma abordagem sobre a dimensão espacial dos fornecedores e prestadores de serviços e terceirizados numa tentativa de compreender como eles participam do processo produtivo dos cigarros e impactam na região. Também sublinhamos as principais ações sociais da PMB consideradas como um importante indicativo para a inserção regional. Buscamos destacar elementos fundamentais que constituem a rede a partir da PMB da produção de cigarros e o circuito espacial de produção.

Com referência a proposta estabelecida na metodologia deste estudo, tornamos saliente este segundo momento. Lembrando que, de acordo com as proposições de Silva (2010 e 2014), o desenho do circuito e círculos produtivos pressupõe três momentos, em linhas gerais: processo a montante da linha de produção (fornecedores e serviços); processo de produção (fabricação); e processo a jusante (distribuição).

Entendemos que a produção de cigarros pode ser compreendida por três momentos, como sugere a PMI (2012): a mistura de tabacos e aditivos; a fabricação de cigarros; e o empacotamento. A figura 14 procura ilustrar o esquema da sequência destas três etapas de forma mais detalhada, como descrevemos a seguir.

Figura 14. A produção de cigarros em três etapas



Fonte: PMI, 2012; Souza Cruz, 2011; Viana, 2011; Silveira, 2007. Adaptado pelo autor.

A fabricação do cigarro tem início quando as caixas contendo lâminas e talos de diferentes tipos de tabaco, vindas das usinas de processamento, são desmanchadas e entram nas esteiras transportadoras. As caixas de lâminas armazenam a parte mais tenra da folha e as de talos, a nervura principal da folha do tabaco. As lâminas dos vários tipos e classes de tabaco são misturadas em diferentes proporções, formando o que denominamos de *blend*. E recebem os aditivos. Em seguida, o *blend* é cortado e seco à umidade que garanta a sua conservação e processamento adequados e é misturado ao talo, que foi também adequadamente processado em separado (SOUZA CRUZ, 2011).

O tabaco em folha, já processado, na unidade produtiva de cigarros, precisa ser preparado de acordo com as receitas de cada marca. A seleção da mistura correta de tabaco é a primeira etapa na produção de cigarros para a composição do

*blend* desejado. Em seguida são acrescentados os aditivos, distintos em cada marca. Também com funções essenciais, entre outras, de contribuir para o sabor e para o aroma. Ainda são acrescentados os tabacos expandidos e reconstituídos para completar esta combinação, da mesma forma, em diferentes medidas. Depois dos tabacos serem misturados e acrescentados os aditivos, a mistura é cortada em pedaços muito pequenos antes de passar por um cilindro de secagem para reduzir a umidade. Por fim, quando a umidade está no nível adequado, a mistura está pronta para a produção dos cigarros (PMI, 2012). Esta mistura é também chamada de tabaco desfiado.

A segunda etapa, de fabricação de cigarros, é um processo altamente automatizado e rápido. A unidade de produção de Santa Cruz do Sul conta com cerca de 20 máquinas com capacidade de produção diferenciada, que podem produzir uma média de 5 mil cigarros por minuto. Este maquinário é importado de outras unidades produtivas, não é novo, ou seja, não é de última tecnologia (ENTREVISTA, 2015a e ENTREVISTA, 2015c).

Silveira (2007) lembra que a fabricação de cigarros demanda modernas máquinas e equipamentos que asseguram produtividade e qualidade na fabricação e empacotamento dos cigarros. Esses insumos mecânicos e eletrônicos (como os sensores utilizados na fabricação dos cigarros e no seu empacotamento) em sua grande maioria são importados de empresas estrangeiras e chegam aqui com uma certa defasagem em relação aos maiores centros.

O processo de fabricação do cigarro começa na geração de um 'cigarro longo', denominado vareta. Para produzir uma vareta, uma bobina de papel de cigarros com cerca de 7.000 metros de comprimento é desenrolada, e uma linha de tabaco desfiado é colocada sobre ela. Posteriormente, o papel é enrolado em volta do tabaco desfiado, formando o cilindro. Máquinas cortam o cilindro de tamanho gigante em pedaços menores. Os filtros são inseridos em ambas as extremidades destas partes e ligados a elas com o 'papel de extremidade' (papel que fica enrolado sobre o filtro do cigarro). Cada um destes cilindros, agora com filtro nas duas extremidades é cortado pela metade, formando dois cigarros com filtro. Nesta etapa existe um controle de qualidade mais rigoroso quanto aos padrões da qualidade de construção do cigarro (PMI, 2012).

O empacotamento dos cigarros individuais, prontos, também ocorre de forma automatizada. Os cigarros são ordenados em grupos do tamanho da embalagem

rígida ou do maço e acondicionados em conjuntos de 20 unidades numa folha de alumínio que possibilita a preservação de seu “frescor”. Depois, a embalagem é montada em volta dos cigarros. Esta embalagem finalizada é lacrada com um selo federal de controle e por último, envolta por uma película protetora. As embalagens são colocadas em pacotes (de 10 maços), ou em caixas (de 100 maços), para envio ao mercado.

Embora a produção de cigarros seja um processo altamente automatizado, ela necessita do componente humano. A supervisão de cada uma das etapas e a manutenção das máquinas, bem como, a inspeção da folha, a mistura e a garantia de qualidade do produto final são essências para a produção (PMI, 2012).

Em relação ao controle de qualidade, como já foi mencionado anteriormente, a unidade produtiva de cigarros da PMB Santa Cruz do Sul dispõe de um setor gráfico e um laboratório para análises que respondem a demandas complementares, mas fundamentais para o produto final. Durante a fabricação dos cigarros, o sistema automatizado das máquinas opera este controle de qualidade, por meio de sensores eletrônicos que eliminam qualquer cigarro com defeito, e encaminham seu conteúdo para novo reembalo (ENTREVISTA, 2015a e ENTREVISTA, 2015b).

#### **5.2.4 Distribuição e armazenamento de cigarros**

O cigarro fabricado, após seu empacotamento passa a ser distribuído por uma ampla rede de logística, operada pelas empresas de cigarros, envolvendo uma estrutura organizacional que apresenta grande espacialidade através da integração das centrais de distribuição, com depósitos e postos de abastecimento. Além disso, para que o cigarro chegue até os consumidores, às empresas também se valem da cooperação com inúmeras empresas varejistas instaladas pelo território brasileiro (SILVEIRA, 2007).

As atividades de distribuição e venda dos cigarros produzidos pela PMB, está configurada através de 13 Centros de Distribuição, presentes nos estados de RS, SC, PR, SP, RJ, MG, GO, DF, BA, PE, e de uma ampla estrutura de comercialização através de mais de 150 mil Pontos de venda em todo o país (ENTREVISTA, 2015a).

No que diz respeito a logística, inúmeras empresas de transporte e de logística foram chamadas para cooperar, prestando serviços de transporte rodoviário, de agenciamento marítimo, de desembarço aduaneiro e de seguro da carga de cigarro a ser exportada. Algumas importantes empresas parceiras da PMB,

segundo acessos aos *sites* institucionais, são: a Mondial Transportes com sede em SP; a DVL em MG; a EBD no nordeste do país; e a Zatix especializada no controle de veículos e gestão de frotas.

A Mondial logística tem sede em São José dos Campos e Jacareí. A DVL (Distribuidora Via Láctea), com sede em Santa Luzia-MG, fundada em 1989, atende cerca de 172 municípios no estado de Minas Gerais (DVL, 2014).

A EBD (Empresa Brasileira de Distribuição) trabalha com aproximadamente 150 mil clientes, em mais de 1.000 municípios, predominantemente no nordeste do país. Desde 1977, atua na distribuição e representação de produtos de consumo doméstico (EBD, 2015).

Zatix é uma empresa criada em 2008 a partir de outras duas empresas da área que concentra suas atividades em tecnologia para rastreamento, gestão de frotas, gestão de risco, telemetria e apoio logístico. Atendendo diversos tipos de clientes desde pessoas físicas até grandes varejistas e frotistas. Está presente em todo o País, com sua sede em Barueri-SP (ZATIX, 2015). Convém lembrar que os serviços de transporte e de operações logísticas são feitos por terceiros, empresas que não conseguimos alcançar na totalidade da circulação realizada pela PMB.

Além de atender ao mercado nacional, a PMB tem exportado uma pequena parcela da sua produção de cigarros para o mercado externo, configurando o outro destino desse circuito espacial de produção. A empresa tem aumentado as suas exportações de folha de tabaco processada, *cutfiller* e BBS (ENTREVISTA, 2015a e ENTREVISTA, 2015c).

### **5.3 O circuito espacial da produção de cigarros**

Procuramos agora dar ênfase ao que estamos considerando por Circuito espacial da produção de cigarros, com base na unidade produtiva da PMB, situada em Santa Cruz do Sul.

De acordo com Moraes (1985), a conformação da malha dos circuitos é resultado de inúmeras e variadas relações sociais e espaciais estabelecidas em escalas geográficas diferenciadas, envolvendo distintas articulações. A simultaneidade funcional entre as distintas etapas da produção, em diferentes lugares obedece há um tempo e a um ritmo de acumulação mundial. Entendemos que, ditados predominantemente por corporações multinacionais. Podemos verificar, então, na produção de cigarros da região, em sua demanda e consumo nacional e

mundial, e entre a produção nacional e mundial de insumos, equipamentos e máquinas e o emprego na região desta simultaneidade funcional com distintas articulações.

Isto posto, Identificamos como atividade produtiva dominante a produção de cigarros. E uma vez que, pensamos esta produção a partir da região de Santa cruz, a empresa comandante do circuito é a unidade produtiva de cigarros da PMB, situada em Santa Cruz do Sul.

Para a consumação da produção de cigarros pela PMB, estamos considerando fundamentais as diretrizes metodológicas de Silva (2014), que sugere três eixos para a análise de empresas e seus circuitos espaciais, apresentados no tópico 2.2.

Os segmentos formadores do circuito espacial, situados a montante da empresa central circunscrevem tipos determinados de empresas e setores de atuação. Desde fornecedores a clientes, empresas de consultoria, instituições financeiras, tecnológicas, profissionalizantes e educacionais, entidades sociais, agencias públicas, etc., bem como a localização, estrutura e uso de tecnologias (SILVA, 2014).

Neste contexto, tornamos saliente nossa opção em dar maior destaque aos fornecedores, prestadores de serviço e terceirizados e o que, por ora, denominamos de ações sociais. Os fornecedores são empresas consolidadas no mercado, na maioria dos casos multinacionais especializadas nos produtos que abastecem a PMB e com distribuição em importantes centros econômicos do território nacional. Os prestadores de serviço e terceirizados que foram indicados correspondem aos serviços utilizados pela PMB (como manutenção, segurança e transporte), e, serviços que servem aos trabalhadores (como alimentação e saúde). Quanto às ações sociais, estão voltadas a atividades profissionalizantes e educacionais. Profissionalizante, com o interesse em formação especializada para a empresa (caso do fomento ao curso gráfico do SENAI), e educacional mais como uma ação de responsabilidade social<sup>65</sup> (parceria com a ONG-CDI e UNISC).

No segundo eixo, acerca da abrangência do circuito espacial da produção, posto em evidência por Silva (2014), buscamos mensurar, mesmo que de forma mais genérica, a amplitude da rede de interações espaciais a partir das informações

---

<sup>65</sup> Entendida como a prática voluntária de uma empresa na promoção do bem-estar do seu público interno e externo.

a montante. Os resultados sobre o processo de produção de cigarros, descrito em três etapas, demonstra que a capacidade produtiva da PMB é muito maior que a quantidade produzida. Existe uma dependência logística de terceiros para o escoamento da produção aos principais centros de comercialização. A produção de cigarros para exportação é bastante restrita (mesmo não havendo a mesma tributação que para a produção que abastece o mercado interno), porém são significativas as remessas de *cutfiller* e notadamente BBS encaminhados para o exterior, segundo Entrevista (2015a) e Entrevista (2015c).

O terceiro eixo aborda os segmentos que constituem o circuito a jusante e perspectivas de impactos locais e regionais (SILVA, 2014). Procuramos demonstrar que depois de empacotados os cigarros seguem para armazenamento. Aqueles produzidos como tipo exportação apresentam embalagens e tributação diferentes dos que abastecem o mercado nacional. Também há uma parcela da produção que conforme a demanda, em determinados momentos, segue direto para os centros de distribuição. Cabe lembrar que o transporte dos cigarros entre a unidade produtiva e o depósito (armazém) da PMB localizados em Santa Cruz do Sul e distante cerca de 1,1 km, é feito pela própria PMB. Entretanto, toda a logística mais complexa é realizada por terceiros. Os centros de distribuição operam com trabalhadores da PMB, também responsável pelo recolhimento e destruição dos cigarros sem validade expirada. O uso e impactos no território regional são destacados no tópico 5.6.

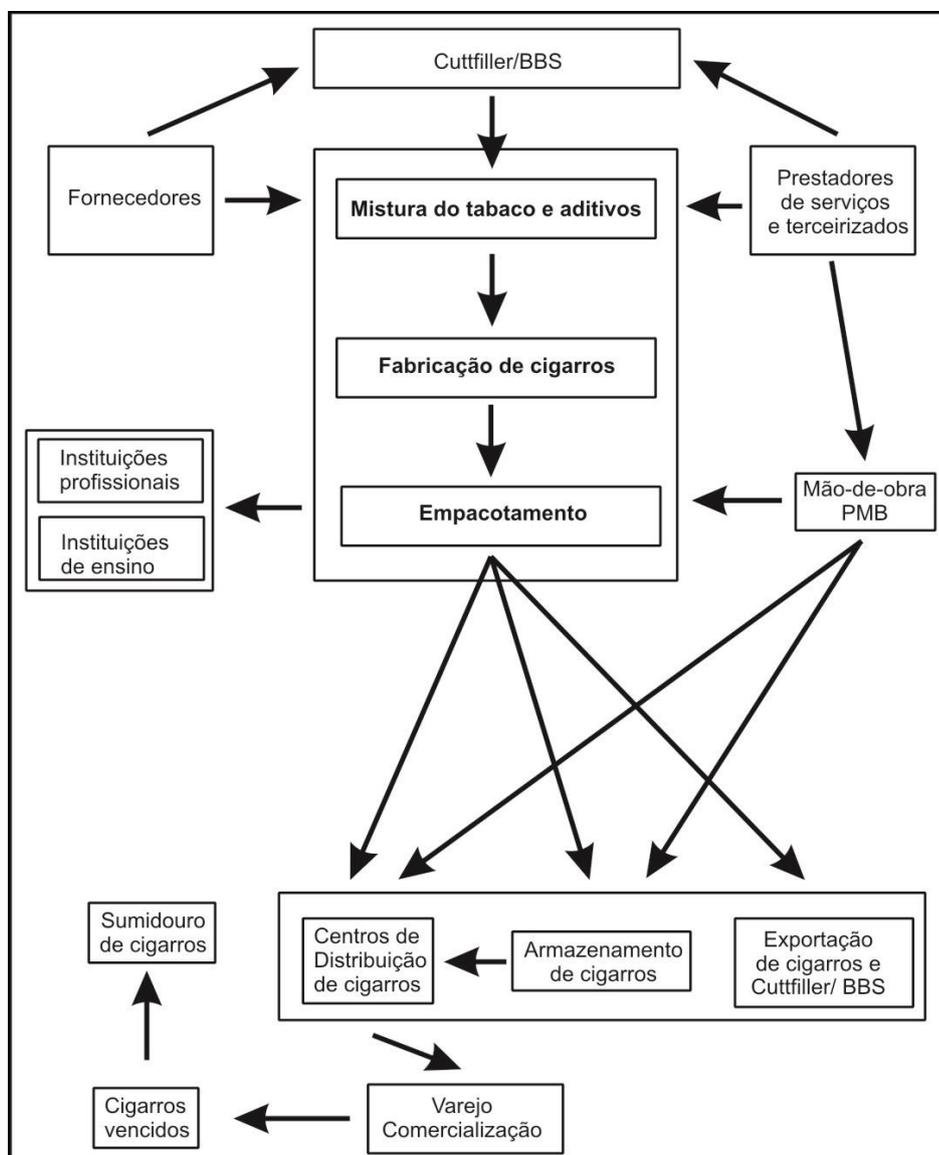
A figura 15 procura representar de forma esquematizada o circuito espacial da produção de cigarros que estamos reputando.

Como já mencionamos em outra oportunidade (tópico 2.2) estamos considerando o início do circuito com base no começo do ciclo de reprodução do capital aplicado a produção de cigarros.

Com isso, destacamos a chegada do *Cutfiller*/BBS como a parte inicial que dará sequência a produção de cigarros. A produção de cigarros subdivide-se em três etapas. A partir desta última etapa, os cigarros produzidos são distribuídos: uma pequena parcela segue para exportação, bem como, volumes maiores de *cutfiller*/BBS; volumes mais significativos seguem para armazenamento e do armazenamento para os centros de distribuição; também há uma parcela que segue direto da linha de produção para o varejo, sendo em seguida comercializada. Os cigarros vencidos, passado o prazo de validade de um ano, são recolhidos pela própria empresa e junto a unidade produtiva da PMB em Santa Cruz do Sul, são

destruídos. O esquema que esboçamos do circuito mostra ainda que a mão de obra está presente nas três etapas da produção, do mesmo modo que, no armazenamento e centros de distribuição de cigarros. Os fornecedores abastecem a PMB com a folha do tabaco e os insumos necessários para a produção de cigarros. Os prestadores de serviço e terceirizados realizam atividades através da PMB no preparo do *cutfiller*/BBS, na produção dos cigarros e diretamente para os trabalhadores (mão de obra). E as incipientes ações sociais são materializadas junto as instituições profissionais e instituições de ensino.

Figura 15. Esquema do circuito espacial da produção de cigarros



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esta situação considerada corresponde, exclusivamente, ao circuito espacial. Passamos agora a verificar as relações presentes e resultantes dos círculos de

cooperação da produção de cigarros pela unidade produtiva da PMB na região de Santa Cruz.

#### **5.4 Os círculos de cooperação da produção de cigarros**

Destacamos a seguir algumas características dos círculos de cooperação no espaço, entendidos como elementos essenciais na dinâmica dos circuitos espaciais produtivos, observando o caso da produção de cigarros. Cabe agora, discorrer sobre os fluxos imateriais (informação, valores, capital, técnica, tecnologias, etc.).

Conforme orientações metodológicas de Castillo e Frederico (2010), atentamos para os principais agentes, listados a seguir, que estabelecem os círculos de cooperação.

PMI, comando internacional (comandos e decisões produtivas) – estratégias de produção doravante análises de receitas e despesas.

- Capitais e investimentos, verificação de lucros e custos de produção e investimentos em diferentes áreas
- Matriz em Curitiba-PR, controle da produção e consumo, operação em capacidade controlada visando mercados determinados.

Fornecedores (contratos de compra e venda) – considerados anteriormente os fornecedores dos principais produtos necessários para a produção de cigarros, excluindo a tecnologia presente nos equipamentos, maquinário que automatizou a fabricação, já existente na unidade produtiva.

- Tabaco em folha, agricultores que junto as suas famílias em suas propriedades rurais produzem o tabaco mediante orientação técnica da PMB.
- Aditivos, filtros e papeis, fornecidos por empresas especializadas e fundamentais na produção dos cigarros.
- Embalagens, necessárias para o acondicionamento correto dos cigarros e maços.

Mão de obra (contratos de trabalho) – o funcionamento produtivo corresponde as pessoas que executam funções especializadas e gerais, bem como, a supervisão e gerenciamento das atividades.

- Diretores, têm atribuições administrativas e burocráticas.
- Trabalhadores executam atividades especializadas e de serviços gerais.

- Representação sindical negocia legalmente os direitos dos trabalhadores a partir de suas obrigações.

Prestadores de serviço e terceirizados (contrato de serviços) – serviços básicos que servem a produção e também aos trabalhadores.

- Processamento da folha do tabaco, depois de adquirido junto aos agricultores, o tabaco necessita ser preparado para a produção de cigarros, atividade desenvolvida junto a outras empresas.
- Transporte de produtos, o deslocamento de componentes da produção, bem como, a produção.
- Segurança, serviço elementar para o resguardo da empresa e controle de entradas e saídas. Também condiz aos uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI), utilizados pelos trabalhadores.
- Alimentação, almoço e lanches obrigatórios oferecidos aos trabalhadores no período de intervalo.
- Serviços de saúde através de plano coletivo empresarial para os trabalhadores vinculados a PMB (ativos e aposentados).
- Transporte de pessoas, deslocamento de trabalhadores a partir de e para suas residências.

Órgãos reguladores (regulam a produção) – discutem os elementos positivos e negativos da produção de cigarros e impõem normativas e regras.

- Órgãos internacionais, a exemplo da Organização Mundial da Saúde (OMS) que sugeriu a CQCT e impôs regras aos seus membros.
- Órgãos federais, questionam a legalidade dos cigarros diante dos prejuízos que podem ser causados a saúde através do Ministério da Saúde. Controlam a produção de cigarros como faz a Receita Federal e ANVISA e tributam os produtos aumentando a arrecadação pública. Também regulam contratos de compra, venda, trabalho e serviços.
- Órgãos estaduais e municipais, procuram incentivar a expansão e consolidação da empresa com incentivos por um lado, recolhendo outros tributos, por outro.
- Entidades de classe que representam a indústria, ou representam os trabalhadores urbanos, ou representam os integrados (agricultores ou varejistas).

Mercado de cigarros brasileiro (comercialização da produção) – refere-se a distribuição, o varejo e consumo.

- Distribuição, transporte dos cigarros, feito por veículos contratados, para os centros de distribuição e repasse aos varejistas.
- Varejistas, em suas lojas comercializam o produto final.
- Consumidores, fumantes, usuários de cigarros.

Demandas externas (importação e exportação) – prognósticos da produção e dos diferentes mercados internacionais.

- Importação de cigarros, para comercialização no mercado nacional.
- Exportação de cigarros, parcela da produção remetida a outros países.
- Exportação de tabaco em folha, matéria prima processada enviada para unidades produtivas em outros países.

Agentes sociais (apresentam laços com o território) – conjunto de atores que ocupam o território regional investigado.

- Diretos, aqueles relacionados de forma direta com a produção de cigarros.
- Indiretos, aqueles que apresentam alguma relação indireta com a produção de cigarros.
- Outros agentes regionais, aqueles que não apresentam relação com a produção de cigarros, mas que ocupam este mesmo território.
- ONGs, que atuam no combate ao tabagismo e na promoção de alternativas ao cultivo do tabaco.

Para Castillo e Frederico (2010, p. 465),

Assim como as etapas da produção estão geograficamente dispersas, os agentes que as animam também se encontram em localizações diferenciadas, possuindo maior ou menor poder de colocar a produção em movimento. Os diversos agentes, com objetivos e perspectivas próprios, se inter-relacionam dentro de círculos de cooperação cada vez mais intensos e extensos. Dentro dos circuitos espaciais produtivos, são estabelecidos diversos círculos de cooperação: entre as empresas; entre as empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações e instituições, etc. É necessário, portanto, analisar as especificidades dos círculos de cooperação estabelecidos e as respectivas escalas de poder entre os diferentes agentes.

Como estamos considerando o circuito espacial da produção de cigarros a partir da região de Santa Cruz, estamos pensando estas relações a partir da PMB. Nesse sentido, entendemos que os agentes orbitam a produção de cigarros da PMB através de três grupos de relações: entre empresas; com os poderes públicos; e com os entes sociais.

As relações entre empresas são fundamentais para a realização da produção, entretanto, são reguladas pelos poderes públicos, que em certa medida, deveriam defender os interesses dos entes sociais.

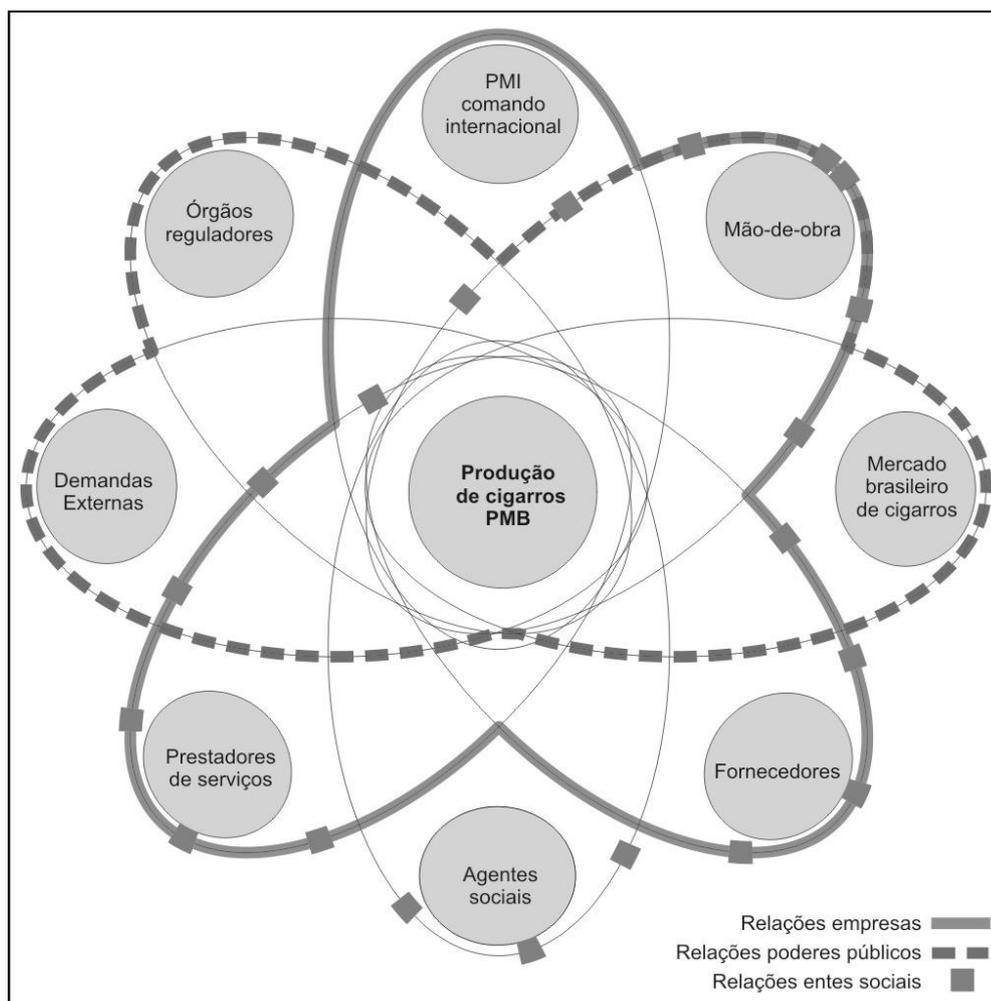
Consideramos por:

- Relações entre empresas: um comando interno, internacional (PMI, sede de Lausanne na Suíça) e outro nacional (PMB matriz, sede em Curitiba-PR) que antecedem e comandam a produção (realizada em Santa Cruz do Sul), também podemos destacar a exportação e importação de cigarros e a exportação do tabaco em folha; e os fornecedores e prestadores de serviço que ora atuam de forma articulada, quando processam a folha do tabaco produzido por agricultores integrados a PMB, ora atuam de maneira individual através da circulação dos insumos necessários na produção de cigarros e prestando serviços a PMB e seus trabalhadores; temos que considerar ainda os varejistas responsáveis pela comercialização.
- Relações com os poderes públicos: os órgãos internacionais (como a OMS) que em certa medida influenciam órgãos federais (e seus poderes executivo, legislativo e judiciário) que atuam sobre a produção, bem como os órgãos estaduais e municipais que visam benefícios com o retorno econômico a partir de incentivos fiscais; as negociações das representações sindicais em nome dos trabalhadores; a fiscalização sobre a produção, em defesa dos consumidores e de regulações sobre a produção, circulação e comercialização dos cigarros.
- Relações com os entes sociais: colocamos em evidência aqueles agentes sociais que apresentam relação direta e indireta com a produção de cigarros; também outros agentes, que podem ser regionais, como no caso da região de Santa Cruz, que fazem uso do mesmo território cotejado por esta produção; os fumantes, consumidores de cigarros; e a ação de ONGs no combate ao tabagismo (que ocorre muito mais a nível federal, sem reconhecimento na região), e promovendo alternativas ao cultivo do tabaco.

Entendemos, assim, que existem relações fortemente estabelecidas entre a produção de cigarros, a unidade produtiva da PMB em Santa Cruz do Sul, e os agentes que orbitam nesta produção. Estas relações correspondem a volumosas trocas de informações e capitais, ou seja, fluxos imateriais entre os três grupos de relações supracitados.

A figura 16 é uma tentativa de representação dos círculos de cooperação da produção de cigarros, onde procuramos dar destaque a fluidez das informações a partir dos fluxos não materiais de normas, mensagens, laços solidários entre elementos novos e herdados.

Figura 16. Círculos de cooperação da produção de cigarros



Fonte: Elaborado pelo autor.

Acreditamos que, com a figura 16 podemos representar, em certa medida, o predomínio das relações organizacionais, políticas, sociais, fluxos de capital, regulações e fiscalizações, e diferentes tipos de serviços. Igualmente, podemos perceber que os elos que vinculam os agentes com a produção também se entrelaçam formando relações diversas e sugerindo outros tantos círculos. Esta representação possibilita uma noção do que estamos considerando como círculos de cooperação da produção de cigarros.

## 5.5 A percepção dos agentes sociais

Para que este estudo não apresente somente um olhar unilateral, nosso, onde já consideramos desenvolvimento regional, uso do território, interações espaciais, circuitos espaciais e círculos de cooperação, relativos a produção de cigarros no território da região de Santa Cruz, procuramos escutar a opinião de alguns agentes sociais selecionados.

Cabe lembrar que os agentes sociais selecionados correspondem a quatro pessoas que representam trabalhadores (sindicalista e ex-funcionário) e gestores (municipal e regional). E que as entrevistas (2015a, 2015b, 2015c e 2015d) realizadas foram fundamentais para a construção e entendimento das relações estabelecidas a partir da PMB com no território da região. Assim, as entrevistas cumpriram uma dupla função, de nortear a pesquisa e também expressar, de maneira geral, uma visão sobre a PMB que permeia o pensamento dos habitantes da região.

Elegemos três tópicos mencionados nas entrevistas (2015a, 2015b, 2015c e 2015d) para tornarmos saliente; o primeiro tópico trata da CQCT e de suas medidas restritivas; já o segundo e terceiro, dos ganhos da região com a PMB e da PMB com a região. Este primeiro tópico, acerca da CQCT, ilustra uma visão sobre um debate mundial em evidência que pode impactar diretamente no principal setor produtivo da região. Já os tópicos posteriores, olham para a PMB na intenção de enfatizar sua importância para o município e região.

A partir das entrevistas (2015a, 2015b, 2015c e 2015d) realizamos uma análise do DSC relativa a cada um dos tópicos destacados. Esta análise seguiu uma orientação metodológica, como a realizada por Silva (2010, p. 381), com os seguintes passos:

*Primeiro* – Selecionar/identificar, de cada resposta pessoal as expressões chave das idéias centrais, que são os trechos mais significativos de cada resposta adquirida para cada pergunta feita aos sujeitos entrevistados; *Segundo* – Após realizar a detecção das ancoragens de cada depoimento; *Terceiro* – Agrupa-se e enumera-se (A, B, C, ... e/ou 1, 2, 3, ..., etc.) as respostas de acordo com cada grupamento identificado e; *Quarto* – Com base nas expressões-chave de cada grupamento identificado constrói-se um texto possibilitando compreender o discurso coletivo presente nos depoimentos (discurso-síntese).

A construção do DSC ocorre através da transformação do conjunto de expressões-chave em um discurso de síntese. Onde o discurso coletivo prevalece no discurso individual (SILVA, 2010).

Ainda em conformidade com Silva (2010), procuramos adotar o uso de quadros, na avaliação dos tópicos selecionados, para a análise do DSC. Com isso os quadros apresentam as expressões-chave (em negrito), as idéias centrais, as ancoragens (com letras do alfabeto), e o que consideramos como discurso-síntese ou DSC de cada expressão-chave.

O quadro 2 trata da opinião dos entrevistados sobre as discussões relativas a CQCT. Os DSC apresentados abordam, em linhas gerais, uma preocupação com os agricultores produtores de tabaco. Os fumantes, que estão sofrendo diretamente com as medidas restritivas são pouco considerados o que mostra em certa medida uma tolerância e aprovação no combate aos cigarros. Entretanto o cultivo do tabaco recebe maior atenção por ter medidas claras que o substituam. Isto é, subjetivamente podemos perceber que as relações engendradas entre empresa e agricultores não preocupam e elementos como a dependência produtiva e a falta de autonomia não trazem maiores inquietações, mas sim, o que irá substituir o tabaco mantendo os mesmos patamares. Logo, a mesma situação de dependência.

Cabe também tornar saliente que os empregos urbanos, diretos e indiretos, vinculados predominantemente ao processamento da folha do tabaco e a produção de cigarros não foram considerados ameaçados.

O quadro 2 apresenta um ponto de vista sobre a CQCT onde as restrições impostas, que procuram promover a saúde coletiva, não são questionadas, nem mesmo seus argumentos. Em certa medida também há uma compreensão pelos entrevistados que existe a liberdade de escolha para os fumantes, porém com maiores restrições, e que realmente os cigarros são prejudiciais a saúde. Logo, percebemos que a CQCT remete ao principal setor produtivo da região, e aos agricultores produtores da matéria-prima do cigarro, o tabaco. Com isso, afirmamos que a região aparenta entender que o problema dos cigarros é do Brasil e pouco da região que tem uma preocupação maior, com os agricultores produtores de tabaco. Trata-se da reprodução do discurso da indústria do tabaco que utiliza este argumento para mobilizar a comunidade regional em defesa do tabaco em descompasso com a CQCT, parcialmente aceita.

Quadro 2. Opinião sobre o impacto da CQCT na região de Santa Cruz

| Sujeito | Identificação da Expressão-chave                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Idéia Central                                                                                                                                                              | Ancoragem                                                                                                               | Discurso síntese ou DSC                                                                                                                     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1       | <b>A CQCT impôs uma serie de restrições por aqui,</b> mas os poderosos, como os EUA não assinaram. <b>A produção de tabaco está garantida.</b>                                                                                                                                                                                        | A CQCT impôs serias restrições no Brasil, mas a produção de tabaco não esta ameaçada (A).                                                                                  | Restrições da CQCT não alcançam a produção agrícola de tabaco.<br>A                                                     | A CQCT impôs significativas restrições ao consumo de cigarros no Brasil, mas não considerou os agricultores produtores de tabaco.           |
| 2       | A CQCT tem promovido uma guerra ideológica e seria uma <b>burrice</b> total, atroz, <b>abrir mão de um produto</b> que 85% é <b>exportado</b> achando que isso iria <b>acabar com o hábito de fumar no Brasil</b> , ou seja, <b>se desaparecesse a cadeia produtiva do tabaco</b> , o Brasil seria um <b>importador de cigarros</b> . | Burrice abrir mão de um produto tipo exportação para erradicar o habito de fumar no país (B). Se desaparecesse a cadeia produtiva do tabaco iríamos importar cigarros (C). | Produção de tabaco e o habito de fumar são diferentes.<br>B<br>Se não produzíssemos cigarros, iríamos importá-los.<br>C | As restrições promovidas pela CQCT são relativas ao hábito de fumar. Com isso, podemos continuar produzindo tabaco para exportação.         |
| 3       | Vemos a CQCT com muito realismo, nós temos que trabalhar com todas as possibilidades de <b>restrições que já estão acontecendo</b> . Nosso papel é de tentar fazer um trabalho de <b>conscientização</b> destas <b>pessoas</b> (agricultores produtores de tabaco), mas também nós não podemos chegar e dizer para de plantar.        | Restrições estão acontecendo, então vamos conscientizar os produtores (D).                                                                                                 | A CQCT está sendo implementada e temos que nos adaptar.<br>D                                                            | As restrições relativas a CQCT estão sendo implementada e os agricultores vão produzir o que for permitido e mais rentável.                 |
| 4       | As <b>restrições</b> que a CQCT tem promovido <b>são</b> positivas para quem não fuma, quem fuma não gostou muito. Mas <b>o problema maior, acho que é com os agricultores que não tem outra coisa pra plantar</b> .                                                                                                                  | Restrições positivas para não fumantes, que deixou fumantes insatisfeitos (E). Preocupação com alternativas para os agricultores (F).                                      | Os fumantes estão insatisfeitos.<br>E<br>Os agricultores estão preocupados.<br>F                                        | A CQCT está tão preocupada com as restrições ao consumo do tabaco que esqueceu seu principais entes: os fumantes e os produtores de tabaco. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos ainda que, no quadro 2, a mão de obra urbana qualificada, não foi motivo de preocupação, no que diz respeito à CQCT. Mesmo com a crescente demanda de contenção ao consumo de cigarros junto a CQCT, não há maior desconfiança quanto aos postos de trabalho diretos e indiretos. Isso corrobora a constatação anterior, sobre os agentes sociais reproduzirem um discurso crônico em defesa do tabaco, a partir dos agricultores sem considerar outros tantos elementos que podem ser positivos e ou negativos do ponto de vista social.

Os quadros 3 e 4 mostram, respectivamente, a partir da visão dos agentes sociais entrevistados a importância da PMB para a região: onde são destacados os aspectos obtidos que a empresa alcança por estar sediada na região; e o que o município/ cidade e a região recebem como consequência da unidade produtiva da PMB.

Quadro 3. Representatividade e importância da região de Santa Cruz para a PMB

| Sujeito | Identificação da Expressão-chave                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Idéia Central                                                                                                                                                            | Ancoragem                                                                                                                     | Discurso síntese ou DSC                                                                                                                    |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1       | <b>Uma fábrica</b> como a da Philip Morris <b>que custou US\$ 113 milhões de dólares</b> , se não mudarem as regras, isso <b>em 7 anos ou 8 anos acaba sendo uma fábrica de graça pelas isenções e incentivos fiscais</b> .                                                                                                             | Recebe muitas isenções e incentivos fiscais de diferentes esferas governamentais. (A)                                                                                    | Isenções e incentivos fiscais.<br>A                                                                                           | Na região a PMB muito ganha com as isenções e incentivos fiscais.                                                                          |
| 2       | Acho que (Santa Cruz) é a <b>maior região produtora de tabaco</b> , maior concentração do planeta. Esta concentração <b>gerou uma mão de obra especializada, tanto da parte do produtor, quanto dos trabalhadores dessas indústrias</b> , e queira ou não queira, mesmo sendo concorrentes, há sempre uma <b>troca de tecnologias</b> . | A região tem uma produção de tabaco significativa no cenário mundial (B). Mão de obra fortemente especializada (C). Troca de tecnologia entre as empresas da região (D). | Grande concentração da produção de tabaco.<br>B<br>Mão de obra qualificada<br>C<br>Conhecimento e tecnologia na produção<br>D | A PMB ganha na região com a grande concentração da produção de tabaco, a mão de obra qualificada e o conhecimento e tecnologia acumulados. |
| 3       | Ganha com a <b>especialização e o conhecimento sobre tabaco</b> presente na região.                                                                                                                                                                                                                                                     | Especialização e conhecimento sobre o tabaco (C e D).                                                                                                                    | Mão de obra qualificada<br>C<br>Conhecimento e tecnologia na produção<br>D                                                    | Na região a PMB obtém mão de obra qualificada e conhecimento e tecnologia acumulados.                                                      |
| 4       | <b>Matéria-prima</b> de excelente qualidade a <b>preços</b> internacionalmente <b>baixos e mão de obra qualificada</b> .                                                                                                                                                                                                                | Matéria-prima excelente (E), preços baixos (F) e mão de obra qualificada (C).                                                                                            | Matéria-prima de qualidade<br>E<br>Preços baixos<br>F<br>Mão de obra qualificada<br>C                                         | A PMB, na região, alcança uma matéria-prima de qualidade à baixos preços e mão de obra qualificada.                                        |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No quadro 3 podemos verificar que é considerado positivo para a PMB as isenções e incentivos fiscais oferecidos, no entanto cabe ressaltar que estes ocorrem por todo o país, ou seja, existem outros atributos no território regional que atraem a empresa, e segundo os entrevistados, são: a grande concentração da

produção de tabaco (no que diz respeito ao processamento da folha) e a importante representação no cenário mundial; a mão de obra, considerada qualificada e até mesmo especializada, devido a eficiência produtiva local; o conhecimento tácito que foi aprimorado e incorporou novas tecnologias com o passar dos anos; e a proximidade com os agricultores e a matéria-prima dos cigarros, tabaco apreciado e obtido a baixos preços. Ficou latente nas falas sobre a importância da região para a PMB, uma inquietação com a dependência produtiva ou falta de autonomia. Todavia, o discurso proferido caminha para um entendimento de tolerância diante desta negativa.

No quadro 4, ganha notoriedade a atribuição de um maior grau de importância local para a PMB em detrimento da região. Em outras palavras, os entrevistados têm total clareza de uma importância econômica local muito forte, da PMB, sem conexões com a região. Onde a periferia da região contribui unicamente com a matéria-prima sem acessar os volumes financeiros que circulam predominantemente entre o local, Santa Cruz do Sul e áreas externas a região. Com isso o local: capta o incremento econômico; possibilita o aumento da renda dessa população; e gera empregos diretos. Essas falas permitem uma constatação, a inserção regional (no sentido de se integrar e interagir com a comunidade) da PMB é nula, sua colocação corresponde a um âmbito local.

Neste sentido, vale lembrar Limonad (2004, p. 49), “Pensar o desenvolvimento local nos tempos atuais pode parecer simples, todavia, não há como fazê-lo sem considerar a questão regional”. Pactuamos com a idéia que legitima esta afirmação, não há como considerar os locais isoladamente, como ‘coisas’ desarticuladas entre si e existentes por si só. Locais<sup>66</sup> são lugares “[...] resultantes de ações e processos sociais ao longo do tempo geograficamente localizados” (LIMONAD, 2004, p. 49). Logo, não é possível entender esse local isoladamente, devido à perspectiva dos atores e dos fluxos que têm um potencial de interação muito dinâmico.

Contudo, quando destacamos a centralidade de Santa Cruz do Sul, temos que considerar as possibilidades engendradas pelos recursos econômicos que

---

<sup>66</sup> Estamos considerando local como sinônimo de lugar, vinculado a idéia de singularidade, diferentemente da região, entendida com uma particularidade ou uma mediação entre o universal e o singular (CORRÊA, 1997a).

circulam no local e permitem outras tantas relações menores, de comércio e serviços, que de maneira indireta estão relacionadas a PMB.

Quadro 4. Representatividade e importância da PMB para a região de Santa Cruz

| Sujeito | Identificação da Expressão-chave                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Idéia Central                                                                                                                                                                                                                      | Ancoragem                                                                                                                                               | Discurso síntese ou DSC                                                                                                                                       |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1       | Se não é a PMB em Santa Cruz, não se paga os funcionários da Prefeitura.                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Causa incremento econômico (A).<br>O município/cidade ganha, a região não (B).                                                                                                                                                     | Causa incremento econômico.<br>A<br>O município/cidade ganha, a região não.<br>B                                                                        | Que ganha com a PMB é o município/ cidade.<br>Ganha incremento econômico.                                                                                     |
| 2       | Muito da <b>exuberância econômica da cidade</b> , a própria beleza da cidade, a <b>renda per capita</b> e por consequência o <b>nível das casas e dos estabelecimentos</b> , deve-se ao setor do fumo. Então feliz a cidade que tem empresas desse porte e uma cadeia produtiva muito bem organizada. Com <b>efeito negativo de uma dependência muito grande</b> . | Traz exuberância e um alto nível para casas e estabelecimentos na cidade (A e B).<br>Proporciona maior renda <i>per capita</i> na cidade (C).<br>Negativamente, existe uma dependência produtiva do setor produtivo do tabaco (D). | Causa incremento econômico.<br>A<br>O município/cidade ganha, a região não.<br>B<br>Proporciona o aumento de renda.<br>C<br>Dependência produtiva.<br>D | Quem mais ganha com a PMB é o município/ cidade. Assim, há o incremento econômico e aumento de renda da população em detrimento de uma dependência produtiva. |
| 3       | Vejo como os fomicultores comentam, <b>Santa Cruz fica com o recurso, o dinheiro</b> , e os municípios do entorno com a doença. A PMB <b>gera um bom ICMS</b> se for pensar pela área econômica, mas por outro lado, fica também <b>o município muito refém de uma única empresa</b> .                                                                             | O município/ cidade fica com o dinheiro e a região com as doenças (B). A PMB traz um bom retorno econômico para o município/ cidade (A).<br>O município fica muito dependente de uma empresa, a PMB (E).                           | Causa incremento econômico.<br>A<br>O município/cidade ganha, a região não.<br>B<br>Município dependente da PMB.<br>E                                   | O município/ cidade por um lado ganha por sedear a PMB. Mas por outro, perde por ser fortemente dependente da mesma.                                          |
| 4       | <b>Geração de ICMS, empregos</b> diretos e indiretos e <b>aumento da renda</b> de sua população.                                                                                                                                                                                                                                                                   | Causa incremento econômico (A).<br>Gera empregos (F).<br>Proporciona o aumento de renda da população (C).                                                                                                                          | Causa incremento econômico.<br>A<br>Proporciona o aumento de renda.<br>C<br>Gera empregos<br>F                                                          | O município/ cidade ganha com a geração de ICMS, empregos e aumento de renda da população local.                                                              |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A visão dos agentes sociais creditada, expressa um ponto de vista que em certa medida foi analisado e aproxima-se do discurso reproduzido pela indústria do

tabaco na região. Este discurso coloca em evidência a importância econômica do tabaco para a região e os agricultores e suas famílias, bem como, outros envolvidos direta e indiretamente em todos os três circuitos espaciais de produção relacionados ao CAI do tabaco. Declara-se como um importante contribuinte, com produtos altamente tributados, e incentivador de ações positivas nas comunidades onde mais está presente.

Não obstante, desvaloriza a dependência produtiva da região devido a sintomática especialização, a sujeição dos agricultores em relação a indústria, a instabilidade dos postos de trabalho urbanos (diretos e indiretos), a difícil mensuração do alcance do CAI do tabaco, a mínima obrigatoriedade social cobrada das indústrias, além de outros por menores. Estes últimos, são elementos pouco mencionados e discutidos pela comunidade regional e pouco perceptíveis na fala dos agentes sociais selecionados.

### **5.6 A produção local de cigarros na região de Santa Cruz**

Quando nos referimos à produção de cigarros na região de Santa Cruz, estamos indicando a unidade produtiva da PMB dada sua representação econômica local e reconhecimento regional. A unidade de produção de cigarros da Ciamérica, situada em Venâncio Aires, como já mencionamos em outro momento, não abrange o mercado nacional e corresponde a uma produção incomparavelmente menor.

Podemos entender a PMB como um empregador em potencial para a região, mesmo que os empregos sejam computados para o local. Entretanto uma parte da renda destes trabalhadores pode corresponder aos municípios vizinhos. Todavia, esta renda circula no comércio e serviços, predominantemente, de Santa Cruz do Sul devido a sua diversidade em diferentes campos comerciais como o alimentício, de confecções, eletrodomésticos e eletrônicos, atendimento médico e farmacêutico, de veículos, entre outros.

Acreditamos que os produtos e serviços encontrados em Santa Cruz do Sul, tenham uma relação indireta com a PMB. Entretanto, tratam de outros setores, e existem outros segmentos produtivos com menor destaque e ainda os outros circuitos de produção no CAI do tabaco que contribuem para uma circulação da renda social. Logo a inserção local da PMB pode ser considerada significativa, notadamente, no que tange ao retorno do ICMS para o município, e a geração de postos de trabalho. Devido à verticalização das ações que compõem a rede de

interações da PMB e configuram o circuito espacial e os círculos de cooperação da produção de cigarros, a região não faz um usufruto econômico igual ao local.

Cabe ainda uma inferência, quanto o nosso entendimento de local, que não pode ser considerado isoladamente. Como já mencionamos, os locais do entorno estão articulados, por exemplo, comercialmente (na compra de produtos e contratação de serviços) e produtivamente (oferecendo produtos básicos, agrícolas, matéria-prima). Neste sentido, a região e suas articulações internas precisam ser consideradas. Entendemos que a PMB usa o território regional e se apropria das condições existentes sem devolver, na mesma intensidade, o que explora com esta unidade produtiva instalada em Santa Cruz do Sul. Uma vez que, o circuito espacial da produção de cigarros da PMB na região, atua independente do território regional. Lembramos que Santa Cruz do Sul possui, historicamente, um relacionamento de influência sobre os municípios vizinhos e estes de dependência, portanto, a articulação e conexões locais estão muito além da PMB. Com isso ressaltamos que a PMB tem uma forte representação local e uma mínima contribuição regional. Isto é, independente de uma inserção ou mesmo aceitação regional, a PMB coloca uma unidade produtiva de cigarros, com reconhecimento local, em uma região estratégica. Trata-se segundo Silveira, Dornelles e Ferrari (2012), da mais importante região<sup>67</sup> de produção de tabaco e processamento de folha de tabaco do país, segundo maior produtor e maior exportador de tabaco no mundo.

---

<sup>67</sup> No referido estudo Silveira, Dornelles e Ferrari (2012), tratam da Microrregião de Santa Cruz do Sul, definida pelo IBGE, formada por treze municípios, dentre os quais, cinco da região que estamos considerando (exceto Rio Pardo).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência da elaboração inicial da nossa proposta de dissertação foi motivada pela compreensão da realidade e das dinâmicas que um segmento produtivo proporciona a um território regional. Assim, passamos a pensar o desenvolvimento regional como uma forma de compreender uma região ou território regional e sua diversidade. Sobretudo, esforçamo-nos para investigar o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva do uso do território por um circuito espacial e círculos de cooperação de um determinado segmento produtivo em uma região.

Ao longo deste percurso percebemos uma escassez, no que diz respeito à quantidade de trabalhos relacionados aos circuitos espaciais e círculos de cooperação. Mais ainda, quando acrescentamos outros conceitos, temáticas e categorias de análise como: CAI, redes, interações espaciais, desenvolvimento regional e uso do território. Todavia, procuramos aproveitar ao máximo, na construção deste estudo, as páginas e reflexões que foram referendadas e que consideramos pertinentes.

Desde o começo do estudo, tínhamos consciência do desafio teórico e metodológico proposto. Visto que, os estudos de desenvolvimento regional, de maneira geral, procuram medir as regiões e apresentam como preocupações as alterações provocadas pelo desenvolvimento nas regiões por um lado, e por outro, como a região influencia o desenvolvimento. Neste contexto pensamos o desenvolvimento regional como uma forma de entender a região e sua diversidade. Para isso, sugerimos a categoria de análise uso do território, que em significativa parcela dos trabalhos é racionalizada de modo variado, promovendo uma noção de diferentes usos. No entanto, tínhamos como escopo um segmento produtivo, a produção de cigarros, com significativa representação econômica na região e diretamente ligado ao CAI do tabaco, que influencia e é condicionado pela reprodução da vida social no território regional investigado. Território regional, que acabamos optando por representar através da definição de uma região complexa com critérios que consideramos legítimos para esta análise do uso do território por um segmento produtivo reproduzido por uma empresa, a PMB.

Nessa perspectiva, afirmamos que o território regional, apresentou um uso que ocorria de diferentes formas, ora aproveitando ou alterando os recursos disponíveis, ora implantando novos recursos, em que é latente a participação do tabaco. O território é usado para produzir o tabaco, processar as folhas de tabaco e ainda produzir cigarros de tabaco. Consideramos aqui, três circuitos espaciais e seus respectivos círculos de cooperação, genericamente, cujo uso do território:

- da produção de tabaco em folha, tem na especialização do cultivo do tabaco, em pequenas propriedades rurais, uma forma de produção agrícola predominante. Os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, bem como, as características históricas e físicas dos locais e regiões convergem neste uso.
- no processamento da folha do tabaco, tem na instalação de sua indústria a posição estratégica como elemento mais importante. Esta posição pressupõe uma distância relativamente pequena da indústria de processamento com os pontos de produção da matéria prima, e os pontos de consumo (direcionamento para exportação e produção de cigarros em território nacional).
- na produção de cigarros, a proximidade com a indústria de processamento da folha de tabaco, bem como, a “atmosfera industrial” pode ser essencial por um lado, ou a centralidade territorial e proximidade de aglomerados de consumo, por outro. A posição geográfica tem, assim, uma grande importância estratégica, devido as preocupações com o acesso a fornecedores e serviços dentro de prazos convenientes, a dispersão da produção e a eficiência de fluxos materiais e imateriais.

A região de Santa Cruz detém uma série de atributos tecnológicos, muitos relacionados aos fluxos imateriais, resultante da internacionalização das relações que envolvem o tabaco. E que ainda de forma incipiente, começam a ser incorporados e aplicados em outros setores e tornam-se acessíveis à comunidade regional. Porém, o aumento dos fluxos corporativos, a eliminação de expressivas empresas locais e regionais junto a drenagem do dinheiro social, revelam um estado de empobrecimento. Logo, a região de Santa Cruz encontra-se em um estágio de vulnerabilidade e, em certa medida, empobrecida devido à dependência produtiva do tabaco, na qual, a produção de cigarros da PMB muito tem contribuído.

Os fluxos de investimentos da PMI, no Brasil, são geridos a partir da matriz nacional da PMB, em Curitiba-PR e proporcionam a articulação dos locais, através das interações espaciais. Os locais envolvidos no circuito produtivo correspondem a circulação de mercadorias para abastecimento da indústria, de maquinário e equipamentos e dos cigarros produzidos. As atividades financeiras, por intermédio das agências bancárias, distribuem pagamentos aos trabalhadores, aos fornecedores e às empresas contratadas localizadas de maneira dispersa pelo território nacional. Além disso, o montante arrecadado no país é repassado para a sede e centro de operações instalado em Lousanne na Suíça, contribuindo assim para que o ciclo global de reprodução do capital se complete. Isto é, o ciclo de reprodução do capital começa e termina no estrangeiro, essa é a realidade da ação da multinacional PMI através da PMB, que se apropria da diversidade e potencialidades do território regional, e isto não se traduz em riqueza para esta comunidade, somente para algumas minorias. Resulta, notadamente, na dependência produtiva, cujo trabalho e conhecimento construídos durante uma vida, através de gerações, perde seu valor.

Nesse entendimento, os formadores da rede de interações espaciais do circuito e círculos da produção de cigarros, considerados a partir da região de Santa Cruz, foram: as diferentes unidades da PMB distribuídas pelo território nacional; os fornecedores; os prestadores de serviços e terceirizados; e ainda as instituições profissionalizantes e de ensino, envolvidas em ações sociais.

Os circuitos espaciais representam as circulações materiais, que procuram evidenciar as diversas conexões de um segmento produtivo. Isto é, o local de origem, o transporte, a qualificação, os diferentes momentos da produção, a estocagem, distribuição, e comercialização. Privilegiamos as diretrizes de Silva (2014), enfatizando os processos a montante, de produção e jusante. Para o primeiro, optamos em dar maior destaque aos fornecedores, prestadores de serviço e o que, por ora, denominamos de ações sociais. No segundo, consideramos a circulação dos fluxos materiais e as três etapas da produção de cigarros. No terceiro processo, foram abordados os direcionamentos dados a produção.

Quanto aos círculos de cooperação, priorizamos as orientações metodológicas de Castillo e Frederico (2010). Entendemos que os agentes orbitam a produção de cigarros da PMB através de três grupos de relações: entre empresas; com os poderes públicos; e com os entes sociais. Em linhas gerais, as relações

entre empresas são fundamentais para a realização da produção, entretanto, são reguladas pelos poderes públicos, que em certa medida, deveriam defender os interesses dos entes sociais.

O discurso de atores sociais da região aproxima-se muito do discurso reproduzido pela indústria do tabaco na região, endossado pelos envolvidos com a produção de cigarros e a PMB. Este discurso coloca em evidência a importância econômica do tabaco para a região. Não obstante, diminui a dependência produtiva, a sujeição dos agricultores, a instabilidade dos postos de trabalho urbanos (diretos e indiretos), entre outros. Ou seja, contrário ao que realmente verificamos.

Por último, cabe enfatizar que as implicações no uso do território regional de Santa Cruz engendradas pelo circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros colocam a PMB em destaque. A empresa apresenta uma rede de interações pelo território nacional com conexões internacionais, organizada e operacionalizada de maneira exclusivamente vertical. Isto possibilita uma imposição local significativa com grande saliência, mas regionalmente, uma mínima contribuição para esta comunidade. A produção de cigarros da PMB, operacionalizada a partir da unidade produtiva de Santa Cruz do Sul, oferece obstáculos a concorrência, disputando o mercado interno de cigarros. No intuito de limitar o crescimento da concorrente, e também de atuar com mais intensidade no processamento da folha de tabaco, uma vez que o país é um fornecedor estratégico de matéria-prima de qualidade para as afiliadas da PMI, a PMB resguarda uma posição regional estratégica.

## REFERÊNCIAS

ALICEWeb. *Consultas*. Importação 1997 - 2015 NCM 8 dígitos. 2015. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ALRS. *Assembléia aprova projeto que eleva ICMS e outras quatro matérias*. Agência de Notícias - 02:00-23/09/2015. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/301107/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ALVARES, C. A. et al. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, Vol. 22, No. 6, 711–728. Published online January 2014. Disponível em: <[http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/Alvares\\_etal\\_2014.pdf](http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/Alvares_etal_2014.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

ALTRIA. *About Altria*. 2015. Disponível em: <<http://www.altria.com/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. C. E.; BRITO, S. M. O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. *Episteme*, Porto Alegre, n. 19, p.139-148, 2004. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero19/episteme19\\_artigo\\_alves\\_brasileiro\\_brito.pdf](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero19/episteme19_artigo_alves_brasileiro_brito.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ANVISA. *Anvisa aprova novas advertências nas embalagens de derivados de tabaco*. 2 de abril de 2015. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2015/anvisa+aprova+novas+advertencias+nas+embalagens+de+derivados+de+tabaco>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ARGENTINA Ministerio de Salud. *¿Qué hay en un cigarrillo?* Programa Nacional de Control del Tabaco. 2014. Disponível em: <[www.msal.gov.ar/tabaco/index.php/informacion-para-profesionales/tabaquismo-en-el-mundo-generalidades/ique-hay-en-un-cigarrillo](http://www.msal.gov.ar/tabaco/index.php/informacion-para-profesionales/tabaquismo-en-el-mundo-generalidades/ique-hay-en-un-cigarrillo)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

BARROS, A. J. D. et al. *Tabagismo no Brasil: desigualdades regionais e prevalência segundo características ocupacionais*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(9):3707-3716, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n9/a08v16n9.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BBC, Brasil. *Maços de cigarro viram campo de batalha entre empresas e governos*. 2 dezembro 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141126\\_cigarros\\_fd](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141126_cigarros_fd)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, c1997. 135 p. (Coleção Ciências sociais) ISBN 85-85866-51-9

BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. *Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia da dependência*. DESER. Curitiba - agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2013.

BRASIL, Presidência da República. *Decreto nº 8.262*, de 31 de maio de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8262.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8262.htm)>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.546*, de 14 de dezembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49)>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.294*, de 15 de Julho de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9294.htm)>. Acesso em: 20 out. 2015.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma "especialização" nociva. *Indicadores Econômicos*, FEE, Porto Alegre. v. 42, n. 1, 2014. p. 43-62. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3341>>. Acesso em: 18 set. 2014.

BUSINESSWIRE. *China National Tobacco Corporation e Philip Morris International anunciaram estabelecimento de parceria cooperativa estratégica de longo prazo*. December 21, 2005. Disponível em: <<http://www.businesswire.com/news/home/20051221005224/pt>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CAMPOS, H. A. e DELEVATTI, D. M. Caracterização ambiental da Região do Vale do Rio Pardo. In: CAMPOS, H. A. e SCHNEIDER, L. C. (Org.). *Agenda 21 regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 202 p. ISBN 85-7578-047-6

CAPES. *Documento de área 2013*. 2013. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Planejamento\\_Urbano\\_Demografia\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.

CARVALHO, C. et al. *Anuário Brasileiro do Tabaco 2014*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta. 2014. 128p. ISSN 1808-7485. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2014/12/anuario-2014.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & natureza* (UFU. Online), v. 22, 2010. p. 461-474. Disponível em: <[http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336/pdf\\_10](http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336/pdf_10)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

CATÃO, R. C.; REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. *Interações espaciais: uma reflexão temática*. Caminhos de Geografia, Uberlândia v. 11, n. 35 Set/2010 p. 231 – 239. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16340/14373>>. Acessado em: 12 nov. 2015.

CLIMATEMPO. *Climatologia: precipitação e temperatura máxima e mínima (1960-1991)*. 2014. Municípios de Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires e Vera Cruz. Disponível em: <<http://www.climatempo.com.br/climatologia>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

COLLISCHONN, Erika. O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo – algumas considerações. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 395 p. ISBN 85-85869-82-8

CORREA, Roberto Lobato. Corporação e organização: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set., 1991. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1991\\_v53\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n3.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 54, n. 3, p. 115-122, jul/set, 1992. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1992\\_v54\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n3.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a. p. 279-318.

\_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 93 p. (Série Princípios ; 53) ISBN 85-08-01962-9

\_\_\_\_\_. *Trajéórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. 302 p.

CROMOS. *A empresa: quem somos, nossa história, 70anos*. 2014. Disponível em: <<http://www.cromos.com.br/site> >. Acesso em: 22 set. 2015.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Fabricação de cigarros será monitorada. *Diário do Comércio*, São paulo, 25 de ago. 2007. Disponível em: <[http://wap.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=fabricacao\\_de\\_cigarros\\_sera\\_monitorada\\_\\_\\_&id=120937](http://wap.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=fabricacao_de_cigarros_sera_monitorada___&id=120937)>.

DUFTY, William. *A doce baforada*. Extraído Do Livro "Sugar Blues" - Copyright de 1975, de William Dufty. Edição de 2005. Disponível em: <<http://web.onda.com.br/charlesb/amorexig/docebafo.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DVL. *25 anos da nossa história*. 2014. Disponível em: <<http://www.dvl.com.br/DVL/Historia.html>>. Acesso em: 10 out. 2015.

EBD. *O Grupo*. 2015. Disponível em: <<http://www.ebdbl.com.br/site/o-grupo-6>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ECONÔMICO, Brasil. *Anuário melhores empresas do Brasil*. Ano 1, nº 1. junho de 2012. 56 p. Disponível em: <[http://www.austin.com.br/Estudos\\_Especiais/3952/Anu%C3%A1rio\\_Melhores\\_Empresas\\_do\\_Brasil\\_2012\\_-\\_Jornal\\_Brasil\\_Econ%C3%B4mico](http://www.austin.com.br/Estudos_Especiais/3952/Anu%C3%A1rio_Melhores_Empresas_do_Brasil_2012_-_Jornal_Brasil_Econ%C3%B4mico)>. Acesso em: 6 mar. 2014.

ELLIOTT, Richard. *The Early History of Cigarettes in America*. Brandstand Vol 34: Spring 2009. Disponível em: <[http://cigarhistory.info/Cigarette\\_items/Cigarette-History.html](http://cigarhistory.info/Cigarette_items/Cigarette-History.html)>. Acesso em: 22 set. 2015.

ENTREVISTA. Ex-colaborador da PMB. Entrevista concedida à pesquisa em nov. de 2015a.

\_\_\_\_\_. Presidente do COREDE Vale do Rio Pardo. Entrevista concedida à pesquisa em out. de 2015b.

\_\_\_\_\_. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação (STIFA) de Santa Cruz do Sul e região. Entrevista concedida à pesquisa em set. de 2015c.

\_\_\_\_\_. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Sul. Entrevista concedida à pesquisa em set. de 2015d.

ERIKSEN, Michael (Org.). *The Tobacco Atlas*. Fourth Ed. Atlanta, GA: American Cancer Society; New York, NY: World Lung Foundation; 2012. Disponível em: <[http://www.tobaccoatlas.org/uploads/Images/PDFs/Tobacco\\_Atlas\\_2ndPrint.pdf](http://www.tobaccoatlas.org/uploads/Images/PDFs/Tobacco_Atlas_2ndPrint.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *The Tobacco Atlas*. 2015. Disponível em: <[http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/03/TA5\\_2015\\_WEB.pdf](http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/03/TA5_2015_WEB.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2015.

ESSENTRA. *Sobre a Essentra components: quem somos*. 2013. Disponível em: <<http://www.essentracomponents.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. p. 59-83. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. 399 p. ISBN 85-326-2171-6

ETGES, Virginia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. L. L. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001. p. 351-366.

\_\_\_\_\_. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 209 p.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O.. Desenvolvimento Regional – a diversidade como potencialidade. Blumenau: *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, vol 1, n. 1, 2013.

FEEDADOS. *Contabilidade Social*. Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos: 2012, 2010 e 2007. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Finanças públicas*: Tributos estaduais (ICMS – 2010 e 2014) e tributos federais (IPI – 2010 e 2014). 2015. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FERNANDES, Backer Ribeiro. *O mundo de Marlboro*: a Comunicação Corporativa da Philip Morris Brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. 176f. Disponível em: <[http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes\[\]=368&processar=Processar](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=368&processar=Processar)>. Acessado em: 5 jun. 2015.

FOLHA de São Paulo. Banco paga até R\$ 50 mi por conta salário. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 de set. de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0409200602.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

FOLHA do Mate. Universal Leaf centralizará operações em Santa Cruz. *Folha do mate*, Venâncio Aires, 29 de jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.folhadomate.com/noticias/geral/universal-leaf-centralizara-operacoes-em-santa-cruz>>. Acesso em: 22 set. 2015.

FOUR COMUNICAÇÃO. *JTI inicia comercialização de cigarros no Brasil*. 28 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://www.folhadomate.com/noticias/geral15/jti-inicia-comercializacao-de-cigarros-no-brasil>>. Acesso em: 25 set. 2015.

GALILEU, Revista. *Adeus, mentol*: Brasil quer acabar com aditivos de sabor em cigarros. Oct - 31 - 2013. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI344746-17773,00-adeus+mentol+brasil+quer+acabar+com+aditivos+de+sabor+em+cigarros.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GAZETA DO SUL. Alliance One completa 10 anos de atuação no setor. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 13 de mai. 2015. Disponível em: <<http://portaldotabaco.com.br/?p=883>>. Acesso em: 20 nov. 2015. Acesso em: 13 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Negócio deve ampliar área de pesquisa na Profigen. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 24 de out. 2008. Disponível em:

<[http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/207796-negocio\\_deve\\_ampliar\\_pesquisa\\_na\\_profigen/edicao:2008-10-24.html](http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/207796-negocio_deve_ampliar_pesquisa_na_profigen/edicao:2008-10-24.html)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Philip Morris inaugura a nova fábrica em 5 de abril. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 03 de mar. 2013. Disponível em: <[http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/395606-philip\\_morris\\_inaugura\\_a\\_nova\\_fabrica\\_em\\_5\\_de\\_abril/edicao:2013-03-08.html](http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/395606-philip_morris_inaugura_a_nova_fabrica_em_5_de_abril/edicao:2013-03-08.html)>. Acesso em: 21 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Philip Morris terá 17 mil produtores. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 22 de jun. 2010. Disponível em: <[http://grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/237167-philip\\_morris\\_assume\\_10\\_dos\\_fumicultores/edicao:2010-06-28.html](http://grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/237167-philip_morris_assume_10_dos_fumicultores/edicao:2010-06-28.html)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Preço mínimo do cigarro pode ajudar legalidade. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 25 de abr. 2012. Disponível em: <[http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/342299-preco\\_minimo\\_do\\_cigarro\\_pode\\_ajudar\\_legalidade/edicao:2012-04-30.html](http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/342299-preco_minimo_do_cigarro_pode_ajudar_legalidade/edicao:2012-04-30.html)>. Acesso em: 21 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Souza Cruz inaugura parque gráfico no RS. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 29 de abr. 2009. Disponível em: <[http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/216189-souza\\_cruz\\_inaugura\\_parque\\_grafico\\_no\\_rs/edicao:2009-05-01.html](http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/noticia/216189-souza_cruz_inaugura_parque_grafico_no_rs/edicao:2009-05-01.html)>. Acesso em: 21 nov. 2014.

GLOBO. Aditivos no cigarro geram batalha entre indústria e órgãos de saúde. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 18 de mar. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/aditivos-no-cigarro-geram-batalha-entre-industria-orgaos-de-saude-15625678>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

GOCIL. *Quem somos*. 2014. Disponível em: <<http://www.gocil.com.br/site/Gocil>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

IBGE. *Contagem da população*. 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CM&z=t&o=25>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014*. 2014a. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Geociências* – mapas temáticos, Geomorfologia, cartas escala por 250 mil. 2003. Folhas: SH.22 – Y – A, Cachoeira do Sul; SH.22 – Y – B, Porto Alegre; SH.22 – V – C, Santa Maria; SH.22 – V – D, Caxias do Sul. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Gestão do território*: 2014b. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes\\_fluxos/gestao\\_do\\_territorio\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm)>. Acesso em: 14 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Indicadores sociais mínimo*: Conceitos. 1997. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao\\_devida/indicadores\\_minimos/conceitos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_devida/indicadores_minimos/conceitos.shtm)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Malhas digitais*. Municípios 2010. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2012.

IBGE-CENSO. *Censo Agropecuário 2006 e 1995*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010 e 2000*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

IBGE-Cidades @. Rio Grande do Sul: Passo do Sobrado. *Histórico do município*. 2014c. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431407&search=|passo-do-sobrado>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul: Rio Pardo. *Histórico do município*. 2013. Disponível em: <[http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=\\_EN&codmun=431570&search=rio-grande-do-sul|rio-pardo|inphographics:-history](http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_EN&codmun=431570&search=rio-grande-do-sul|rio-pardo|inphographics:-history)>. Acesso em: 3 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul: Sinimbu. *Histórico do município*. 2014d. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432067&search=rio-grande-do-sul|sinimbu|inphograficos:-historico>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul: Vera Cruz. *Histórico do município*. 2014e. Disponível em:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432270&search=rio-grande-do-sul|vera-cruz|infograficos:-historico>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

IBGE-PAM. *Produção Agrícola Municipal: 2007, 2010 e 2013*. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE-PNAD. *Um panorama da saúde no Brasil*. Acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde 2008. Rio de Janeiro: 2010. ISBN 978-85-240-4112-9. Disponível em:  
<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama\\_saude\\_brasil\\_2003\\_2008/PNAD\\_2008\\_saude.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/panorama_saude_brasil_2003_2008/PNAD_2008_saude.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

IBGE-PPM. *Pesquisa Pecuária Municipal: 2007, 2010, 2012 e 2013*. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE-REGIC. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

IGLESIAS, R.; PINTO, M.; BIZ, A. *Mercado ilegal de cigarros no Brasil: aproximações através da estimativa do saldo de tabaco*. Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr. Julho de 2012. Disponível em:  
<[http://actbr.org.br/uploads/conteudo/746\\_mercado\\_ilegal\\_estimativasaldodetabaco.pdf](http://actbr.org.br/uploads/conteudo/746_mercado_ilegal_estimativasaldodetabaco.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2015.

INCA. *Preços e Impostos*. Observatório da Política Nacional de Controle ao Tabaco. 2012. Disponível em:  
<[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/status\\_politica/precos\\_impuestos](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/precos_impuestos)>. Acesso em: 20ago. 2015

\_\_\_\_\_. *Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco: Relatório do Projeto ITC-Brasil. Resultados das ondas 1 e 2 da pesquisa (2009-2013)*. Maio de 2014. Disponível em:  
<[http://actbr.org.br/uploads/conteudo/913\\_ITC\\_sumario.pdf](http://actbr.org.br/uploads/conteudo/913_ITC_sumario.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2015

JORNAL DO COMÉRCIO. Philip Morris inaugura nova fábrica em Santa Cruz do Sul. *Jornal do Comércio*, Proto Alegre, 05 de abr. 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=120778>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

JTI. *Our company*. Our history. 2012. Disponível em: <<http://www.jti.com/our-company/history/our-company>>. Acesso em: 25 set. 2015.

KAMIO, Guilherme. *Marlboro acaba de mudar*. Publicado em 18 set. de 2014. Disponível em: <<http://www.embalagemmarca.com.br/2014/09/artigo-marlboro-acaba-de-mudar>>. Acesso em: 24 out. 2015.

KARNOPP, Erica; MIORIN, Vera Maria Favila. A pequena produção familiar de hortifrutigranjeiros. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p.27-49, 1995.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre et al. *A geografia ativa*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 281-323.

KLABIN. *A empresa/ unidades e escritórios*. 2014. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/a-empresa>>. Acesso em: 12 set. 2015.

KRAFT Food. *Our history*. 2015. Disponível em: <<http://www.kraftfoodsgroup.com/home/index.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006. 263 p. ISBN 85-308-0447-3

\_\_\_\_\_. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. 264 p.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE A.M.C., TEIXEIRA J.J.V. *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS; 2000.

LEMOS, Luciano Maia. Desenvolvimento de *spin-offs* acadêmicos: estudo a partir do caso da UNICAMP. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, 198f. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000433187](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000433187)>. Acessado em: 25 nov. 2015.

LENCIONE, Sandra. Região e geografia. A noção e região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187-204. ISBN 85-7244-106-9

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.54-66. ISBN 8575490206

MARTIN, Andrew. *The Chinese Government Is Getting Rich Selling Cigarettes*. Dec. 11, 2014. Disponível em: < <http://www.bloomberg.com/bw/articles/2014-12-11/the-chinese-government-is-getting-rich-selling-cigarettes>>. Acesso em: 28 set. 2015.

MARTINS, Stella. Os compostos do cigarro e seus malefícios à saúde. *HowStuffWorks*. 2014. Disponível em: <<http://saude.hsw.uol.com.br/compostos-cigarro.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. livro I, 2v. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 966p.

MATTEDI, Marcos A.; THEIS, Ivo M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v.7, n.2, p.77-94, maio/ago 2002.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. *Os critérios de retorno do ICMS no Rio Grande do Sul: análise econômica e espacial da PEC 228/04*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 63-76, nov. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/421/651>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço*, mimeografado. São Paulo, 1985.

MORAES, Rose de. *Tintas Gráficas: impressão em alta recupera as vendas*. Tintas e revestimentos. 26 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/pquimica/28952/tintas-graficas-impressao-em-alta-recupera-vendas>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MOURA, Maria Zulmira Portella de. *Venâncio Aires: buscando raízes*. Venâncio Aires: AACEMUC, 2013. Disponível em:

<[http://www.pmva.com.br/uploads/paginadinamica/17983/NUCVA\\_Buscando\\_Raizes\\_Livro\\_Aberto.pdf](http://www.pmva.com.br/uploads/paginadinamica/17983/NUCVA_Buscando_Raizes_Livro_Aberto.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

NARDI, Jean-Baptiste. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro. ABIFUMO, 1985. 40 p.

NOVELIS. *About Us: Welcome to Novelis*. 2015. Disponível em: <<http://www.novelis.com/pt-br/paginas/tobacco-packaging.aspx>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. ISBN: 978-85-7506-145-9. Disponível em: <[http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Marta/2014/3\\_Oliveira\\_modos\\_capitalista.pdf](http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2014/3_Oliveira_modos_capitalista.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2014.

ONCOGUIA. *Tabagismo: a epidemia do século XXI*. 2014. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/artigo-tabagismo-a-epidemia-do-seculo-xxi/390/191>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

OSTRONOFF, Henrique. O alumínio conserva melhor. *Revista alumínio*. Edição 11, segundo trimestre 2007. Disponível em: <<http://www.revistaaluminio.com.br/recicla-inovacao/11/artigo210553-1.asp>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

OVERLAKE. *Home/ empresa*. 2011. Disponível em: <<http://www.overlake.com.br/pt>>. Acesso em: 22 set. 2015.

PÉREZ, María Del Carmen Granell. *Erosión y prácticas agrícolas en la cuenca del Río Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. 1991. 234 f. Tese (Doutorado) - Universidad de Zaragoza, 1991

PIRES, José. *Anuário Brasileiro do Tabaco 2014: Uma visão parcial sobre a cadeia produtiva*. Deser. 27/02/2015. Disponível em: <<http://observatoriodotabaco.com.br/noticias/anuario-brasileiro-do-tabaco-2014-uma-visao-parcial-sobre-a-cadeia-produtiva>>. Acesso em: 22 set. 2015.

PMI. *Cigarette production*. 2012. Disponível em: <[http://www.pmi.com/pt\\_pt/our\\_products/cigarette\\_production/pages/cigarette\\_production.aspx](http://www.pmi.com/pt_pt/our_products/cigarette_production/pages/cigarette_production.aspx)>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Os nossos produtos*. 2015. Disponível em: <[http://www.pmi.com/pt\\_pt/our\\_products/pages/our\\_products.aspx](http://www.pmi.com/pt_pt/our_products/pages/our_products.aspx)>. Acesso em: 8 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Philip Morris International – Our history*. 2014. Disponível em: <[http://www.pmi.com/eng/about\\_us/pages/our\\_history.aspx](http://www.pmi.com/eng/about_us/pages/our_history.aspx)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: 2013. Perfil dos municípios: Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires e Vera Cruz. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

POLO Films. *Filme de Polipropileno Biorientado Termosselável para carteiras de cigarros*. Revisão: fev, 2014. Disponível em: <<http://www.polofilms.com.br/wp-content/uploads/2014/04/FC-pt.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Histórico*. 2013. Disponível em: <<http://www.polofilms.com.br/polo-films/historico>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PRIMAVERA, Transporte de Passageiros. *A empresa, história*. 2013. Disponível em: <<http://primaveratransportes.com/?page=historia>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PURASFO. *Puras em números. Set/2011*. 2011. Disponível em: <<http://www.purasfo.com.br/br/nossa-historia>>. Acesso em 12 nov. 2015.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300012>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

RECEITA FEDERAL. *Regimes e controles especiais, cigarros*. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/regimes-e-controles-especiais>>. Acesso em: 21 out. 2015.

RETS. *Philip Morris investe R\$ 11 milhões para construir laboratório no RS*. Notícias. 08/09/2011. Disponível em: <<http://protec.org.br/rets/24739/philip-morris-investe-r-11-milhoes-para-construir-laboratorio-no-rs>>. Acesso em: 12 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do estado. *Decreto 49.296*, estado do Rio Grande do Sul de 2012. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=57955&hTexto=&Hid\\_IDNorma=57955](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=57955&hTexto=&Hid_IDNorma=57955)>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Sala do Investidor: FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS*. Publicação: 30/04/2013 às 16:23; atualização: 28/08/2015 às 09:27. Disponível em: <[http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/conteudo/1427/?FUNDOPEM%2FRS\\_e\\_INTEGRAR%2FRS](http://www.saladoinvestidor.rs.gov.br/conteudo/1427/?FUNDOPEM%2FRS_e_INTEGRAR%2FRS)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993. 103 p. (Cidade aberta) ISBN 85-85445-11-2

SANTA CRUZ DO SUL, Governo municipal de. *Lei municipal 2940 de 1996*. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-executivo-2940-13-11-1996-11329/termo:philip%20morris>>. Acesso em: 22 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei municipal 5914 de 2010*. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-5914-29-04-2010-16010/termo:philip%20morris>>. Acesso em: 22 set. 2015.

SANTANDER. *Santander no Brasil*. 2013. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/o-santander/institucional/santander-no-brasil>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. 307 p.

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da Produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). *A construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124 p. ISBN 85-271-0068-1

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, 1999, p. 7-13. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade: (ensaios)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 190 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SEFAZ/RS. *Fazenda divulga índices provisórios de ICMS dos municípios para 2016*. Edição em 10/08/2015 às 17:54. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/222239/fazenda-divulga-indices-provisorios-de-icms-dos-municipios-para-2016>>. Acesso em: 25 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Dúvidas freqüentes*. 2000. Disponível em: <[https://www.sefaz.rs.gov.br/site/montaduvidas.aspx?al=l\\_icms\\_faq](https://www.sefaz.rs.gov.br/site/montaduvidas.aspx?al=l_icms_faq)>. Acesso em: 25 set. 2015.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p. ISBN 85-7164-978-2

SILVA, L. X.; BORGES, R. L. A. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do Tabaco sul-brasileiro. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., Porto Alegre, 27 e 28 de maio de 2010. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/752.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SILVA, Magda Valéria. *A indústria automobilística em Catalão/Gioás: da rede ao circuito espacial de produção da MMC Automotores do Brasil S. A.* 2010. 427f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1250>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito geográfico “circuito espacial da produção”: estudo de casos em Goiás - Mitsubishi em Catalão e Complem em Morrinhos. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 34, núm. 1, janeiro-abril, 2014. p. 73-91. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3371/337130168006.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, jan./abr 2010, p. 74-88. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 242 p. ISBN 85-7578-021-2

\_\_\_\_\_. *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS*. 2007. 578 f. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

\_\_\_\_\_. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215-255. ISBN 85-7578-081-6

\_\_\_\_\_. O conceito de região e a Geografia. *REDES*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 8, n. 2, mai./ago. 2003. p. 9-22.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S (2012). "Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território". *Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 17, n. 987. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-987.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SODEXO, do Brasil. *Quem somos*. 2015. Disponível em: <<http://br.sodexo.com/brpo/quem-somos/brasil.aspx>>. Acesso em 12 nov. 2015.

SOUZA CRUZ. *Cigarros*. Última atualização: 03/10/2014. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou\\_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9N43?opendocument](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9N43?opendocument)>. Acesso em: 1 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Como é fabricado o cigarro? Ingredientes*. Última atualização: 05/10/2011. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou\\_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9N64?opendocument](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9N64?opendocument)>. Acesso em: 20 out. 2015.

STANFORD, University. *Cigarrete citadels: The map project*. 2014. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/group/tobaccoprvcgi-bin/wordpress>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

THEGUARDIAN. *Plain packaging to thank for Australia's decline in smoking, says Labor*. Shalailah Medhora. Thursday 12 March 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/society/2015/mar/12/plain-packaging-to-thank-for-australias-decline-in-smoking-says-labor>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

TIVPLÁSTICOS. *Filmes de BOPP Transparentes*. 2010. Disponível em: <<http://www.tivplasticos.com.br/produtos/filmes-transparentes>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

UNIMED. *Sobre a Unimed*. 2014. Disponível em: <[http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=49146&cd\\_secao=49094](http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=49094)>. Acesso em: mar. 2015.

UNIODONTO. *A História da Uniodonto*: em Santos e Lajeado, o começo da nossa História. 2015. Disponível em: <<http://www.uniodonto.coop.br/conheca-a-uniodonto/a-historia-da-uniodonto>>. Acesso em: 25 set. 2015.

UNISC. *Consulta a projetos de pesquisa*. 2015. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/pesquisa/consulta-a-projetos-de-pesquisa.html>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

VIANA, Andreia de Fátima da Silva. *Melhoria Contínua no Controlo de Materiais Críticos*. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão) - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2011. 84 f. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71303/1/000146440.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

VIVANTE. *História, números*. Disponível em: <<http://www.vivantebr.com/index.php/sobre-a-vivante/#4>>. Acesso em: 25 out. 2015.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: (1849-1993)*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 283 p. ISBN 85-85869-13-5

\_\_\_\_\_. *História político administrativa de Venâncio Aires*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 341-388. ISBN 85-7578-070-0

VOGT, O. P.; ROMERO, M. R. Z. (Org.). *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos : cultura, arte e memória*. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2010. 208 p. ISBN 978-85-63336-00-2

WEISS, C. e SANTOS, M. A. A cadeia agroindustrial do tabaco após dez anos do tratado de saúde pública internacional. *ENCICLOPÉDIA BIOSFERA*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11 n.2. 2015. Disponível em:

<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015b/agrarias/a%20cadeia%20agroindustrial.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

WHO. *WHO report on the global tobacco epidemic, 2015: Raising taxes on tobacco*. 2015. Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/178574/1/9789240694606\\_eng.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/178574/1/9789240694606_eng.pdf?ua=1)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 179 p. ISBN 85-7578-008-5

YAHOO. *Universidade cria técnica de reciclagem de restos de cigarro*. 22/01/2010. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=53410>>. Acesso em: 12 out. 2015.

ZATIX. *Sobre a Zatix*. 2014. Disponível em: <<http://www.zatix.com.br/sobre-a-zatix/zatix>>. Acesso em: 18 out. 2015.

## APÊNDICE A – Roteiros entrevistas e Termo de consentimento

### Roteiro entrevista com ex-colaboradores da Philip Morris Brasil

#### INFORMAÇÕES GERAIS

Origem.

Formação.

Como ingressou na empresa.

Função.

Rotina de atividades.

#### A FABRICAÇÃO DE CIGARROS

Principais regulamentações para a fabricação de cigarros no Brasil hoje.

O que define a produção mensal/anual da empresa.

Etapas da produção de cigarros.

Máquinas envolvidas (que fazem, quem opera, qual origem).

Insumos diversos (fumo, papel, filtro, açúcares, insumos gráficos).

Número de pessoas envolvidas (em cada etapa).

Circulação de materiais (distribuição da produção).

Circulação de informações (contato com Curitiba e sedes no exterior).

Grau de especialização das atividades (para as funções que exigem formação superior, os funcionários com formação na região).

Principais mudanças no processo de fabricação nos últimos anos.

Empresas envolvidas diretamente com a produção de cigarros.

Empresas envolvidas indiretamente na fabricação de cigarros.

#### O MERCADO DE CIGARROS

Colocação da empresa no mercado nacional (*Market Share* atual).

Contrabando (preço mínimo).

Exportações e importações de cigarros.

Medidas restritivas (combate ao tabagismo).

Incentivos fiscais.

#### A FÁBRICA EM SANTA CRUZ DO SUL

Importância (no sentido positivo e negativo) da empresa para o município e a região.

Quais os investimentos e retornos, incentivos recentes (a partir dos anos 2000).

O que a empresa ganha com o município.

O que o município ganha com a empresa.

As empresas envolvidas na região com esta produção.

**Roteiro entrevista com Presidente do STIFA (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação), Santa Cruz do Sul e Região.**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Origem.

Formação.

Como ingressou na empresa.

Função.

Rotina de atividades.

**OS TRABALHADORES**

O efetivo aproximado de trabalhadores no tabaco (beneficiamento de tabaco em folha e fabricação de cigarros) e na alimentação.

Estimativa de associados e origem (município).

As principais demandas dos trabalhadores do tabaco (tabaco em folha e cigarros).

Grau de especialização das atividades (para as funções que exigem formação superior, os funcionários com formação na região).

Mudanças recentes na produção de cigarros que impactaram no aumento ou diminuição de trabalhadores.

**O MERCADO DE CIGARROS**

Colocação da empresa no mercado nacional (*Market Share* atual).

Contrabando (preço mínimo).

Exportações e importações de cigarros.

Produção e consumo (o que e por que aumenta ou diminui).

**A FÁBRICA EM SANTA CRUZ DO SUL**

Importância (no sentido positivo e negativo) da empresa para o município e a região.

Quais os investimentos e retornos, incentivos recentes (a partir dos anos 2000).

O que a empresa ganha com o município.

O que o município ganha com a empresa.

**Roteiro para entrevista com gestor público de Santa Cruz do Sul, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Origem.

Formação.

Como ingressou na empresa.

Função.

Rotina de atividades.

**A FÁBRICA EM SANTA CRUZ DO SUL**

Importância (no sentido positivo e negativo) da empresa para o município e a região.

Investimentos e retornos (incentivos) recentes, a partir dos anos 2000.

O que a empresa ganha com o município.

O que o município ganha com a empresa.

Empresas envolvidas diretamente com a produção de cigarros.

Empresas envolvidas indiretamente na fabricação de cigarros.

Quanto à arrecadação, em linhas gerais, quanto vai para a União, o estado e permanece no município (quais as principais tributações).

Em relação à indústria de beneficiamento de tabaco em folha (qual apresenta maior contribuição).

Existência de normativas para fabricação de cigarros e combate ao contrabando em Santa Cruz do Sul-RS (o fumo tem que ser beneficiado na região, os funcionários, em maioria, tem que ser da região).

Exportações e importações de cigarros.

**Roteiro para entrevista com gestor regional, Presidente do COREDE região Vale do Rio Pardo.****INFORMAÇÕES GERAIS**

Origem.

Formação.

Como ingressou na empresa.

Função.

Rotina de atividades.

**A FÁBRICA DE SANTA CRUZ DO SUL**

Importância (no sentido positivo e negativo) da empresa para o município e a região.

Investimentos e retornos (incentivos) recentes, a partir dos anos 2000.

O que a empresa ganha com o município.

O que o município ganha com a empresa.

Empresas envolvidas diretamente com a produção de cigarros.

Empresas envolvidas indiretamente na fabricação de cigarros.

Quanto à arrecadação, em linhas gerais, quanto vai para a União, o estado e permanece no município (quais as principais tributações).

Em relação à indústria de beneficiamento de tabaco em folha (qual apresenta maior contribuição).

Existência de normativas para fabricação de cigarros e combate ao contrabando em Santa Cruz do Sul-RS (o fumo tem que ser beneficiado na região, os funcionários, em maioria, tem que ser da região).

Exportações e importações de cigarros.

## TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado Senhor (a) \_\_\_\_\_,

O estudante Mizael Dornelles, matriculado na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, está em processo de elaboração de sua dissertação intitulada “**Circuito espacial da produção de cigarros e uso do território: uma análise a partir da região de Santa Cruz do Sul-RS**”.

Este estudo busca compreender o Desenvolvimento regional na perspectiva do uso do território por um segmento produtivo. O objetivo geral é **analisar o circuito espacial da produção de cigarros da região de Santa Cruz do Sul**. Isto é, investigar um circuito produtivo determinado e definido pela circulação de produtos (fluxos materiais), bem como, outros fluxos não obrigatoriamente materiais (capital, informação, mensagens, ordens).

Uma importante etapa deste estudo é a realização de entrevistas para o levantamento de informações. As entrevistas realizadas serão gravadas e os dados utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**. Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, por favor, assine este termo, que será mantido de forma **confidencial**, somente em nosso poder, e para o controle das entrevistas realizadas.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Nome do entrevistador: **Mizael Dornelles**

E-mail: [geomiza@yahoo.com.br](mailto:geomiza@yahoo.com.br)

Telefone: (51) 9672-1060

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

Prezados, após ter sido devidamente esclarecido (a) sobre os procedimentos da pesquisa referente ao projeto intitulado: “**Circuito espacial da produção de cigarros e uso do território: uma análise a partir da região de Santa Cruz do Sul-RS**”, e recebido informativo com as normas da mesma, manifesto que **concordo em participar** dentro das condições informadas e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

## ANEXO A – Imagens PMI e PMB

PMI – Sede em Lousanne, Suíça



Fonte: <<http://files.newsnetz.ch/story/2/4/8/24823774/8/topelement.jpg>>.

PMB – sede em Curitiba-PR, Brasil



Fonte: <[http://assets3.exame.abril.com.br/assets/images/2010/10/10862/size\\_810\\_16\\_9\\_philip-morris-brasil-divulgacao-jpg.jpg](http://assets3.exame.abril.com.br/assets/images/2010/10/10862/size_810_16_9_philip-morris-brasil-divulgacao-jpg.jpg)>.

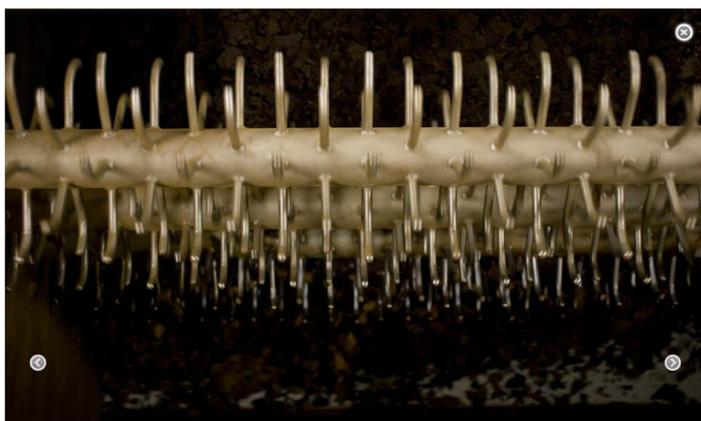
PMB – Unidade de produção em Santa Cruz do Sul, Brasil



Fonte: <[http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2013/04/release\\_050413\\_9.jpg](http://sinditabaco.com.br/wp-content/uploads/2013/04/release_050413_9.jpg)>.

## ANEXO B – Imagens das etapas da produção de cigarros

### Etapa 1 – Mistura das folhas de tabaco e acréscimo de aditivos



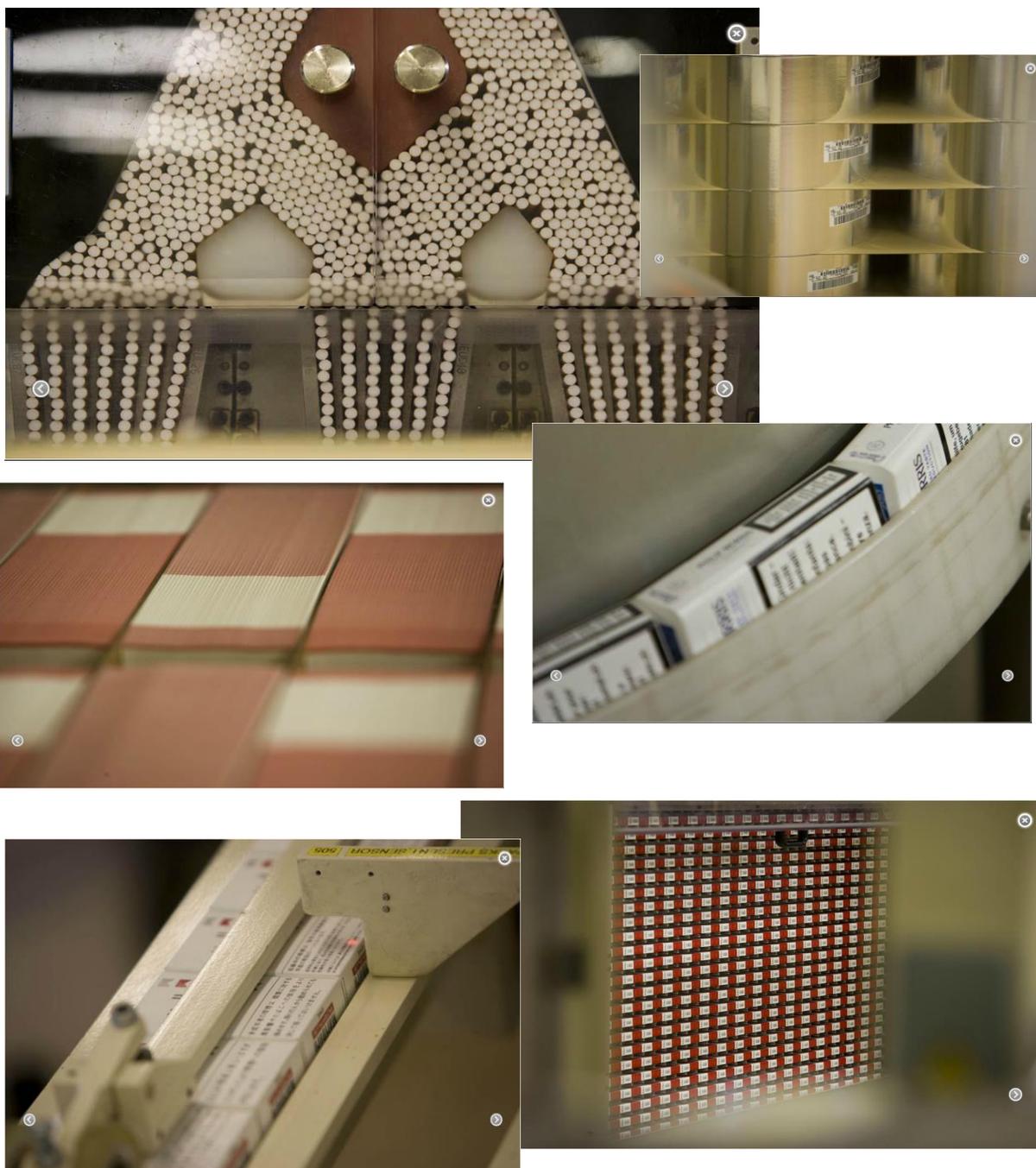
Fonte: <[http://www.pmi.com/pt\\_pt/our\\_products/cigarette\\_production/pages/cigarette\\_production.aspx](http://www.pmi.com/pt_pt/our_products/cigarette_production/pages/cigarette_production.aspx)>.

## Etapa 2 – Fabricação dos cigarros



Fonte: <[http://www.pmi.com/pt\\_pt/our\\_products/cigarette\\_production/pages/cigarette\\_production.aspx](http://www.pmi.com/pt_pt/our_products/cigarette_production/pages/cigarette_production.aspx)>.

## Etapa 3 – Preparação do maço final



Fonte: <[http://www.pmi.com/pt\\_pt/our\\_products/cigarette\\_production/pages/cigarette\\_production.aspx](http://www.pmi.com/pt_pt/our_products/cigarette_production/pages/cigarette_production.aspx)>.